

2

COLEÇÃO
CIÊNCIAS
SOCIAIS
APLICADAS

COORDENADORES

Patricia Bieging

Raul Inácio Busarello

ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS EM PESQUISA

2

COLEÇÃO
CIÊNCIAS
SOCIAIS
APLICADAS

COORDENADORES

Patricia Bieging

Raul Inácio Busarello

ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS EM PESQUISA

I São Paulo I 2025 I



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

A154

Abordagens teóricas e práticas em pesquisa / Organização e coordenação Patricia Bieging, Raul Busarello. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2025.

Coleção Ciências Sociais Aplicadas. Volume 2

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-530-5

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-530-5

1. Direito. 2. Serviço Social. 3. Economia. 4. Administração. 5. Comunicação Social. I. Bieging, Patricia (Coord.). II. Busarello, Raul (Coord.). III. Título.

CDD 300

Índice para catálogo sistemático:

I. Ciências Sociais Aplicadas

Simone Sales • Bibliotecária • CRB: ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2025 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2025 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).
Os termos desta licença estão disponíveis em:
<<https://creativecommons.org/licenses/>>.
Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.
O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Estagiárias em editoração	Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	muhammad.abdullah, user654284 - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Belarius Poster, Geometos Rounded
Coordenadores	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosangela Colares Lavand
Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

André Tanus Cesário de Souza
Faculdade Anhanguera, Brasil

Andressa Antunes
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cassia Cordeiro Furtado
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cecilia Machado Henriques
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Deilson do Carmo Trindade
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edilson de Araújo dos Santos
Universidade de São Paulo, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Estevão Schultz Campos

Centro Universitário Adventista de São Paulo, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fauston Negreiros

Universidade de Brasília, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Flávia Fernanda Santos Silva

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Gabriela Moysés Pereira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehler Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geuciane Felipe Guerim Fernandes

Universidade Federal do Pará, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Joao Adalberto Campato Junior

Universidade Brasil, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jonathan Machado Domingues

Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Juliano Milton Kruger

Instituto Federal do Amazonas, Brasil

Juliano Pizzano Ayoub

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lauro Sérgio Machado Pereira

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil

Leonardo Freire Marino

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Luiz Eduardo Neves dos Santos

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Maikel Pons Giralt

Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil

Manoel Augusto Polastrelí Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Márcia Alves da Silva

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva

Instituto Federal do Piauí, Brasil

Marines Rute de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Maurício José de Souza Neto

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neide Araujo Castilho Teno

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging

Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro

Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Rainei Rodrigues Jadejiski

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Raul Inácio Busarello

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano

Universidade Federal de Ubertândia, Brasil

Robson Teles Gomes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho

Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama

Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tatiana da Costa Jansen

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Tayson Ribeiro Teles

Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Vanessa de Sales Marruche

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil

Vania Ribas Ulbricht

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vinicius da Silva Freitas

Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Wenis Vargas de Carvalho
Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alcidinei Dias Alves
Logos University International, Estados Unidos

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Artur Pires de Camargos Júnior
Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo B. Alves
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Davi Fernandes Costa
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Brasil

Denilson Marques dos Santos
Universidade do Estado do Pará, Brasil

Domingos Aparecido dos Reis
Must University, Estados Unidos

Edson Vieira da Silva de Camargos
Logos University International, Estados Unidos

Edwins de Moura Ramires
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Ubertândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jonas Lacchini
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Nívea Consuêlo Carvalho dos Santos
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Rayner do Nascimento Souza
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Sidney Pereira Da Silva
Stockholm University, Suécia

Suêlen Rodrigues de Freitas Costa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Walmir Fernandes Pereira
Miami University of Science and Technology, Estados Unidos

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Eduardo José da Silva Tomé Marques
Mônica Schmitt
Matheus Leão Godoy

Internacionalização como Bem Público:

Disputas Contemporâneas, Redes Acadêmicas

e Desafios para o Serviço Social..... 11

CAPÍTULO 2

Raphaella Freitas Petkovic
Douglas Alexandre Leonel

Homossexualidade:

da Antiguidade à Atualidade.....33

CAPÍTULO 3

Marcia Perencin Tondato
Pietro Giuliboni Nemr Coelho

Entre a Autoexpressão Algorítmica e a Padronização:

selfies, consumo e identidade na cultura das plataformas.....59

CAPÍTULO 4

Kauã José da Silva Araújo
Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas

De Canã à Auschwitz:

os fundamentos político-religiosos da identidade

judaica que invocam a arabofobia como engrenagem

do necrobiopoder no holocausto palestino83

CAPÍTULO 5

Gustavo de Castro Morande

**Desafios da Docência e da Formação
Técnica no Centro Paula Souza:**

entre políticas curriculares, saberes docentes

e limites estruturais..... 113

CAPÍTULO 6

Rogéria Campos A. Dutra

Usos e conflitos no território urbano:

a ocupação do espaço público pelo comércio informal 135

CAPÍTULO 7

Tiago Pereira Aguiar Susmickat

“Sobre o Estado” e o Direito Penal:

um olhar sobre o *Jus Puniendi* estatal

à luz de Pierre Bourdieu 152

Índice remissivo..... 172

1

*Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Eduardo José da Silva Tomé Marques
Mônica Schmitt
Matheus Leão Godoy*

INTERNACIONALIZAÇÃO COMO BEM PÚBLICO:

**DISPUTAS CONTEMPORÂNEAS,
REDES ACADÊMICAS E DESAFIOS
PARA O SERVIÇO SOCIAL**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-530-5.1

RESUMO:

Este artigo analisa criticamente o papel central da educação no processo de internacionalização do ensino superior e suas implicações para a formação profissional em Serviço Social. Combina contribuições de autores nacionais e internacionais (Knight, Morin, Freire, Altbach, entre outros) com uma leitura crítica do contexto global — mercantilização do saber, redes colaborativas e desiguais condições de participação dos países periféricos. O texto problematiza como as trajetórias históricas do Serviço Social são marcadas por redes transnacionais e conclui defendendo uma internacionalização orientada pela educação pública, democrática e comprometida com justiça social.

Palavras-chave: Internacionalização; Educação; Serviço Social; Redes colaborativas; Mercantilização.

ABSTRACT:

This essay critically examines the centrality of education in the internationalization of higher education and its consequences for Social Work training. Bringing together national and international scholarship (Knight, Morin, Freire, Altbach, etc.), it addresses the commodification of knowledge, asymmetric participation of peripheral countries in global network, and the historical role of transnational exchanges in shaping Social Work. The paper advocates for an internationalization grounded in public, democratic education and social justice.

Keywords: *Internationalization; Education; Social Work; Collaborative networks; Commodification.*

1. INTRODUÇÃO: INTERNACIONALIZAÇÃO E O PROJETO FORMATIVO DA UNIVERSIDADE

A internacionalização da educação superior consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos eixos estruturantes das políticas universitárias em escala global, ganhando centralidade nos debates sobre qualidade acadêmica, competitividade científica e circulação transnacional de saberes. Embora frequentemente apresentada como uma tendência inexorável decorrente da globalização, sua interpretação exige cuidado analítico: múltiplos autores destacam que a internacionalização não é um processo neutro, mas sim impregnado de disputas epistemológicas, econômicas e políticas (Knight, 2004; Altbach e Knight, 2007; Morosini, 2006). Nesse cenário, torna-se fundamental compreender como diferentes tradições acadêmicas e campos profissionais — entre eles o Serviço Social — se inserem, resistem ou resignificam essa agenda.

Este artigo tem como objetivo identificar e sintetizar contribuições e críticas relevantes ao debate contemporâneo sobre a internacionalização da educação e, simultaneamente, mapear de que modo redes colaborativas, formais e informais, marcaram a história do Serviço Social enquanto profissão e área de conhecimento. A pergunta norteadora que orienta esta reflexão parte de uma hipótese central: a internacionalização só se legitima plenamente quando a educação permanece seu fim primário — isto é, quando contribui para ampliar a formação humana, a produção científica socialmente referenciada e o fortalecimento das instituições públicas — e não quando é reduzida à condição de instrumento de mercado ou plataforma de competitividade econômica.

Essa perspectiva implica reconhecer que, embora o discurso hegemônico sobre internacionalização enfatize seus potenciais

benefícios — ampliação da mobilidade acadêmica, intercâmbios culturais, parcerias científicas e fortalecimento institucional — autores críticos têm demonstrado que tais processos também podem acentuar desigualdades históricas entre países centrais e periféricos, reproduzir assimetrias epistemológicas e subordinar a educação às dinâmicas do capitalismo acadêmico (Altbach, 2015; Robertson, 2012). No contexto latino-americano, essas tensões são ainda mais evidentes diante das restrições de financiamento, das desigualdades estruturais e da necessidade de afirmação de epistemologias situadas, como discutem Morin (2000), Freire (2018) e Iamamoto (1998), ao problematizarem a produção do conhecimento desde as realidades periféricas.

Ao examinar criticamente esses elementos, o presente trabalho articula dois movimentos analíticos complementares. O primeiro consiste em discutir o campo teórico da internacionalização, revisando seus conceitos, finalidades e contradições presentes na literatura especializada. O segundo movimento enfatiza o papel das redes colaborativas na constituição histórica e na expansão contemporânea do Serviço Social, destacando como trocas transnacionais contribuíram para a consolidação curricular, para a circulação de paradigmas teóricos e para a formação de pesquisadores e profissionais.

Ao situar a internacionalização como um espaço de disputa e não como um processo automático, este estudo reafirma a importância de analisar suas implicações políticas, epistemológicas e pedagógicas. Em última instância, defender a educação como finalidade primeira da internacionalização significa reafirmar o caráter público e emancipatório do ensino superior, princípio defendido tanto na literatura internacional quanto nas bases ético-políticas do Serviço Social brasileiro. Trata-se, portanto, de compreender como redes, políticas e instituições podem fortalecer práticas de cooperação acadêmica orientadas por justiça social, solidariedade internacional e produção de conhecimento comprometida com os desafios contemporâneos.

A contribuição original deste trabalho consiste em articular criticamente os debates sobre internacionalização e mercantilização à trajetória das redes colaborativas do Serviço Social, propondo um marco normativo orientado pela educação como bem público.

2. FINALIDADES EDUCACIONAIS E CONFLITOS ESTRUTURAIS NA INTERNACIONALIZAÇÃO

O debate internacional sobre a internacionalização da educação superior consolidou-se a partir dos anos 1990, especialmente em função da crescente interdependência econômica e tecnológica entre os países, da intensificação dos fluxos de mobilidade estudantil e da expansão de redes científicas globais. A literatura clássica — representada por autores como Jane Knight (2004, 2008); Hans de Wit (2014, 2000); Ulrich Teichler e Philip Altbach (2001) — identifica que a internacionalização é impulsionada por múltiplas motivações: políticas (diplomacia acadêmica, soft power, influência geopolítica), econômicas (atração de estudantes pagantes, competição global, prestação de serviços educacionais), acadêmicas (cooperação científica, produção de conhecimento, qualificação institucional) e socioculturais (interculturalidade, compreensão global, cidadania internacional). Apesar dessa variedade de estímulos, há relativa convergência quanto à premissa de que a dimensão internacional deve ser integrada de forma estrutural às funções centrais da universidade — ensino, pesquisa e extensão — e não apenas como atividade periférica ou episódica (Knight, 1999; de Wit, 2002).

Knight (2004; 2020) destaca que a internacionalização não constitui um fim em si mesma, mas um processo orientado para ampliar a qualidade da educação, desenvolver competências globais,

fortalecer capacidades institucionais e promover oportunidades de aprendizagem significativas. Sob essa perspectiva, a finalidade da internacionalização permanece intrinsecamente educativa e formativa, vinculada ao projeto acadêmico e à função social das instituições de ensino superior. Trata-se, portanto, de um conceito que, em sua formulação normativa, aponta para o aprimoramento do direito à educação, para o desenvolvimento humano e para o fortalecimento de sistemas universitários como bens públicos.

Entretanto, a literatura crítica tem mostrado que as finalidades educacionais frequentemente entram em tensão com dinâmicas econômicas e políticas que transformam a internacionalização em estratégia de mercado. Altbach (2015) e Morosini (2006) observam que, sob a influência de agendas neoliberais, a educação superior passou a integrar cadeias globais de valor, sendo tratada como serviço comercial e nicho de expansão econômica. Políticas de organismos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e acordos como o GATS (General Agreement on Trade in Services) favoreceram a circulação transfronteiriça de instituições educacionais, cursos e modalidades de ensino, reforçando a lógica de competição e gerando disputas entre sistemas universitários. Nesse contexto, cresce o fenômeno do *academic capitalism*, que reconfigura prioridades institucionais e desloca a educação para um horizonte mercantilizado, permeado por rankings competitivos, captação de recursos privados e busca por prestígio global.

A internacionalização da educação superior se apresenta como um fenômeno multifacetado, cujas dimensões política, econômica, acadêmica e cultural interagem de forma complexa, demandando uma análise crítica que ultrapasse a mera descrição de programas e indicadores. Esta complexidade exige que as instituições desenvolvam capacidades para negociar em diferentes esferas, conciliando interesses globais com compromissos locais, sem perder de vista o caráter público da educação (Schmitt; Pacheco, 2021, p. 223).

Autores vinculados ao campo da epistemologia crítica e da filosofia da educação ampliam a compreensão sobre as tensões conceituais desse processo. Edgar Morin (2000) e outros pensadores da complexidade defendem que a educação deve preparar para a incerteza, a diversidade e a interdependência global, desenvolvendo nos sujeitos capacidades cognitivas e éticas capazes de enfrentar crises civilizatórias — ambientais, tecnológicas, sociais. Haste e Chopra (2020), alinhados ao debate prospectivo da UNESCO, reforçam que a educação para 2050 deve promover competências colaborativas, pensamento crítico, empatia e responsabilidade planetária, em contraste com modelos tecnicistas centrados apenas na empregabilidade e na produtividade.

Nesse sentido, Paulo Freire acrescenta uma contribuição imprescindível ao enfatizar que a educação é prática de liberdade, espaço de emancipação intelectual e resistência às formas de opressão cultural e epistêmica. A internacionalização, quando orientada por princípios freireanos, deixa de ser mecanismo de reprodução das hegemonias globais e converte-se em oportunidade de construção dialógica do conhecimento, valorização das epistemologias do Sul e afirmação de sujeitos históricos capazes de questionar estruturas de poder.

Assim, o campo teórico sobre internacionalização apresenta um horizonte normativo robusto, comprometido com a formação integral, a expansão do conhecimento e a construção de sociedades mais justas. Contudo, esse horizonte contrasta com práticas educacionais contemporâneas marcadas pela mercantilização, pela competição internacional e pela crescente desigualdade entre sistemas de ensino. A tensão entre finalidades educativas e interesses econômicos constitui, portanto, o núcleo crítico do debate atual, orientando pesquisas que buscam compreender como políticas e instituições podem alinhar a internacionalização às necessidades formativas, sociais e ético-políticas do século XXI.

3. PRESSÕES DE MERCADO E RECONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS GLOBAIS

A mercantilização da educação superior constitui um dos fenômenos mais analisados pelas ciências sociais nas últimas duas décadas, especialmente no âmbito da internacionalização. Esse processo desloca a educação do regime de bem público — vinculada à cidadania, à soberania nacional e ao desenvolvimento social — para o regime de serviço comercial, sujeito às lógicas do mercado global e às pressões competitivas internacionais. Autores como Hans de Wit, Mészáros (2015) e Guerra (2011) enfatizam que esse deslocamento altera profundamente as finalidades e o funcionamento das instituições de ensino superior, que passam a operar segundo critérios de eficiência, produtividade, competitividade e captação de receitas, muitas vezes em detrimento de seus compromissos públicos.

No contexto neoliberal, as universidades deixam de ser compreendidas prioritariamente como espaços de formação integral e passam a ser tratadas como organizações inseridas em cadeias econômicas globais, disputando estudantes, projetos e indicadores de desempenho. Pereira e Guerra observam que o caráter público da educação vai sendo corroído por políticas que promovem privatização indireta, terceirização, autossustentação financeira e dependência de rankings internacionais. Esse movimento não se restringe aos países do Norte Global: órgãos como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) pressionam países periféricos a adotarem modelos empresariais de gestão universitária, reforçando a tendência global de reestruturação mercantil.

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e instituições multilaterais têm alertado sobre efeitos deletérios desse processo, tais como a perda de soberania dos Estados na formulação de políticas educacionais, a erosão da

capacidade regulatória nacional, a elitização do acesso e o aprofundamento da dependência científica e tecnológica de países do Sul. A expansão transfronteiriça de instituições privadas, a oferta de cursos transnacionais com baixa regulação e a disputa internacional por estudantes pagantes ampliam assimetrias históricas, favorecendo sistemas universitários já consolidados e dificultando a afirmação de epistemologias periféricas. O ensino superior deixa de ser ferramenta de redução de desigualdades e passa a reproduzir, em escala ampliada, a estratificação social global.

Nesse quadro, as motivações econômicas para a internacionalização — como a mobilidade estudantil de caráter comercial, a exportação de serviços educacionais e a competição por prestígio — tendem a suprimir finalidades socioculturais e acadêmicas. Ao privilegiar cursos mais rentáveis, programas em inglês e parcerias voltadas ao retorno financeiro, as instituições podem negligenciar áreas fundamentais para a democracia e para o desenvolvimento social, como ciências humanas, artes e educação. A consequência é a intensificação do fenômeno descrito por autores críticos como “educação pobre para pobres”: sistemas universitários periféricos oferecem formações mais curtas, técnicas e fragmentadas, enquanto centros globais concentram recursos, pesquisa de ponta e formação longa e integral. O resultado é a reprodução das hierarquias globais do conhecimento e o enfraquecimento da capacidade intelectual autônoma dos países periféricos.

4. CIRCULAÇÃO DE SABERES E A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

A trajetória histórica do Serviço Social evidencia um enraizamento internacional desde suas origens. A constituição profissional na América Latina foi influenciada por experiências europeias e

norte-americanas, mas reconfigurada segundo os desafios locais de desigualdade, pobreza e luta por direitos sociais. Autores como (Iamamoto, 1982, 1998, 2021), (Netto, 2016) e (Abad, Vieira e Morosini, 2018) mostram que a consolidação do Serviço Social brasileiro dependeu de um intenso intercâmbio intelectual, que envolveu desde a circulação de referenciais teóricos marxistas até a participação em congressos internacionais, redes de pesquisa e programas de formação.

De acordo com Schmitt e Sarmento (2023a) a mobilidade internacional das pioneiras do Serviço Social brasileiro¹ evidencia que, desde sua gênese, a constituição da profissão esteve profundamente marcada por fluxos transnacionais de saberes e por uma circulação assimétrica de modelos formativos. Como demonstram os registros históricos de Yasbek (1980) e Ferreira (1977), sobre Odila Cintra Ferreira, Albertina Ramos e Maria Kiehl, as primeiras gerações de assistentes sociais brasileiras buscaram na Europa – especialmente na Bélgica, França, Inglaterra e Suíça – referenciais teóricos e metodológicos que fundamentassem a criação de uma escola nacional, reconhecendo que a improvisação institucional seria incompatível com as exigências de um campo profissional em consolidação. Essa mobilidade formativa não apenas estruturou a primeira Escola de Serviço Social em 1936, mas também inaugurou um padrão de internacionalização baseado na apropriação seletiva de modelos estrangeiros, cuja adaptação à realidade brasileira exigiu constantes traduções culturais e epistemológicas (Schmitt; Sarmento, 2023a). Tais intercâmbios lançaram as bases das primeiras redes internacionais da profissão e revelam que a circulação de saberes sempre desempenhou papel determinante na conformação identitária e acadêmica do Serviço Social no Brasil (Schmitt; Sarmento, 2023a).

1 A mobilidade formativa das pioneiras do Serviço Social brasileiro — especialmente Odila Cintra Ferreira, Albertina Ramos e Maria Kiehl — foi decisiva para a consolidação da primeira Escola de Serviço Social em 1936. Como demonstram Yasbek (1980) e Ferreira (1977), essas viagens à Bélgica, França, Inglaterra e Suíça permitiram a apropriação e posterior adaptação de métodos europeus à realidade nacional, inaugurando um padrão de internacionalização marcado por fluxos assimétricos de saberes e pela necessidade contínua de traduções culturais e epistemológicas.

Para além dos marcos político-institucionais, a internacionalização do Serviço Social se efetiva por meio de redes intelectuais transfronteiriças, entendidas como tramas relacionais que articulam vínculos acadêmicos e afetivos para a produção e difusão de conhecimentos (Schmitt; Sarmiento, 2023,b). Como assinala Devés-Valdés (2007), tais redes se constituem a partir de um conjunto de profissionais engajados em tarefas intelectuais que estabelecem laços de confiança recíproca, trocam trabalhos e desenvolvem projetos comuns. Quando esses intercâmbios produzem saberes aplicáveis aos contextos locais e geram impactos transformadores na realidade social, configuram-se como 'teias intelectuais.' Esta perspectiva é fundamental para uma internacionalização crítica na perspectiva Sul-Sul, pois desloca o eixo da mera transferência de modelos para o campo da coautoria epistêmica e da circulação dialógica de saberes, alinhando-se ao projeto ético-político profissional ao fomentar uma inserção internacional antagonônica à lógica mercantil (Schmitt; Sarmiento, 2023b).

No século XX, especialmente a partir dos anos 1960, as redes colaborativas desempenharam papel decisivo na criação de currículos modernos, na disseminação do debate crítico e na articulação entre universidades latino-americanas. A partir dos anos 2000, a intensificação da internacionalização formal — por meio de programas como o Programa CAPES/Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (COFECUB), o Erasmus Mundus, e por meio de redes como a Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), a Rede de Investigação e Ação Transnacional (RIAT) e o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) — ampliou oportunidades de intercâmbio, dupla titulação e cooperação científica. Essas redes, quando regidas por princípios de solidariedade, reciprocidade e reconhecimento da diversidade epistêmica, favorecem uma produção de conhecimento mais plural e conectada às realidades sociais.

Entretanto, a inserção periférica nessas redes é desigual. Embora o Brasil exporte grande número de estudantes e pesquisadores em formação, recebe quantitativamente menos docentes

estrangeiros, sobretudo pesquisadores seniores. A “fuga de cérebros” (brain drain), a escassez de financiamento e as barreiras linguísticas restringem a capacidade das instituições brasileiras de exercer protagonismo em redes globais. Além disso, estruturas assimétricas de governança fazem com que países centrais definam temas, metodologias, revistas e critérios de excelência, orientando a agenda científica internacional.

No caso do Serviço Social, tais assimetrias se somam aos desafios históricos da profissão: defesa da educação pública, enfrentamento da desigualdade social, afirmação de epistemologias críticas e necessidade de fortalecer um projeto ético-político comprometido com direitos sociais. Assim, a internacionalização pode assumir caráter emancipatório apenas quando articulada à tradição crítica da área, reconhecendo desigualdades estruturais e promovendo intercâmbios que valorizem experiências latino-americanas e africanas, historicamente marginalizadas no espaço acadêmico global.

A partir dos desafios indicados por Marques e Schmitt (2021, a), a circulação de saberes no Serviço Social deve ser compreendida como processo profundamente atravessado por disputas epistemológicas que exigem o reconhecimento de perspectivas indígenas, interculturais e antidiscriminatórias na produção do conhecimento profissional. Como enfatizam os autores, a descolonização do Serviço Social implica romper com práticas hegemônicas de matriz ocidental e afirmar um horizonte ético-político fundado na solidariedade, no Ubuntu² e na responsabilidade coletiva pela dignidade humana (Marques, Schmitt, 2021, a).

2 O conceito de **Ubuntu** expressa a filosofia “eu sou porque nós somos”, destacando a interdependência entre pessoas, comunidades e territórios. Na leitura de Marques e Schmitt (2021, a), inspirada em Martinez (2021), o Ubuntu funciona como fundamento ético-político para práticas de Serviço Social ancoradas na solidariedade, no reconhecimento dos saberes indígenas e na responsabilidade coletiva pela dignidade humana. Segundo os autores, essa perspectiva se articula ao movimento contemporâneo de descolonização do Serviço Social, que busca desafiar práticas hegemônicas de matriz ocidental e promover uma atuação multicultural, anti-discriminatória e orientada à justiça social.

Nesse cenário, a sustentabilidade emerge como eixo estruturante para a internacionalização do Serviço Social, pois revela a inseparabilidade entre justiça social, justiça ambiental e direitos humanos na agenda global da profissão. Como destacam Marques e Schmitt (2021, b), a crise socioecológica contemporânea exige que os assistentes sociais incorporem novos conhecimentos intelectuais e culturais, fortalecendo uma abordagem ecossocial capaz de dialogar com múltiplos contextos e promover respostas coletivas diante de riscos globais crescentes. A articulação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável amplia o horizonte da circulação internacional de saberes ao posicionar a profissão na defesa da vida, da equidade e da interdependência entre povos e territórios, reconhecendo que não há futuro comum sem práticas comprometidas com prevenção, solidariedade e cooperação transnacional. Nesse sentido, a sustentabilidade não é apenas um campo temático adicional, mas um princípio orientador da inserção internacional do Serviço Social, convocando a profissão a participar ativamente da construção de sociedades resilientes e ambientalmente responsáveis³ (Marques; Schmitt, 2021, b).

5. DIRETRIZES ÉTICO-POLÍTICAS PARA UMA INTERNACIONALIZAÇÃO SOCIALMENTE REFERENCIADA

Diante das tensões identificadas, consolidar a educação como critério normativo central da internacionalização significa

3 Conforme argumentam Marques e Schmitt (2021, b), a Agenda Global 2020–2030 reforça a necessidade de que o Serviço Social assuma uma abordagem ecossocial ativa, alinhada aos ODS e ao princípio do Ubuntu — entendido como “eu sou porque nós somos” — no enfrentamento da crise socioambiental. Essa orientação exige novos conhecimentos, práticas preventivas, educação crítica e cooperação internacional para promover bem-estar, dignidade humana e sustentabilidade em escala planetária.

reafirmar que qualquer iniciativa transnacional deve ser avaliada por sua capacidade de promover formação humana, justiça social e democratização do conhecimento. Trata-se de um posicionamento ético e político que se opõe à instrumentalização mercantil da universidade e reforça sua responsabilidade pública.

Esse compromisso implica quatro dimensões essenciais. Primeiro, resistir à mercantilização, preservando políticas públicas que garantam financiamento estatal, regulação adequada e defesa da educação como bem comum. Segundo, fortalecer redes colaborativas horizontais, capazes de produzir conhecimento em regime de coautoria, fomentar intercâmbio de saberes entre Sul e Sul e superar relações verticalizadas de dependência. Terceiro, promover currículos que valorizem competências críticas, criatividade, solidariedade, pensamento complexo e cidadania global, como defendem Morin e Freire. E, por fim, instituir mecanismos de cooperação internacional que reduzam assimetrias globais — mobilidade recíproca, fomento à pesquisa local, bolsas para estudantes estrangeiros em países periféricos e participação equitativa em projetos multilaterais.

Longe de ser idealista, essa agenda é viável e já encontra precedentes em políticas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em chamadas multilaterais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e em iniciativas regionais como a Associação de Universidades do Grupo Montevidéu (AUGM), a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e programas de integração acadêmica do Mercado Comum do Sul (Mercosul). O desafio está em transformá-la em orientação estratégica permanente e não em ação pontual, assegurando que a internacionalização se alinhe ao interesse público e ao compromisso democrático das universidades.

6. FORMAÇÃO PROFISSIONAL, TRABALHO E TENDÊNCIAS DA INTERNACIONALIZAÇÃO CRÍTICA

As transformações no campo educacional repercutem diretamente na formação e no exercício profissional do assistente social. A mercantilização tende a produzir currículos fragmentados, voltados para competências utilitárias e desconectados dos fundamentos teórico-críticos da profissão. Além disso, o avanço da lógica empresarial sobre as instituições de ensino e os serviços públicos provoca precarização laboral, intensificação do trabalho e erosão das condições que sustentam práticas profissionais de qualidade (Guerra, 2011); (Dias, 1997); (Boschetti, 2008). O risco é a formação de profissionais tecnicistas, com reduzida capacidade analítica e menor inserção crítica nas políticas sociais.

Por outro lado, quando orientada por princípios democráticos e colaborativos, a internacionalização amplia horizontes teóricos e metodológicos, fortalece a compreensão intercultural, amplia a participação do Serviço Social em redes temáticas globais (como pobreza, migrações, direitos humanos, desigualdades e justiça ambiental) e fomenta práticas inovadoras. A circulação de estudantes e docentes, a participação em eventos internacionais e a possibilidade de experiências comparadas enriquecem o repertório profissional e estimulam uma visão ampliada sobre políticas sociais em diferentes contextos.

O desafio, portanto, consiste em construir institucionalmente formas de internacionalização que reforcem — e nunca comprometam — o projeto ético-político do Serviço Social, sustentado em princípios de justiça social, autonomia, emancipação e defesa de direitos. Para isso, é indispensável que as universidades brasileiras invistam em políticas de internacionalização socialmente referenciadas, garantindo

que estudantes e profissionais tenham acesso não apenas a mobilidade acadêmica, mas também a práticas formativas comprometidas com transformação social.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: HORIZONTE PÚBLICO PARA A COOPERAÇÃO ACADÊMICA

A internacionalização da educação só se legitimará se for orientada pela educação enquanto fim — isto é, se promover formação crítica, solidariedade e justiça social. As redes colaborativas representam um potencial significativo para a produção e circulação de conhecimentos, mas operam em um campo tensionado pela mercantilização e por desigualdades estruturais. Para o Serviço Social brasileiro, a internacionalização deve significar ampliação de capacidades acadêmicas e fortalecimento do compromisso com políticas públicas e direitos sociais.

Defende-se uma agenda de internacionalização crítica e responsável: políticas públicas que protejam a educação, mecanismos de cooperação equitativos, ênfase em formação humanística e ética, e apoio a pesquisas que conectem demandas locais a diálogos transnacionais. Só assim a internacionalização cumprirá seu propósito educacional e contribuirá para sociedades mais justas.

Assim, a discussão apresentada neste capítulo adquire relevância global ao evidenciar que a internacionalização da educação superior constitui não apenas um fenômeno acadêmico, mas uma arena estratégica de disputa por projetos societários e modelos de desenvolvimento. Pesquisas futuras podem aprofundar comparações entre diferentes experiências de internacionalização crítica no Sul Global, analisando como redes colaborativas, políticas institucionais e movimentos sociais operam em contextos de crescente

precarização e desigualdade. Nesse sentido, torna-se indispensável que políticas públicas nacionais e regionais consolidem mecanismos duradouros de financiamento, cooperação e regulação democrática que assegurem a educação como bem público e garantam que a internacionalização fortaleça — e não fragilize — o compromisso ético-político com justiça social, equidade e direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ABAD, Lucas G.; VIEIRA, Mauricio Aires; MOROSINI, Marília C. Redes internacionais de cooperação educacional: processos de internacionalização do ensino superior em contextos emergentes. *In: Seminário Internacional de Políticas Públicas da Educação Básica e Superior*, 6, 2018, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: UFRGS/CE, 2018. p. 303-303.

Altbach, Philip G. and Teichler, Ulrich. Internationalisation and exchanges in a globalized university. **Journal of Studies in International Education**, 5(1), 5-25. 2001.

ALTBACH, Philip G. Globalisation and the university: myths and realities in an unequal world. **Tertiary Education and Management**, v. 10, n. 1, p. 3-25, 2004.

BOSCHETTI, Ivanete. O Serviço Social e a luta por trabalho, direitos e democracia no mundo globalizado. **Palestra apresentada na Conferência Mundial de Serviço Social**, Salvador, 17 ago. 2008. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/ivanete_boschetti_palestra_2008.pdf. Acesso em: 15 nov. 2025.

BRAGA, Gilda Maria. Informação, ciência, política científica: o pensamento de Derek de Solla Price. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 155-177, 1974.

CFESS. **Dados Estatísticos**. Conselho Federal de Serviço Social, 2023. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1913>. Acesso em: 15 nov. 2025.

DIAS, Edmundo Fernandes. **A liberdade (im)possível na ordem do capital**: reestruturação produtiva e passivização. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997. (Textos Didáticos, 29).

FERREIRA, Odila Cintra. Depoimento concedido a Maria Tereza Roy, 1977. *In: YAZBEK, Maria Carmelita. Origens e institucionalização do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GEOCAPES. **Plataforma Geocapes**. CAPES, 2024. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

GUERRA, Yolanda. Na contracorrente da reforma do ensino superior: nótula sobre o curso de graduação em Serviço Social para assentados da reforma agrária. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n. 21, p. 239-270, jan./jun. 2011.

HASTE, Helen; CHOPRA, Vidur. **Os futuros da educação para a participação em 2050**. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374441>. Acesso em: 15 nov. 2025.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1982.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda V.; RAICHELIS, Raquel; BRAVO, Maria Inês S. A pesquisa científica no Serviço Social. In: IAMAMOTO, Marilda V.; SANTOS, Cláudia M. dos (orgs.). **A história pelo avesso**. São Paulo: Cortez, 2021. p. 207-218.

IANNI, Octávio. **A polêmica sobre Ciências e Humanidades. Seminários Unicamp "Diversidade na Ciência"**, Campinas, 27-28 mar. 2003.

INEP. **Censo da Educação Superior 2022: Resumo Técnico**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/resumo-tecnico-do-censo-da-educacao-superior-2022>. Acesso em: 15 nov. 2025.

KNIGHT, Jane. **Internacionalização da educação superior: conceitos, tendências e desafios**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020.

KNIGHT, Jane. An internationalization remodeled: definition, approaches and rationales. **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004.

KNIGHT, Jane; WIT, Hans de. Strategies for internationalization of higher education: historical and conceptual perspectives. In: KNIGHT, Jane; DE WIT, Hans (eds.). **Strategies for Internationalization of Higher Education**. Amsterdam: EAIE, 1995. p. 5-32.

MANDEL, Ernest. **Iniciação à teoria econômica marxista**. México: Ediciones Era, 1967.

MESTENHAUSER, Josef A. On the hologram of international education. *In*: WILLIAMS, R. D.; LEE, A. (eds.). **Internationalizing Higher Education**. Rotterdam: Sense Publishers, 2015. p. 27-49.

MARQUES, Eduardo José da Silva Tomé; SCHMITT, Adriana Regina Vettorazzi. O Serviço Social Ambiental: compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a defesa do meio ambiente enquanto direito humano. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 607-616, set./dez. 2021, a.

MARQUES, Eduardo José da Silva Tomé; SCHMITT, Adriana Regina Vettorazzi (org.). **Serviço social nos países de língua portuguesa: interculturalidade e desafios**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021, b. 282 p. ISBN 978-65-5939-329-9 (brochura); ISBN 978-65-5939-340-4 (eBook). DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.404.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

MOROSINI, Marília. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – conceitos e práticas. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 1, n. 1, p. 54-77, 2006.

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. *In*: SILVA, Maria L. O. (org.). **Serviço Social no Brasil**: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. p. 15-48.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo**: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. São Paulo: Cortez, 2013.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. *In*: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* (org.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 87-108.

PICCOLO, Ramiro M. D. A ABEPSS na internacionalização do Serviço Social do Brasil. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 22, n. 1, p. 144-155, jan./jun. 2022.

ROBERTSON, Susan L. Researching global education policy: anglo-american hegemony or global policy field? **Comparative Education**, v. 48, n. 2, p. 1-17, 2012.

SCHMITT, Adriana Regina Vettorazzi; SARMENTO, Helder Boska de Moraes.

Internacionalização do Serviço Social brasileiro: primeiros movimentos.

[S. l.], 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/252365>.

Acesso em: 17 nov. 2025.

SCHMITT, Adriana Regina Vettorazzi; SARMENTO, Helder Boska de Moraes.

Internacionalização do serviço social: contribuições ao debate da profissão.

Argumentum, Vitória, v. 15, n. 2, p. 110-124, maio/ago. 2023b. DOI: [http://10.47456/](http://10.47456/argumentum.v15i2.40481)

argumentum.v15i2.40481. Disponível em: [https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/](https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/40481)

view/40481. Acesso em: 17 nov. 2025.

SCHMITT, Adriana Regina Vettorazzi; PACHECO, L. M. D. Um olhar sobre as múltiplas

dimensões da internacionalização. **Revista Literatura em Debate**, [S. l.], v. 15, n. 26,

p. 220-235, 2021. Disponível em: [https://revistas.fw.uri.br/index.php/debate/article/](https://revistas.fw.uri.br/index.php/debate/article/view/4487)

view/4487. Acesso em: 17 nov. 2025.

SLAUGHTER, Sheila; RHODES, Gary. **Academic Capitalism and the New Economy:**

Markets, State, and Higher Education. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.

UNESCO. **Educação superior:** reforma, mudança e internacionalização. Brasília: UNESCO;

SESU, 2004.

WERTHEIN, Jorge. Educação superior: reforma, mudança e internacionalização. *In*: UNESCO.

Educação superior: reforma, mudança e internacionalização. Brasília: UNESCO; SESU/MEC,

2003. p. 7-20.

WIT, Hans de. **Internationalization of higher education: an institutional perspective.**

Paris: UNESCO, 2000. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

Wit, Hans de. The different faces and phases of internationalisation of higher education.

In Maldonado-Maldonado, A. and Basset, R.M. (eds.), **The Forefront of International**

Higher Education. A Festschrift in Honor of Philip G. Altbach. Dordrecht: Springer,

89-99. 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Origens e institucionalização do Serviço Social.** São

Paulo: Cortez, 1980.

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC - 2009), mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Federal em Educação Profissional e Tecnológica (ProFEPT) (2021) e doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) (2021-2024). Atualmente, é doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (desde 2022) Bolsista do Programa CAPES PRINT - Programa de intercâmbio sanduíche. Bolsista FAPESC 2024-2025. É assistente social no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), campus de São Miguel do Oeste, e pesquisadora do Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social da Universidade Lusíada de Portugal (CLISSIS).

Lattes ID: 8816093910339147.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-2734-069X>

E-mail: adrianarschmitt@gmail.com

Eduardo José da Silva Tomé Marques

Doutorado pela Universidade Complutense de Madrid, 2016. PhD | DOCTOR EUROPEU - "CUM LAUDE" (Social Work). Professor da Universidade dos Açores - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UAC), Portugal. Investigador Integrado no Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social (CLISSIS). Colaborador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade dos Açores. Embaixador do Pacto Europeu para o Clima da Comissão Europeia.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9697-3381>

E-mail: Eduardo.js.marques@uac.pt

Mônica Schmitt

Graduanda de Medicina na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9722347562666915>

E-mail: monica.schh@gmail.com

Matheus Leão Godoy

Graduando de Medicina na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7788505751949696>

E-mail: matheuslgodoy@gmail.com

2

*Raphaella Freitas Petkovic
Douglas Alexandre Leonel*

HOMOSSEXUALIDADE: DA ANTIGUIDADE À ATUALIDADE

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-530-5.2

RESUMO:

A homossexualidade é um fenômeno social e também individual. Este trabalho tem como finalidade abordar os aspectos históricos e transculturais da homossexualidade e, posteriormente, seu papel na sociedade contemporânea. Tal abordagem se faz necessária para compreender melhor os aspectos que cerceiam a homossexualidade, considerando que ainda há muita oposição com bases morais e religiosas, provocando a marginalização e deixando os homossexuais sujeitos à discriminação. O conceito de homofobia surge para explicar grande parte da negatividade que cerca a homossexualidade. Não obstante, a sociedade está respondendo às necessidades legítimas dos gays e lésbicas de muitos modos importantes. As conclusões, baseadas em uma defesa efetiva do tema e nas evoluções acerca das questões homossexuais com o passar dos tempos, oferecem subsídios para que a homossexualidade seja considerada perante todos e ingresse na posição de consenso da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Homossexualidade. LGBTQIA+. História.

INTRODUÇÃO

A homossexualidade acompanha a história humana desde seus registros mais antigos, manifestando-se em mitologias, práticas sociais, rituais, produções culturais e estruturas de poder em diversas sociedades. Embora seja parte constitutiva da pluralidade humana, ao longo do tempo recebeu diferentes interpretações — da aceitação plena à repressão violenta, passando pela patologização e criminalização.

As sociedades, moldadas por discursos religiosos, políticos e científicos, construíram múltiplas narrativas sobre o amor e o desejo entre pessoas do mesmo gênero. Como afirma Gikovate (2000, p. 133), “a homossexualidade é uma alteração comum da rota natural da sexualidade”, indicando a necessidade de compreendê-la como variante legítima da expressão humana, e não como desvio ou anomalia.

Nos séculos XX e XXI, o debate sobre a diversidade sexual e de gênero ganhou novos contornos, sobretudo diante do fortalecimento dos movimentos sociais e da ampliação de pesquisas nas ciências humanas. Autores como Butler (2021), Miskolci (2021) e Junqueira (2020) salientam a necessidade de diferenciar orientação sexual e identidade de gênero, distinção que tem fundamentado a recente separação analítica das siglas LGB e TQIA+. Essa separação, longe de fragmentar o movimento, permite análises mais precisas, ações políticas mais eficazes e maior reconhecimento das especificidades que atravessam cada grupo.

Este trabalho busca investigar o percurso histórico da homossexualidade desde a antiguidade até a atualidade, demonstrando como as construções simbólicas e institucionais moldaram — e continuam moldando — as experiências de pessoas LGBTQIA+. Também discute os avanços legais, as resistências sociais, a homofobia e a violência estrutural, além da emergência de movimentos que reivindicam cidadania, reconhecimento e políticas públicas inclusivas.

DEFINIÇÃO DE HOMOSSEXUALIDADE

Ao abrirmos o dicionário Aurélio para encontrar a definição da palavra Homossexual, tem-se que “1. Referente a atos sensuais entre indivíduos do mesmo sexo. / 2. Pessoa que tem afinidade sexual somente para indivíduos do mesmo sexo”. Já ao buscarmos na internet, mais precisamente no site Wikipédia, encontramos uma definição mais abrangente: “Homossexualidade (do grego *homos* = igual + latim *sexus* = sexo) refere-se ao atributo, característica ou qualidade de um ser, humano ou não, que sente atração física, estética e/ou emocional por outro ser do mesmo sexo. Enquanto orientação sexual, a homossexualidade se refere a “um padrão duradouro de experiências sexuais, afetivas e românticas principalmente entre pessoas do mesmo sexo”. Também refere-se a um indivíduo com senso de identidade pessoal e social com base nessas atrações, manifestando comportamentos e aderindo a uma comunidade de pessoas que compartilham da mesma orientação sexual”.

Gikovate (2000, p. 13), ao abordar o tema, considera a homossexualidade como uma fácil e comum alteração da rota natural da nossa sexualidade, desconsiderando-a uma doença.

No decorrer da história da humanidade, os homossexuais eram tolerados ou condenados, de acordo com a época e cultura nas quais estavam inseridos. Alguns eram vistos como melhorias para a sociedade, enquanto outros eram considerados pecadores ou portadores de algum tipo de doença, sendo até mesmo proibidos por lei. No século XX a homossexualidade deixou de ser classificada como doença ou desvio de conduta e vem sendo discriminizada gradativamente. Porém, os direitos das relações entre pessoas do mesmo sexo entre os países. Em alguns países o casamento entre homossexuais é legalizado, em outros, homossexuais são considerados criminosos e podem até ser condenados à morte.

Existem algumas datas que são consideradas muito importantes no caminho da aceitação dos homossexuais perante a sociedade:

- 1973 - A Associação Americana de Psiquiatria deixa de considerar a homossexualidade doença.
- 1975 - A Associação Americana de Psicologia faz o mesmo, e tira a homossexualidade do seu rol de doenças.
- 1985 - O Conselho Federal de Psicologia do Brasil (CFP) deixa de considerar a homossexualidade um desvio sexual
- 1999 - O CFP estabelece normas para a atuação de psicólogos em relação à orientação sexual, determinando que *"a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão"* e que os psicólogos não devem participar de ações que proponham tratamento ou cura da homossexualidade, sob pena de terem seu registro cassado.
- 1990 - No dia 17 de Maio de 1990, data esta considerada muito importante, a Organização Mundial de Saúde (sigla OMS) retirou a homossexualidade da sua lista de doenças mentais, a Classificação Internacional de Doenças (sigla CID).
- 1991 - A Anistia Internacional determina que a discriminação contra homossexuais seja considerada uma violação aos direitos humanos.

A SIGLA LGBT E SUAS EVOLUÇÕES

O termo LGBT é um acrônimo para Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros. De forma geral, gays e lésbicas são pessoas que sentem atração emocional e sexual por indivíduos do mesmo sexo.

Pessoas bissexuais podem se apaixonar tanto por indivíduos do sexo masculino quanto do feminino. Já o termo transgênero descreve pessoas cuja identidade de gênero não corresponde às definições socialmente construídas de “homem” ou “mulher”, incluindo transexuais, travestis, transformistas, crossdressers, hermafroditas e andróginos. Enquanto gay, lésbica ou bissexual se referem à orientação sexual, transgênero refere-se à identidade de gênero (Butler, 2004; Preciado, 2013).

No Brasil, a sigla surgiu inicialmente como GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), refletindo os primeiros movimentos de visibilidade sexual. Posteriormente, com o aumento das políticas contra a homofobia, passou-se a utilizar GLBS (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Simpatizantes). Com o tempo, o reconhecimento de pessoas que não se enquadravam nessas categorias levou à inclusão de transgêneros, originando a sigla GLBT. Em 8 de junho de 2008, na 1ª Conferência Nacional GLBT em Brasília, foi aprovada a alteração da sigla para LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros), valorizando a presença das lésbicas e aproximando a sigla brasileira às práticas internacionais (Conferência Nacional GLBT, 2008).

Nos anos seguintes, houve uma ampliação da sigla para LGBTI, incluindo intersexuais, depois para LGBTQIA, incorporando Queer e Assexuais, e em seguida LGBTQIAP+, acrescentando Pessoas Pansexuais e outras identidades (Santos, 2017). Mais recentemente, movimentos internos sugeriram a separação das letras referentes a orientação sexual (LGB) das letras referentes a gênero e outras identidades (QIAP+), buscando maior clareza na representação das demandas e políticas públicas para cada grupo (Silva, 2021).

Essa evolução demonstra a constante adaptação da linguagem e da sigla para abarcar a diversidade da comunidade, reconhecendo novas identidades e expressões de gênero, bem como a complexidade das orientações sexuais.

A HOMOSSEXUALIDADE NA HISTÓRIA

Considerada a diversidade da cultura humana, não surpreende dizer que a homossexualidade seja expressa com uma ampla variedade de formas, e vista de maneiras diferentes durante importantes períodos históricos, em diferentes culturas e sociedades. Em algumas épocas e localidades, a homossexualidade era aceita na sociedade, sem problema algum, em harmonia com os demais. Em outros contextos, é considerada ofensa moral, punível com prisão ou morte; ou até mesmo dita como doença, digna de ser curada com tratamento médico. A seguir, vemos um breve relato da homossexualidade em principais momentos da História.

EGITO (SÉC V A.C.)

No Egito, a cultura homossexual inicia-se com um exército homossexual, chamado de Sagrado Exército de Tebas. Tebas foi por mais de 2000 anos a maior e melhor cidade do Egito, chegando a ser considerada sagrada. O exército era formado por mais de 150 casais de amantes. Inclusive, quando um jovem se alistava no exército, seu equipamento era dado pelo seu parceiro. Tal exército manteve-se invicto por mais de 40 anos, sendo transformado em lenda. Perderam apenas para Felipe, rei da Macedônia, pai de Alexandre o Grande. Alexandre foi quem mais à frente destruiu a cidade. Consta também, entre os registros egípcios, um conto sobre duas divindades que vinham à Terra e faziam sexo com dois homens. Importante ressaltar também que no Egito, os nobres possuíam escravas e escravos para a prática sexual, além dos jovens pajens.

GRÉCIA (SÉC. III A.C.)

Na mitologia grega, verificam-se diversos deuses, semideuses e seres bissexuais ou homossexuais. O mais famoso de todos é o casal Zeus e Ganimedes. Hércules, famoso por suas habilidades e força, também amava a Filoctes, Nestor, Adônis, Jasão e outros, mas o seu amor era evidente quando se tratava de seu sobrinho Iolau. Apolo, deus da beleza e da eterna juventude, além de seus incontáveis amores femininos, também teve inúmeros amantes do sexo masculino. O rapto de jovens era comum, aconteceu com Himeneu, Ciparisso, Carnus, Hipólito, entre outros. Já o Deus do vinho, Dionísio, gostava de festas e banquetes.

No que concerne à cultura, podemos citar a educação dos rapazes atenienses: ela se dava através de laços de amizade e prática homossexual com seus mentores. Se algum cidadão ateniense não exercesse a adoção de jovens, e se encarregasse da educação dele, era acusado de omissão em seus deveres como cidadão. Era uma obrigação social tão importante quanto pagar impostos. Mas como isso acontecia? Diz-se que os garotos, após os 12 anos de idade (nunca abaixo dessa idade, acredita-se que por conta de ser o ápice da puberdade), procuravam um adulto para sua educação. Com a aprovação da família e do garoto, o mesmo praticava sexo homossexual passivo (que é quando o rapaz recebe a penetração) até completar seus 18 anos de idade com o mentor, que deveria lhe ensinar todos os conhecimentos sobre a vida. Depois desse período, o garoto então se tornava ativo (que é quando o rapaz penetra o outro) e deveria ser mentor de outro jovem, até se casar, o que geralmente ocorria quando o rapaz estava próximo a completar 25 anos de idade. Certamente, muitos mentores acabavam se acostumando e continuavam com a prática homo. O lema era: homens para o prazer, mulheres para a procriação. Era colocado em discussão o “verdadeiro amor”:

“Se houvesse maneira de conseguir que um estado ou um exército fosse constituído apenas por amantes e seus amados, estes seriam os melhores governantes da sua

cidade, abstendo-se de toda e qualquer desonra. Pois que amante não preferiria ser visto por toda a humanidade a ser visto pelo amado no momento em que abandonasse o seu posto ou pousasse as suas armas. Ou quem abandonaria ou trairia o seu amado no momento de perigo?"
Platão - O Banquete (428 a.C - 348 a.C)

Há também a não menos importante história de Alexandre, o Grande. Aos 20 anos, Alexandre assumiu o trono da Macedônia, no norte da Grécia de hoje. Nascido em 356 a.C., desde pequeno manuseava lanças, virando chefe de exército antes dos 18 anos. Mas não era um bruto. Nas crises, repetia a Ilíada, o poema de Homero sobre a guerra de Tróia. Discutia literatura, ética e metafísica com desenvoltura: afinal tinha sido discípulo de Aristóteles, um dos maiores pensadores da humanidade. No início do governo, queria derrotar o Império Persa. Com muita ambição, superou as expectativas dos seditos e, em 12 anos de lutas, criou uma superpotência ao tomar conta de 90% do mundo então conhecido, expandindo o seu império até a Índia e a Ásia, fundou 70 cidades, fomentou o comércio e a troca de culturas. Incentivou o casamento de seus auxiliares com asiáticas, escolhendo a iraniana Roxane para esposa.

Mesmo casando-se com ela, continuava tendo como amantes sexuais seu amigo de infância Hefestion e o eunuco Bágoas. Caso julgasse necessário, era impiedoso, mas se notabilizou por transformar adversários em aliados e por conduzir os soldados com carisma. O que Alexandre queria mesmo era ser adorado como um deus. A certa altura, deixou de ouvir seus oficiais, perdeu apoio e começou a abusar do álcool. Ao seu lado, permanecia o amigo e companheiro sexual Hefestion, que se excedeu no vinho até a morte. Alexandre chorou por dias a perda do amado, raspou a cabeça e chegou a decretar luto. Era um verdadeiro amor. Com a saúde debilitada pelas guerras, acabou morrendo depois de uma bebedeira, em uma festa que durou cinco dias. Tinha 32 anos e não deixou herdeiros, mas seu legado desdobrou-se no surgimento do Império Romano e na expansão do cristianismo.

É importante ressaltar que não há qualquer registro de que a homossexualidade tenha sido amplamente aceita na Grécia antiga, mas também não há registros de que ela tenha sido encarada como um problema, como atualmente. A bissexualidade, naquela época, era vista como prova de virilidade. Já o sexo homossexual, era uma forma de troca de energias, sexo puramente carnal.

ROMA (SÉC. I D.C.)

Não houve outro império poderoso e glorioso como o romano. Dos últimos quinze imperadores, apenas o imperador Cláudio não deixou referências quanto a sua homo ou bissexualidade. Julio César, Tibério, Calígula, Nero, Adriano, Heliogábalo, Galba, Caracala, foram adeptos do amor proibido. Havia muita luxúria proporcionada pela ostentação e riqueza, o que proporcionava a ocorrência nos palácios de diversas orgias entre homens. Eles também se vestiam de mulher (semelhante ao nosso carnaval). Até Constantino (312 D.C), a homossexualidade não era vista como um problema perante a sociedade.

Na chamada "Era das Trevas", houve muita ignorância. A vontade de Deus era o que impulsionava as ações dos seres humanos, inclusive em situações cruéis. A ascensão do Cristianismo em Roma mudou diversos valores da época, caçou hereges e perseguiu aqueles que eram considerados "diferentes". O papa passa a ter poder divino sobre a terra e a religião em Roma seguiu adiante. Casos de papas homossexuais fizeram parte da história da Igreja, como o Papa João XXII, que chegou a ser expulso da Igreja pela realização de diversas orgias bissexuais. Porém, ser trazido de volta pela Igreja, acabou sendo assassinado a pauladas em 964, aos 24 anos, por um esposo traído que o pegou em flagrante. No ano de 1123, declaram-se nulos os de casamentos de padres. Mulheres, animais fêmeas, adolescentes belos e até instrumentos musicais foram proibidos nos mosteiros, numa tentativa maciça de diminuir a tentação aos religiosos. Cantos

que misturavam tons muito agudos foram banidos sob o pretexto de serem homoeróticos e influenciarem a homossexualidade. A pureza da alma neste momento dependia somente do sexo e do desejo.

SANTA INQUISIÇÃO (1229 A 1826)

O papa Gregório instituiu o direito ao Tribunal do Santo Ofício, em 1229, e ordenou o combate às mazelas difundidas em toda a Europa. Somente em Estrasburgo, na época território alemão, foram queimados mais de 80 homens, mulheres e crianças, somente no primeiro ano da inquisição. Os homossexuais sofriam muito, pois somente no Brasil, já no século XVII, foram registradas 4.419 denúncias de sodomia, e destes, trinta foram enviados à Metrópole e condenados à fogueira.

A sodomia era considerada a pior das heresias. Para os homossexuais, o determinante era a idade. Após as confissões, que eram sempre obtidas na base da tortura, o indivíduo abaixo de quinze anos era preso por três meses. Acima de quinze anos, deveria ir preso e posteriormente pagar multa. Já os adultos deveriam pagar multas, sob pena de terem suas genitálias amarradas, devendo andar nus pela cidade, e posteriormente seriam açoitados e depois expulsos da província. Caso fosse maior de trinta e três anos, o acusado era julgado sem direito a defesa e, caso fosse condenado, era queimado em fogueira e seus bens eram confiscados. Neste período, existem relatos de pelo menos dois papas homossexuais: Paulo II e Alexandre VI.

RENASCENÇA

A Renascença foi a retomada das idéias gregas e romanas, e teve dois pontos principais para seu sucesso: uma burguesia mais forte, movida pelos artesãos e comerciantes, e a invenção da prensa gráfica móvel em 1456, pelo alemão Gutemberg. Com isso, a escrita

passou a ser algo popular. Os livros produzidos pelos que dominavam a escrita não eram acessíveis à grande parte da população. Mesmo que se tenha conhecimento que o primeiro livro publicado foi a Bíblia, em menos de 10 anos o volume de obras ultrapassou o que os monges fizeram à mão por quinze séculos.

Com defensores públicos do amor entre iguais, a homossexualidade foi tornando-se causa de penas leves e raras execuções. Além de Botticelli e Michelangelo, que tinham fortes evidências de homossexualidade, a mais comentada era a de Leonardo da Vinci (1452-1519). Em 1476, foi acusado de sodomia (O homossexualismo era crime em Florença), em um “crime” onde ele e mais três jovens do ateliê onde trabalhava teriam mantido relações com o prostituto Jacopo Saltarelli (prostituição também era crime). Mas a acusação acabou sendo arquivada por falta de provas. Porém, anos mais tarde, em 1490, Giacomo Salaï, um jovem florentino, passou a morar com o pintor, e os dois acabaram virando amantes. Inclusive, para alguns estudiosos, a homossexualidade do artista estaria expressa na *Mona Lisa*, pois ela seria um auto-retrato feminino de da Vinci.

Com isso, por mais que houvesse alguma tolerância, os homossexuais iriam ser atacados pelos protestantes mais à frente, que mesmo defendendo a educação de seu povo, viam homossexuais e prostitutas como escória social na terra e no divino, restando-lhes apenas os julgamentos e execuções.

AMÉRICAS PRÉ-COLOMBIANAS

Em toda a América do Norte via-se sodomia entre as tribos nativas. Em tribos como os Sioux, o travestismo era parte da cultura. Os astecas tinham até um deus patrono da homossexualidade e da prostituição, chamado Xochipili. Práticas rituais com sexo entre homens também foram freqüentes, enquanto prisioneiros também eram vítimas de estupro.

Na América do Sul, em algumas tribos de caçadores, homens que não se familiarizassem com o papel social de seu gênero poderiam juntar-se às mulheres nos seus afazeres (agricultura e cuidados domésticos). Para participarem do grupo feminino, deveriam assumir aparência feminina, deixar os cabelos longos e serem passivos (ou seja, deveria permitir que outros homens os penetrassem). Os conquistadores europeus caçavam os nativos travestidos, conforme ensinado em sua terra natal.

No Brasil, o sexo homossexual era muito praticado entre os índios. Em algumas tribos, inclusive, o sexo homossexual era a forma de curandeiros passarem seus conhecimentos. Rituais de iniciação fazem parte da tradição do índio entrando na puberdade, em muitas comunidades inclui-se a iniciação sexual entre homens. O *baito*, tenda dos homens, foi presenciado no Séc. XIX pelo naturalista alemão *Karl Von den Steiner*. Deste modo, tribos que não tinham muitas mulheres escolhiam alguns homens para se tornarem “moças”, que se travestiam, assumiam aparência feminina e viravam passivos.

BRASIL COLÔNIA

Em 1549, em visita ao Brasil, o Padre Manoel da Nóbrega ficou perplexo ao perceber que muitos colonos mantinham índios como se fossem suas mulheres. Foi o primeiro a observar a prática da sodomia no Brasil. (TREVISAN, 2000: p. 65). Os portugueses perceberam também, não só entre os Tupinambás, mais nos mais diversos povos indígenas, um grande número de travestidos. Os homossexuais masculinos eram chamados de tibia e as lésbicas de çacoaimbeguira (FREYRE, 1998).

Tribos como os tupinambás e tupinaés, tinham a homossexualidade como prática normal dentro de suas aldeias, induzindo inclusive a prostituição, de modo que os que eram considerados “valentes” dominavam os mais fracos e faziam com que estes realizassem

todo tipo de práticas sexuais. Gabriel Soares e Pero de Magalhães de Gandovo, um colonizador, chegou a dizer em carta enviada à Portugal que “os índios se entregavam ao vício (homossexualidade) de tal forma como se neles não houvera razão de homens”. Entre os indígenas, havia um xingamento com o palavrão *tivira* ou *tibirô*, que significa na língua tupi: veado ou homem do traseiro roto.

Em 1584 aconteceu a primeira visita do Santo Ofício da Inquisição no Brasil, que tinha como responsável o padre Heitor Furtado de Mendonça. A Bahia foi o local desta inspeção. Durante a escravidão, a homossexualidade era recorrente entre os negros, uma vez que ainda não havia sido proibida. Tanto homens quanto mulheres eram vítimas de estupro pelos capatazes e senhores de engenho. Alguns historiadores afirmam que Zumbi dos Palmares, o herói negro brasileiro, também era homossexual.

Importante falar do caso de **Filipa de Sousa** (Tavira, 1556 — Brasil, c. 1600). Quando houve a primeira visitação do Santo Ofício à Bahia, Filipa foi denunciada por *práticas nefandas* (ato de manter relações sexuais com pessoas do mesmo gênero). Tinha trinta e cinco anos de idade. Foi detida em 18 de dezembro de 1591, vindo a confessar diversos relacionamentos e envolvendo mais seis mulheres, residentes em Salvador. Conforme consta nos autos do seu processo, Filipa foi denunciada por Paula de Siqueira, *cristã-velha*, de 40 anos de idade. Paula era acusada de possuir um livro proibido em sua casa, e acabou revelando seu romance com a mesma, tornando-se a sua principal acusadora. Em um dos seus depoimentos afirmou:

“...estando ela confessante em sua casa nesta cidade [do Salvador], veio a ela a dita e ambas tiveram ajuntamento carnal uma com a outra por diante e ajuntando seus vasos naturais um com o outro, tendo deleitação e consumando com efeito o cumprimento natural de ambas as partes como se propriamente foram homem com mulher.”

Após a leitura pública de sua sentença, Filipa foi atada ao pelourinho, açoitada e expulsa da capitania. Em sua homenagem, pelo

fato de ter sido a homossexual mais humilhada e castigada do Brasil Colônia, deu o seu nome à ONG Felipa de Souza (1998). Pela mesma razão, a International Gay and Lesbian Human Rights Commission instituiu o *Prêmio Felipa de Souza*, principal distinção internacional de direitos humanos dos homossexuais. No início do século XIX, entre os índios guaicurús, colonizadores encontraram os *cludinas*, homens castrados que se vestiam de mulher. Estes se dedicavam às atividades exclusivamente femininas como: tecer, fiar e fabricar potes.

Mesmo com os relatos de relações homoafetivas entre os indígenas desde o “descobrimento” do Brasil, Freyre (1998) supõe que a homossexualidade teria sido trazida pelos europeus e considera que essa prática não era conhecida entre os africanos. No entanto, Mott (1981, p. 28) ressalta que a homossexualidade sempre esteve presente também na África e nas demais áreas da diáspora negra, assim como ocorria no Brasil e na Europa.

Mott (1986) relata que, nas *Confissões e Denúncias do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição da Bahia e Pernambuco* (1591–1620) e do Grão-Pará (1763–1769), um lisboeta chamado Matias Moreira denunciou ao Tribunal um escravo negro da Guiné chamado Joane, pertencente a Bastião Faria, que era homossexual e exercia o “ofício de fêmea”. Em outras ocasiões, o antigo proprietário de Joane também compareceu ao Inquisidor, afirmando ter presenciado o escravo em práticas consideradas “nefandas” com outros escravos.

O mesmo lisboeta denunciou outro escravo, Francisco Manicongo, pertencente a Antônio Sapateiro, que mantinha práticas sexuais com outros negros. Segundo o relato, Francisco Manicongo vestia-se com roupas femininas, recusando as vestimentas masculinas fornecidas pelo senhor, sendo considerado o primeiro travesti negro documentado no Brasil. Por outro lado, pode-se interpretar Matias Moreira como um dos primeiros exemplos de homofobia institucionalizada, uma vez que denunciava negros que praticavam a homossexualidade ao Inquisidor, possivelmente motivado por

interesses econômicos: durante a Inquisição, um terço dos bens do denunciado era transferido ao denunciante por decreto do tribunal, o que explicaria a menor quantidade de denúncias envolvendo indígenas e negros em comparação com brancos (MOTT, 1986).

ILUMINISMO (SÉC. XVIII)

A chamada época do ouro, que tomou conta Europa e posteriormente do mundo, possuía em sua essência idéias de racionalismo, de ciência, de um homem que se tornava cada vez mais humano. E aí que começa a discriminação: neste período, a homossexualidade passa a ser considerada doença. Na verdade, foi descrita entre doença e etnia, querendo dizer que através das características de comportamento do indivíduo ele fizesse parte de um grupo étnico. O mundo era muito machista e fundamentalista. Tudo deveria ter uma explicação, com fundamento. A revolução francesa marca o fim do feudalismo e pregava liberdade, igualdade e fraternidade. Para o homossexual (sobretudo àqueles sem contatos políticos) existiam agora três obstáculos: Estado, Igreja e o Povo. Verificam-se várias tentativas de cura de homossexuais, obviamente, sem sucesso.

O SURGIMENTO DO MOVIMENTO LGBT E O PRECONCEITO

O movimento LGBT+ teve seus primeiros registros de mobilização organizada na Europa, especificamente na Holanda, em 1948. A sociedade holandesa, assim como as sociedades dinamarquesa, sueca e norueguesa, apresenta uma tradição de tolerância e respeito aos direitos humanos, o que possibilitou o surgimento de movimentos voltados à igualdade de direitos e à proteção contra

a discriminação por orientação sexual (Rivers, 2020). O início do movimento ficou marcado por mobilizações de grupos homossexuais em busca de direitos civis, incluindo a igualdade de direitos em uniões civis, além da proteção legal contra discriminação (Meyer, 2015). No mesmo período, na Argentina, surgiu o grupo "*Nuestro Mundo*", formado por ex-militantes do Partido Comunista expulsos justamente por serem gays, representando um dos primeiros movimentos organizados da América Latina (Ferrer, 2019).

Na década de 1960, surgiu um fenômeno social de cunho preconceituoso denominado skinheads, inicialmente no Reino Unido. O grupo, formado principalmente por jovens brancos, reunia elementos musicais e estético-comportamentais ligados à cultura *ska*, *reggae* e *rude boys*, sendo caracterizado pelo corte de cabelo raspado ("cabeça pelada") em sua primeira geração. Com o tempo, especialmente na segunda geração, alguns segmentos dos skinheads passaram a adotar posturas racistas, xenófobas e homofóbicas, promovendo confrontos e violência contra negros e pessoas LGBTQIA+ (Mudde, 2019; Simi & Futrell, 2015). No entanto, é importante destacar que o movimento skinhead não é homogêneo: existem grupos que mantêm a identidade cultural original sem manifestar preconceito ou violência contra minorias (Bennett, 2019).

O marco central do início do movimento LGBTQ+ global ocorreu com a Revolta de *Stonewall*, em 28 de junho de 1969, em *New York*. *Stonewall* era um bar frequentado por gays, lésbicas, pessoas trans e drag queens, que sofria constantes investidas policiais marcadas por repressão e violência. Durante a madrugada daquele dia, frequentadores do bar reagiram a uma dessas operações policiais, desencadeando protestos e confrontos que duraram quatro dias, sendo considerados o ponto de virada para a resistência organizada contra a opressão e a discriminação. Desde então, a data é celebrada mundialmente como o Dia do Orgulho LGBTQ+, símbolo de luta por direitos e visibilidade da diversidade sexual e de gênero (Carter, 2021; Faderman, 2015).

HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL: LUTA CONTRA A HOMOFOBIA

Segundo Falcão (2009), o Movimento Homossexual Brasileiro trata de uma série de manifestações sociopolítico-culturais em favor do reconhecimento da diversidade sexual, e pela promoção dos interesses dos homossexuais diante da sociedade brasileira. Desde 1978, com a fundação do jornal O Lampião, “o porta-voz dos homossexuais”, a comunidade passou a manifestar suas opiniões em meio a um regime militar tornando este o principal veículo de comunicação da sociedade homossexual.

A partir daí, começaram a surgir os grupos organizados em todo o país. Em 1979 surge, em São Paulo, o primeiro grupo: o Somos. Depois vieram o Somos/RJ, Atobá e Triângulo Rosa no Rio, Grupo Gay da Bahia, Dialogay de Sergipe, Um Outro Olhar de São Paulo, Grupo Dignidade de Curitiba, Grupo Gay do Amazonas, Grupo Lésbico da Bahia, Nuances de Porto Alegre, Grupo Arco-Íris do Rio, entre outros, sendo que, atualmente, existem aproximadamente 70 grupos espalhados por todo o Brasil, destinados a promover políticas públicas a favor dos homossexuais, políticas anti-homofóbicas, bem como combater o preconceito. Inclusive, atualmente, muito se fala em combater a homofobia. Mas afinal, o que é isso?

A homofobia é um neologismo criado pelo psicólogo *George Weinberg*, em 1971, numa obra impressa, combinando a palavra grega *phobos* (“fobia”), com o prefixo *homo-*, como remissão à palavra “homossexual”. Significa fobia, intolerância a lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Está diretamente relacionada a questões conservadoras, muitas vezes imposta por valores familiares ou religiosos. Daí o fato de ser algo muito recorrente: evangélicos, católicos fervorosos, conservadores, nazistas, skinheads... todos são grupos sociais que não são tolerantes ao homossexualismo, promovendo políticas contra e conseqüentemente provocando atos homofóbicos.

No sistema prisional, também surgem formas de agrupamentos e comportamento com o mesmo sexo que são distintas da homossexualidade que ocorre fora das prisões. Jovens do sexo masculino na prisão ficam vulneráveis ao estupro homossexual e à dominação por internos mais velhos, ou que sejam considerados “chefões”. Jovens efeminados, gays ou com aparência mais “frágil” correm o maior risco de ser vitimizados. Os homens que os vitimam se enxergam como heterossexuais, e os outros prisioneiros também. Estas relações são sob coação, sempre à força, e geralmente é permitida pois espera-se ganhar proteção de outros prisioneiros. Tal comportamento tem pouco a ver com a homossexualidade em si e é compreendido melhor como fenômeno social distinto que ocorre devido à falta de parceiros heterossexuais e política de poder sem restrições no pátio da prisão. Os médicos que cuidam dos prisioneiros precisam estar cientes deste fenômeno.

Neste âmbito, importante citar as observações de Varella (1999), em seu trabalho como médico voluntário durante quase vinte anos no interior do Carandiru (nome popular da “Casa de Detenção de São Paulo”). Segundo ele, as práticas homossexuais no interior do Carandiru eram exercidas com liberdade e consideradas “necessárias” devido ao fato de os encontros íntimos entre os presos e suas esposas ser permitido somente em dias de visita. Assim, o homossexual era tratado como uma mulher real, transfigurando-se, “casando-se” - confirmando a nova tendência, e acabava ganhando a “proteção” e respeito de seu “macho”. Porém, mais a frente, tais práticas sem preservativo, bem como o uso compartilhado de seringas, provocaram a disseminação do vírus HIV e das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST’s) dentro do Carandiru, problema esse que se alastrou até seu fechamento, em 2002.

Considerando as constantes mudanças sociais, o preconceito contra os homossexuais só começou a diminuir nas últimas décadas, e muito lentamente. Ainda existem inúmeros registros de morte de homossexuais, ataques de grupos homofóbicos e

entidades religiosas que se opõem aos projetos em andamento que favorecem os homossexuais.

A homofobia no Brasil também revela outras caras. Existe uma homofobia institucionalizada que os LGBT's encontram na maioria das instituições de acesso aos seus direitos.

Um exemplo da homofobia institucionalizada consiste nos chamados transgêneros. Desamparados por leis que reconheçam seus direitos, muitas vezes acabam apelando à prostituição como modo de sobrevivência, uma vez que a sociedade acaba por discriminá-los, não lhe dando empregos nem oportunidades de ascensão social, seja por seu nome masculino, pela aparência feminina e nome masculino, ou muitas vezes pela discriminação que acham que sofreriam em um emprego mais qualificado, entre outros.

O surgimento da AIDS, no início da década de 1980, marcou um período de grande estigmatização e homofobia. Inicialmente, a sociedade associou equivocadamente a doença exclusivamente à população gay, quando, na realidade, todas as pessoas sexualmente ativas ou que compartilhassem agulhas estavam em risco (Herek, 1999; Santos & Silva, 2018). Os pacientes enfrentavam não apenas o impacto físico da doença, mas também a discriminação social, dificuldade de acesso a empregos, tratamentos médicos precários e preconceito religioso, sendo comum ouvir interpretações de que a AIDS seria um "castigo divino" aos homossexuais (Courtwright, 2009). Essa realidade começou a ser transformada graças a políticas públicas de saúde, financiamento governamental e ao Programa Nacional de IST/AIDS, fruto da cooperação entre o Governo Federal e movimentos sociais, incluindo organizações LGBT, promovendo acesso a tratamento, prevenção e campanhas de conscientização (Brasil, 2022).

No contexto brasileiro, e especialmente em São Paulo, emergiu um movimento de visibilidade LGBT de grande relevância: a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. O evento ocorre desde 1997 na Avenida Paulista e, segundo o Guinness World Records, a edição

de 2006 foi considerada a maior parada LGBT do mundo, com aproximadamente 2,5 milhões de participantes estimados pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. A própria organização do evento afirma que, desde 2004, a marcha já se consolidou como a maior do gênero mundialmente (*Guinness World Records*, 2006).

A Parada reúne pessoas de diferentes identidades de gênero e orientações sexuais — incluindo lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, transexuais, queer, intersexuais e simpatizantes — e tem como principal pauta o combate à homofobia e à transfobia, direitos humanos e igualdade social (SPTurismo, 2022). Além de seu caráter político, o evento tornou-se também uma das maiores atrações turísticas do Brasil, sendo superado apenas pelo Carnaval do Rio de Janeiro em termos de fluxo de visitantes internacionais. As edições de 2007 e 2010 registraram estimativas de até 3,5 milhões de participantes, consolidando a Parada como um símbolo de resistência, diversidade e celebração da comunidade LGBT+ (SPTurismo, 2022).

O Programa Brasil Sem Homofobia, criado pelo Governo Federal por meio do Ministério da Saúde, representa uma das bases fundamentais para a promoção da cidadania e dos direitos humanos no Brasil, sendo um marco histórico na luta contra a discriminação e pelo respeito à diversidade sexual e de gênero (Brasil, 2004; Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2022). O programa reflete a consolidação da parceria entre poder público e sociedade civil organizada, bem como os avanços políticos conquistados pelo movimento LGBTQIA+ ao longo das últimas décadas.

O objetivo central do programa é promover educação, formação e mudança de atitudes entre gestores públicos e profissionais de diferentes setores, visando a prevenção da violência, da homofobia e da transfobia, além de estabelecer novos parâmetros para a definição de políticas públicas inclusivas (Silva & Oliveira, 2020). Entre suas ações estão o apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e organizações da sociedade civil, a capacitação de

profissionais e ativistas na defesa dos direitos humanos, a disseminação de informações sobre direitos e promoção da autoestima de pessoas LGBTQIA+, bem como o incentivo à denúncia de violações de direitos humanos cometidas contra o segmento (Brasil, 2004; Ministério da Saúde, 2021).

Atualmente, o programa mantém sua relevância ao articular políticas intersetoriais voltadas para a inclusão social, prevenção de violência e discriminação, e promoção da diversidade de gênero e sexualidade, servindo como referência para a implementação de ações afirmativas em todo o país (UNDP Brasil, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar os aspectos históricos, culturais e sociais da homossexualidade, bem como seu papel na sociedade contemporânea, destacando a necessidade de conscientização de que a homossexualidade não é doença, crime ou desvio moral, mas sim uma variação natural da orientação sexual humana (UNDP Brasil, 2022; Silva & Oliveira, 2020).

Historicamente, sociedades conservadoras impuseram intolerância em relação à homossexualidade, influenciadas por tradições religiosas, como a católica, e instituições repressivas como a Inquisição, que reforçaram estigmas e práticas discriminatórias em diversas partes do mundo (Foucault, 2019). Além disso, legislações civis que negam direitos às pessoas LGBTQIA+ reforçam sua exclusão social e contribuem para atos de violência, discriminação e marginalização (Amaral, 2021; *Human Rights Watch*, 2023).

No contexto brasileiro, essa realidade se mantém. O país registra altos índices de violência contra pessoas LGBTQIA+, incluindo homicídios e suicídios, evidenciando o impacto da homofobia

estrutural e da ausência histórica de políticas de proteção efetivas (ABGLT, 2022; *Human Rights Watch*, 2023). Estudos indicam que a homofobia está interligada ao machismo e à cultura de dominação social, refletindo-se inclusive nas relações homoafetivas, onde padrões de dominação simbólica são reproduzidos, como nas noções de ativo/passivo (Henningsen, 2021).

Portanto, é fundamental a conscientização social e a implementação de políticas públicas inclusivas, que promovam direitos iguais e combatam a discriminação de forma ampla. A homossexualidade deve ser compreendida como uma expressão legítima da diversidade sexual humana, independente de gênero, raça, religião ou classe social. Somente com educação, visibilidade e respeito à diversidade será possível reduzir o preconceito, a discriminação e a violência, fortalecendo sociedades mais justas e inclusivas (Ministério da Saúde, 2021; UNDP Brasil, 2022).

REFERÊNCIAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais. **Relatório anual sobre violência e direitos humanos da população LGBTQIA+ no Brasil**. São Paulo: ABGLT, 2022.

AMARAL, M. Direitos LGBTQIA+ e políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 12, n. 3, p. 101-119, 2021.

BENNETT, A. **Skinhead culture**: The ideologies, music, and politics of a subculture. London: Routledge, 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual / Elaboração: André Luiz de Figueiredo Lázaro; Organização e revisão de textos: Cláudio Nascimento Silva e Ivair Augusto Alves dos Santos; Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CARTER, D. **Stonewall**: The riots that sparked the gay revolution. New York: St. Martin's Press, 2021.

FADERMAN, L. **The gay revolution**: The story of the struggle. New York: Simon & Schuster, 2015.

FALCÃO, K. J. **Formação Histórica da Homossexualidade**: Um Percorso Marcado Pela Discriminação e Pelo Preconceito. Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/13193/1/FORMACAO-HISTORICA-DA-HOMOSSEXUALIDADE-UM-PERCURSO-MARCADO-PELA-DISCRIMINACAO-E-PELO-PRECONCEITO/pagina1.html#ixzz1CZD9sfy6>. Acessado em jan/2011.

FERRER, M. **Nuestro Mundo**: Historia del movimiento homosexual en Argentina. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2019.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. São Paulo: Editora Vozes, 2019.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record. 1998.

GIKOVATE, F. **Homem**: O Sexo Frágil? São Paulo: Summus. 2000.

HENNINGSEN, E. Machismo e homofobia: interseccionalidade na sociedade brasileira. **Revista Estudos de Gênero**, v. 9, n. 2, p. 45–62, 2021.

HUGO, V., in TRANSFERETTI, J. **Teologia e sexualidade**: um ensaio contra a exclusão moral. Campinas – São Paulo: Editora Átomo, 2004.

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2023**: LGBT Rights. New York: Human Rights Watch, 2023.

LOPES, D. **O homem que amava rapazes e outros ensaios**. São Paulo: Aeroplano Editora. 2002

MEYER, D. **The politics of sexual identity**: Global perspectives on LGBT rights. Oxford: Oxford University Press, 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Diretrizes de atenção à saúde da população LGBTQIA+**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

MOTT, L. H. **Homossexualidade na África e na diáspora negra**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____, L. H. **História da homossexualidade no Brasil colonial**: Confissões e denúncias do Santo Ofício. São Paulo: Hucitec, 1986.

MOTT, L. /n: RUBERT, A. **A Igreja no Brasil. Origem e desenvolvimento (Século XVI)**. Santa Maria: Pallotti. 1981.

MUDEDE, C. **The far right today**. Cambridge: Polity Press, 2019.

RIVERS, I. **LGBT+ rights and social change in Europe**: Past and present. London: Palgrave Macmillan, 2020.

SILVA, T.; OLIVEIRA, R. Políticas públicas e inclusão social LGBTQIA+: avanços e desafios no Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 10, n. 2, p. 45–63, 2020.

SIMI, P.; FUTRELL, R. **American swastika**: Inside the white power movement's hidden spaces of hate. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record. 2000.

UNDP BRASIL. **Direitos humanos e diversidade sexual no Brasil**. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2022.

VARELLA, D. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

WEINBERG, G. **Society and the Healthy Homosexual**. New York: St. Martin's Press, 1971, reprinted 1983.

Raphaella Freitas Petkovic

Licenciada, Mestre e Doutora pela Universidade Paulista - UNIP. cursou o Doutorado em Psiquiatria da FMUSP, na área de Psiquiatria Social. Professora Universitária, Sexóloga e Neuropsicanalista. Possui diversas graduações e pós-graduações nas áreas de Psicologia, Educação, Gestão e Saúde. Autora e organizadora de diversos artigos, livros e capítulos de livros nas áreas de Gênero, Saúde Mental, Psiquiatria, Psicologia e Sexualidade, nas quais possui vasta experiência.

E-mail: raphafp@live.com

Douglas Alexandre Leonel

Mestre em Biociências pela UNESP de São José do Rio Preto. Licenciado em Ciências Biológicas, Química, Física e Pedagogia. Possui diversas pós-graduações nas áreas de Ciências e Educação. Professor no Centro Paula Souza. Pesquisador nas áreas de Biociências e Educação.

E-mail: douglasleonell@hotmail.com

3

*Marcia Perencin Tondato
Pietro Giuliboni Nemr Coelho*

ENTRE A AUTOEXPRESSÃO ALGORÍTMICA E A PADRONIZAÇÃO:

**SELFIES, CONSUMO E IDENTIDADE
NA CULTURA DAS PLATAFORMAS**

RESUMO:

Neste artigo, exploramos a prática dos autorretratos digitais conhecidos como selfies como manifestação significativa da cultura contemporânea. A partir de um panorama histórico da fotografia e do papel do observador, analisamos como as selfies passaram a ocupar posição central em ambientes digitais, servindo como meios de expressão, elementos de constituição identitária e afirmação social. Considerando autores clássicos como Adorno e Horkheimer, Benjamin, Crary e Douglas e Isherwood, trazemos uma reflexão sobre consumo, Indústria Cultural e flâneur, articulando isso ao contexto atual das mídias digitais, destacando a influência dos dispositivos móveis, redes sociais e algoritmos de visibilidade. A partir disso, argumenta-se que a utilização das selfies transcendem o mero entretenimento, configurando-se como rituais de registro das experiências pessoal e coletiva, marcados por dinâmicas sociais, culturais e tecnológicas que evidenciam os processos de diferenciação e padronização do indivíduo na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Comunicação. Consumo. Cultura. Fotografia. Selfies.

INTRODUÇÃO

Retratar o mundo e registrar sua existência desde sempre tem sido um aspecto de interesse do ser humano, fazendo com que fossem desenvolvidas técnicas, tecnologias, práticas e estudos sobre o assunto. O que era realizado inicialmente por meio de pinturas e desenhos foi alterado com o passar do tempo, sendo criados dispositivos e mecanismos que possibilitaram o registro de imagens de uma maneira mais realista. Sempre em busca de processos mais rápidos e práticos, que possibilitassem a observação e registro dos aspectos de interesse da vida ao redor, foram desenvolvidas técnicas que viabilizaram captar até detalhes imperceptíveis a olho nu.

Com os avanços tecnológicos e as mudanças que a sociedade sofreu ao longo dos anos, caminhando para o que chamamos hoje de modernidade e, posteriormente, pós-modernidade, a captura de momentos por meio da fotografia deixa de ser apenas um registro, tornando-se uma representação artística. Ao longo dos anos, a fotografia se transforma em uma prática social e cultural, indo além do registro de momentos, pessoas, mas também servindo como forma de expressão, muito diferente do conceito e utilização inicial. Mais recentemente, com a digitalização e o uso massivo de dispositivos móveis conectados à internet, o registro fotográfico passou a ser também instrumento de presença social e afirmação identitária, principalmente em plataformas digitais.

Em uma época quando as pinturas ainda eram a principal forma de representação, mecanismos como a câmera escura e outras técnicas de captura e manipulação de imagens, originárias do que hoje conhecemos como uma máquina fotográfica, permitiram que a fotografia comesçasse a dividir espaço com as obras de arte. Embora estas últimas fossem portadoras do que Benjamin (1994) denominou aura, podendo neste sentido ser consideradas em alguns casos como objeto de culto, o mesmo autor também reconhece que

a “nova técnica” possibilitou o registro de “imagens humanas anônimas, e não retratos” (Benjamin, 1994, p. 93).

Diferentemente da pintura, cujas representações da sociedade dependiam da interpretação do artista plástico sobre momentos determinados, a fotografia era capaz de captar cenas de um modo representativo mais próximo da realidade, fixando instantâneos cotidianos da sociedade, ainda que dependentes do ângulo de uma lente, refletiam um acontecimento ou registravam uma expressão de vida.

A pintura já conhecia há muito rostos desse tipo. Se os quadros permaneciam no patrimônio da família, havia ainda uma certa curiosidade pelo retratado. Porém depois de duas ou três gerações esse interesse desaparecia: os quadros valiam apenas como testemunho do talento artístico do seu autor. Mas na fotografia surge algo de estranho e de novo: na vendedora de peixes de New Haven, olhando o chão com um recato tão displicente e tão sedutor, preserva-se algo que não se reduz ao gênio artístico do fotógrafo Hill, algo que não pode ser silenciado, que reclama com insistência o nome daquela que viveu ali, que também na foto é real, e que não quer extinguir-se na “arte” (Benjamin, 1994, p. 93).

Dos rostos anônimos aos pequenos detalhes presentes, por vezes escondidos nos cantos das ruas, a fotografia adquire mais importância na sociedade, assim como o papel do observador. Em conjunto a isso, a evolução das técnicas de captação e tratamento das imagens, assim como os instrumentos e dispositivos necessários aos procedimentos, também foram cruciais para o aprimoramento do registro que, a partir do olhar do fotógrafo, acompanha o contexto sociocultural daquilo que deve ser representado.

O fotógrafo deixa de ser um “mero” operador de uma câmera fotográfica e passa a ser um observador da vida nas ruas, do cotidiano da cidade. É ele quem vai estar atento às oportunidades promovidas pelas especificidades dos instantâneos, dos acontecimentos, por assim dizer, que eventualmente passariam despercebidas no dia a

dia, mas que, sob seus olhos, ou melhor, pelas lentes de sua câmera, refletem os costumes, a cultura, retratam a sociedade da época. Ele enxerga nas ruas da cidade e nos detalhes das práticas cotidianas uma oportunidade de mostrar momentos peculiares que podem ocorrer sem receber a atenção da maioria das pessoas, mas que são recorrentes e representativos de uma região, de um momento histórico.

(...) a técnica mais exata pode dar às suas criações um valor mágico que um quadro nunca terá para nós. Apesar de toda a perícia do fotógrafo e de tudo o que existe de planejado em seu comportamento, o observador sente a necessidade irresistível de procurar nessa imagem a pequena centelha do acaso, do aqui e agora, com a qual a realidade chamoscou a imagem, de procurar o lugar imperceptível em que o futuro se aninha ainda hoje em minutos únicos, há muito extintos, e com tanta eloquência que podemos descobri-lo, olhando para trás (Benjamin, 1994, p. 94).

Essa capacidade, aliada à técnica, de perceber detalhes que podem representar oportunidades de registros interessantes, curiosos da vida social, os acasos diários que refletem uma realidade cotidiana, como disse Benjamin (1994), só é possível ao observador que está em contato direto com o espaço que o cerca. Graças ao desenvolvimento tecnológico, o fotógrafo se desprende da câmera escura, precursora do processo fotográfico, e fica livre para perambular pelos espaços da cidade.

Essa possibilidade de mudança de comportamento, que tirou o fotógrafo do espaço fechado e o levou para as ruas da cidade, atribuindo a ele o papel de observador, faz parte de um processo mais amplo, da mudança do modo de organização do espaço social, com reflexos nas relações entre os sujeitos, características de acontecimentos e forças que vão resultar no que denominamos de modernidade (Crary, 2012, p. 18). Os avanços tecnológicos, não só dos meios de comunicação, mas também e, talvez mais ainda, dos meios de transporte, transformações nos hábitos de consumo, nas formas e possibilidades de entretenimento, entre outros fatores, constituíram-se em novas realidades e

possibilidades de observação e registro pelo “nosso” fotógrafo, também inserido em uma sociedade em transformação.

Ao longo do século XIX, o observador teve de operar cada vez mais em espaços urbanos fragmentados e desconhecidos, nos deslocamentos perceptivos e temporais das viagens de trem, do telégrafo, da produção industrial e dos fluxos da informação tipográfica e visual (Crary, 2012, p. 20).

Mais do que liberto da câmera escura, o observador/fotógrafo pode agora perambular pelas galerias da cidade, fazer parte da multidão, integrando-se ao contexto de suas observações e eventuais registros, sendo possível que sua visão subjetiva dê forma às suas representações fotográficas. A reprodução agora é mais rápida e fácil de do que a produção de uma pintura, um dos aspectos objeto da reflexão de Benjamin (1994) sobre a “perda da aura” pela reprodutibilidade técnica. Porém, na perspectiva da utilização da câmera fotográfica portátil, um mesmo objeto, ou cena, pode ser registrado de diferentes formas, ângulos, dependendo do olhar e interpretação de quem observa, de quem retrata.

O cenário sociocultural com influência nas relações sociais, também muda a forma de se ver o mundo e as coisas, fatores que fazem com que as representações visuais sejam diversificadas, tornando-se mais ricas, e detalhadas, em significados. Em uma sociedade em ritmo acelerado de transformação, caracterizada pela “convergência de novos espaços urbanos, novas tecnologias e novas funções econômicas e simbólicas das imagens e dos produtos – formas de iluminação artificial, novos usos de espelhos, arquitetura de vidro e aço, ferrovias, museus, jardins, fotografia, moda, multidões” (Crary, 2012, p. 28), torna-se quase impossível a observação isolada e contemplativa. As possibilidades e formas de percepção e captação dos acontecimentos também se transformam, resultando no que Benjamin (1994) denominou de “percepção temporal e cinética”, jamais havendo “acesso puro a um objeto em sua unicidade; a visão é sempre múltipla, contígua e sobreposta a outros objetos, desejos e vetores” (Crary, 2012, p. 28).

O *flâneur* (Benjamin, 1991), um observador que encontra refúgio em meio à multidão, cujo modo de passar o tempo é vagar pela cidade em busca de algo que desperte seu interesse, que lhe traga experiências diferentes, bem representa essa nova condição do fotógrafo. No entanto, por trás da “aparente indolência” desse novo personagem urbano, “se esconde a vigilância de um observador que não perde o malfeitor de vista”, há a possibilidade de se enxergar diferentes representações sociais, que serão registradas na fotografia. “Assim, o detetive vê se abrirem vastos campos à sua sensibilidade. Ele constitui formas de reação adequadas ao ritmo da cidade grande. Colhe as coisas em pleno vôo; com isso, ele pode se imaginar bem próximo ao artista” (Benjamin, 1991, p. 70).

O observador *flâneur*, que agora se integra à multidão, tem a oportunidade de vivenciar momentos que constituirão seus registros fotográficos, podendo aí expressar seus valores, opiniões e visões. Lembrando que ao mesmo tempo que retrata, ele também está incluído no momento sociocultural observado. “Obviamente, um observador é aquele que vê. Mas, o mais importante é que é aquele que vê um determinado conjunto de possibilidades, estando inscrito em um sistema de convenções e restrições” (Crary, 2012, p. 15). Sendo assim, ao observar uma fotografia, vemos também um relato da cultura daquele momento, aliada à visão de mundo de um observador.

Dando um salto temporal, trazemos nossa reflexão para a contemporaneidade, quando essa multiplicidade de visões é intensificada pela potência da circulação das imagens em ambientes digitais, onde a reprodução técnica e o compartilhamento global ampliam o impacto das fotografias como registros culturais. A facilitação tecnológica de captação, reprodução e portabilidade, faz com que a fotografia deixe de ser o registro de um momento e ganhe uma relevância e influência na sociedade nunca imaginada. Aliado a isso, fatores sociais como a crescente importância da aparência, o individualismo e outras características da sociedade pós-moderna incentivam a prática de registros fotográficos como atividade cotidiana. Assim, desde amadores até

profissionais, o ato de tirar fotos ultrapassou o âmbito da representação artística para se consolidar também como prática social e cultural, utilizada como mediação de posição de *status*, expressão de estilos de vida, indo além do registro de momentos e pessoas a serem lembrados.

O fotógrafo, agora instrumentalizado com câmeras digitais, *tablets*, *smartphones*, aplicativos móveis, inteligência artificial, realidade aumentada e redes sociais como Instagram, TikTok e Snapchat, tem em suas mãos a possibilidade de registrar e compartilhar suas experiências a qualquer momento, em escala global. A facilidade de carregar para qualquer lugar um dispositivo com quase infinitas capacidades técnicas de captação e tratamento das imagens, coloca o indivíduo em uma posição de poder, mas ao mesmo tempo de fragilidade, na medida em que a exposição do que registra e compartilha está aberta a uma diversidade de interpretações e até novas manipulações e disseminação em ambientes diferentes daqueles originalmente planejados. O registro fotográfico, ou melhor dizendo talvez, imagético, hoje faz parte dos processos de socialização e pertencimento, percebidos como expressão de valores e opiniões.

Embora seja crescente a oferta de aplicativos e plataformas com filtros inteligentes — como Instagram, TikTok, Snapchat —, câmeras especializadas, dotadas de possibilidades de animação, programas de manipulação de imagens, além de ferramentas baseadas em inteligência artificial e realidade aumentada, na sequência concentramos nossa reflexão nas chamadas *selfies*, um tipo de fotografia que, mesmo diante de tantas possibilidades, tornou-se central na cultura digital contemporânea.

ESTÁ ME VENDO AGORA?

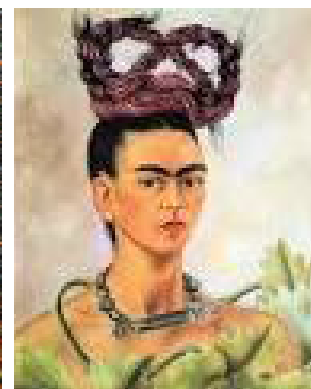
O termo *selfie* diz respeito a um subgênero da fotografia denominado “autorretrato”. Na produção do autorretrato, o artista

volta-se para si mesmo, usando sua própria imagem como tema. Na pintura são diversos os autorretratos produzidos por artistas célebres (Figura 1), representações de suas próprias identidades, transparecendo suas emoções (ex. Van Gogh, Frida Kahlo), visões de mundo e até mesmo a evolução de suas técnicas (Rembrandt, Tarsila do Amaral) ao longo do tempo.

Figura 1 - Autorretratos célebres



Van Gogh (1887)



Frida Kahlo (1941)



Tarsila do Amaral (1921)



Rembrandt (1632)

Fonte: Mbell1975, [20--?]; Frida, [20--?]; Tarsila, [20--?]; Um [...], 2020.

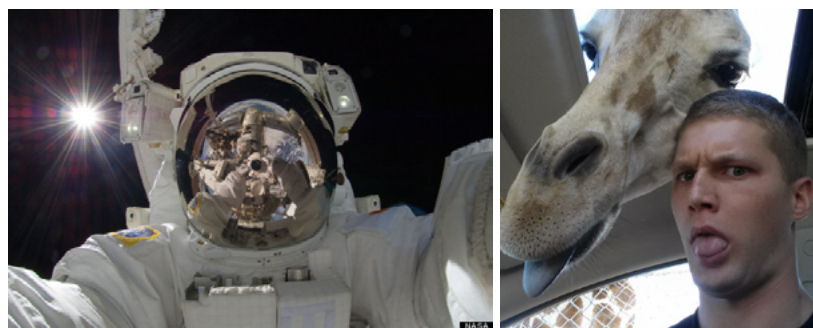
O desenvolvimento e o avanço da tecnologia digital não só deram acesso irrestrito a esta forma de expressão de si próprio, mas praticamente permitiram que o indivíduo comum tivesse ao seu alcance uma palheta quase infinita, aos moldes dos artistas plásticos clássicos, de possibilidades de produção e arranjos. A *selfie* é um autorretrato produto da captura da imagem de si com uma câmera digital e que, além de poder ser manipulada com o uso de filtros, cortes e recortes, pode ser compartilhada em sites como o Facebook, Instagram, Flickr, entre outras redes sociais.

Atualmente, aplicativos como TikTok, Snapchat e redes similares emergentes potencializam essa prática, diversificando além das possibilidades de formatos os perfis dos eventuais públicos, produtores e seguidores. O alcance global dessas plataformas digitais converteu as *selfies* em um fenômeno transnacional, no qual padrões estéticos, referenciais culturais e performances identitárias circulem e se reconfigurem em escala planetária, em tempo real. Essa circulação instantânea, mediada por algoritmos de visibilidade e lógicas de engajamento, permite que estilos, poses, expressões faciais e códigos de sociabilidade migrem entre contextos locais e globais, contribuindo para a formação de uma estética compartilhada – ainda que marcada por disputas simbólicas, apropriações desiguais e desigualdades de acesso. Assim, a *selfie* ultrapassa o mero registro individual, tornando-se parte de um ecossistema comunicacional no qual identidades são continuamente performadas, negociadas e validadas.

Vinculada ao uso de *hashtags*, a prática de compartilhar fotos rapidamente se consolidou como gesto cotidiano nas redes sociais, expandindo seus significados e funções sociais. As imagens passaram a ser produzidas em múltiplas situações e com propósitos igualmente diversos – do entretenimento espontâneo aos rituais de pertencimento, da autopromoção à documentação de acontecimentos históricos, como ilustrado na Figura 2. Essa multiplicidade revela

o papel central da fotografia digital na economia da atenção, na produção de narrativas de si e na constituição de memórias coletivas mediadas, em que eventos, experiências e afetos são continuamente inscritos em fluxos públicos de circulação.

Figura 2 - Selfie do astronauta Aki Hoshide com o reflexo do planeta Terra em seu capacete, e uma divertida selfie com um menino e uma girafa



Fonte: Casti (2014).

Embora seja utilizado como uma forma de entretenimento, não podemos deixar de analisar o que está por trás desse tipo de registro. Ao falar de Paris no século XIX, Benjamin (1991, p. 76) afirma que “a fotografia possibilita reter claramente e a longo prazo os rastros de um ser humano”. Essa observação permanece pertinente quando consideramos que, embora uma *selfie* possa parecer apenas mais uma imagem dentre as milhares que atravessam diariamente o campo perceptivo do usuário – anteriormente nomeado aqui como “observador” – ela funciona com um diário visual, registrando marcas de existência e compondo um museu dos cotidianos e das vivências de quem as produz. Ao permanecerem disponíveis nas plataformas, essas imagens tornam-se acessíveis não apenas às pessoas que com elas interagem no presente, mas também a futuros usuários, que poderão identificar nelas estilos de vida, gestos e traços de personalidade, perpetuando, assim, os rastros identitários deixados por seus emissores.

Ao registrar um momento específico em uma *selfie*, o fotógrafo seleciona os elementos técnicos, considerando a luz, o ângulo da tomada, a utilização de filtros, assim como elementos materiais, acessórios (caso haja), vestuário, objetos próximos ou distantes, que possam contribuir para elaboração da imagem pretendida. Com o desenvolvimento de filtros digitais, realidade aumentada e inteligência artificial nas plataformas mais recentes, essas escolhas se amplificam, tornando as *selfies* verdadeiras composições multimídia, repletas de significados. A seleção dos elementos materiais que irão compor a foto, caracterizamos como consumo na medida em que "consumir", muito além da aquisição financeira, significa "destruir" a essência primária de algo, convertendo o que antes era matéria em símbolo. Ou, no contexto da produção de *selfies*:

dentro do tempo e do espaço disponíveis, o indivíduo usa o consumo para dizer alguma coisa sobre si mesmo, sua família, sua localidade, seja na cidade ou no campo, nas férias ou em casa. A espécie de afirmações que ele faz depende da espécie de universo que ele habita, afirmativo ou desafiador, talvez competitivo, mas não necessariamente. Ele pode conseguir, através das atividades de consumo, a concordância de outros consumidores para redefinir certos eventos tradicionalmente considerados menos importantes como mais importantes, e vice-versa (Douglas; Isherwood, 2009, p. 116).

A seleção e uso dos elementos é de livre escolha do fotógrafo, que determina onde, como e o que será colocado à mostra na imagem em elaboração em vista de um objetivo. Como abordado por Douglas e Isherwood (2009, p. 108), "a função essencial do consumo é a sua capacidade de dar sentido", exatamente o que acontece no caso da produção de uma *selfie* que deve dar sentido à situação que está sendo representada naquele momento e que, como já abordado, será compartilhada e, principalmente, espera-se, curtida e comentada pelos usuários.

No ambiente das redes sociais – marcado pela circulação massiva de imagens e pela disputa permanente por atenção – a visibilidade dos usuários depende de práticas contínuas de atualização. Para manter-se presente nos fluxos algorítmicos, eles recorrem, do modo geral, a duas estratégias: a manutenção constante do perfil, por meio de postagens frequentes, ou a captura oportuna de acontecimentos considerados relevantes, capazes de gerar engajamento e atribuir valor social às imagens produzidas, ilustrado na figura 2.

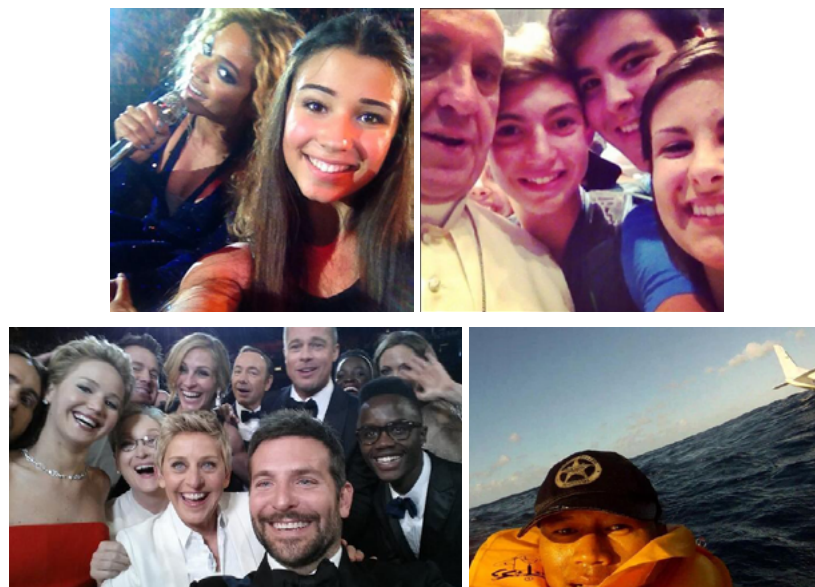
Essa dinâmica pode ser compreendida à luz da reflexão de Douglas e Isherwood (2009), para quem a vida social exige a estabilização temporária de significados. Em seu argumento, os rituais – especialmente aqueles que se materializam em objetos e práticas visuais – funcionam como dispositivos capazes de “fixar” sentidos e reduzir a flutuação interpretativa. Nesse enquadramento, o consumo é concebido como um processo ritual que organiza e dá significado ao fluxo incompleto dos acontecimentos. Assim, ao registrar e compartilhar imagens que performam relevância, pertencimento ou distinção, os usuários transformam *selfies* e fotografias em acessórios rituais contemporâneos, ancorando nelas fragmentos de memória, identidade e legitimidade social dentro do universo digital.

Cabe ressaltar que algoritmos das plataformas digitais influenciam diretamente a visibilidade dessas fotos, determinando quais registros ganham repercussão e quais permanecem menos notados pelos públicos. Essa lógica de visibilidade e circulação está diretamente conectada ao que Zuboff (2019) denomina de “capitalismo de vigilância”, no qual dados pessoais, comportamentos e imagens compartilhadas são continuamente extraídos, monitorados e utilizados como recursos para manter usuários engajados e potencializar o valor comercial das plataformas digitais.

No caso das *selfies*, podemos considerar rituais não apenas as convenções ou eventos com acepções culturais, sociais ou religiosos profundos, mas também os acontecimentos de grande visibilidade, como shows, festas públicas ou privadas, encontros com pessoas da mídia, entre outros casos que, no contexto da sociedade pós-moderna, espetacularizada, as atribuições de significados ultrapassam o fato em si, tornando-se um ícone passível de receber muitas visualizações, signo de importância e relevância. A presença de influenciadores digitais nesses eventos, potencializa a repercussão das *selfies* que se tornam objetos de interesse midiático e comercial em larga escala. Retomando Douglas e Isherwood (2009), a participação nestes rituais resulta em que a visibilidade e a fixação das fotos na mente dos outros usuários, ou seguidores, sejam ampliadas. Alguns exemplos de fotos que se utilizaram desse tipo de técnica podem ser observados na Figura 3, aonde, devido à situação representada ou às pessoas presentes na foto, como artistas de Hollywood ou cantoras pop, o compartilhamento e a relevância da *selfie* aumentou dentre os usuários.

Ao compartilhar uma *selfie* que registra sua presença em um ritual de grande visibilidade, como a Cerimônia do Oscar ou show de artistas consagrados, o usuário mobiliza elementos culturalmente valorizados para ampliar não apenas a visibilidade de suas imagens, mas também a sua própria. A lógica que sustenta esse gesto é a de que, ao divulgar símbolos e eventos admirados por outros sujeitos do mesmo contexto social, aumenta-se o potencial de reconhecimento, relevância e circulação dessas postagens. Tal dinâmica expressa o princípio de que a visibilidade é sempre mediada pela cultura: como afirmam Douglas e Isherwood (2009), nenhum indivíduo existe fora dos códigos e significados de sua época e lugar, de modo que é justamente essa ancoragem cultural que torna possíveis as formas de expressão e de reconhecimento social.

Figura 3 - Alguns exemplos de rituais em selfies¹



Fonte: Casti (2014).

Por mais diferentes que possam ser as situações ilustradas na figura 3, todas representam um ritual, uma vez que carregam valores partilhados por toda a sociedade e pela cultura na qual as pessoas que registraram os momentos estão inseridas. Para quem as produziu e para aqueles que as visualizam, elas transmitem valores: de superação, por ter sobrevivido a um acidente aéreo; *status*, por estar na mesma foto que o Papa ou junto à Beyoncé. Mais que isso, são símbolos que, na sociedade midiaticizada, atribuem reconhecimento e fama, que fazem com que permaneçam em circulação por mais tempo, suscitem discussões, sejam compartilhadas e, por fim,

1 Foto com o Papa Francisco durante sua visita (superior esquerdo); no show da cantora pop Beyoncé, com a própria cantora aparecendo ao fundo (superior direito); *selfie* em grupo durante a Cerimônia do Oscar 2014, considerado um dos maiores virais do período (inferior esquerdo); e foto de um sobrevivente de um acidente aéreo (inferior direito).

atribuam maior relevância aos autores das fotos que passam a ocupar um lugar de significado dentro deste contexto.

A PADRONIZAÇÃO DA INDIVIDUALIDADE

Já discutimos exemplos de *selfies* de ampla visibilidade, capazes de conferir a seus autores alguns minutos de notoriedade no ecossistema de compartilhamento de imagens nas redes sociais. Com a ascensão de plataformas altamente orientadas por algoritmos e pela lógica da viralização, essa notoriedade pode ser ampliada e até convertida em visibilidade duradoura, com efeitos concretos sobre a reputação digital de seus autores.

É nesse contexto que se torna necessário aprofundar as razões pelas quais um indivíduo opta por registrar determinado momento por meio de uma *selfie*. O sentimento de pertencimento, a busca por *status* e o desejo de visibilidade, figuram entre as principais motivações que impulsionam o usuário a participar deste circuito. Além disso, fatores como potencial de engajamento, a dinâmica de ascensão de influenciadores digitais e a própria arquitetura algorítmica das plataformas intensificam ainda mais essa experiência.

Com base em Douglas e Isherwood (2009), podemos compreender que o fotógrafo, ao selecionar os elementos que compõem suas imagens, utiliza o consumo como forma de expressão: evidencia preferências, ambientes que frequenta e redes de sociabilidade, ao mesmo tempo em que busca interlocutores que se reconheçam nesses mesmos códigos culturais. A aderência desses públicos, por meio de curtidas, comentários e compartilhamentos, amplia a circulação das fotos, prolonga sua permanência na memória coletiva e, em última instância, reforça o prestígio social do autor das imagens.

Como apontam Douglas e Isherwood (2009, p. 116), o indivíduo mobiliza o consumo para dizer alguma coisa sobre si mesmo, sua família, sua localidade, seja no cotidiano, nas férias, no espaço urbano ou rural. Ao fazê-lo, pode inclusive obter a concordância de outros consumidores para redefinir a importância de determinados eventos, atribuindo-lhes novos sentidos e hierarquias. É essa inserção cultural, compartilhada e performada, que sustenta o poder simbólico das fotografias no ambiente contemporâneo de redes e visibilidade.

Nos primórdios do surgimento/expansão dos meios de comunicação de massa, primeira metade e meados do século XX, Adorno e Horkheimer (1985) conceberam o conceito de Indústria Cultural. Articulando ao contexto de consolidação da sociedade industrial capitalista, os autores argumentam que consumidores, abrangendo trabalhadores, empregados, lavradores e pequenos burgueses, são mantidos pela lógica capitalista em uma condição de tal dependência material e simbólica que acabam aderindo, quase sem resistência, aos produtos e valores que lhes são oferecidos. Assim como, historicamente, os dominados tomavam mais seriamente do que os dominadores a moral que lhes era imposta, também na cultura de massas contemporânea observa-se que são justamente os grupos mais vulneráveis que mais facilmente internalizam o mito do sucesso e reproduzem os desejos e ideais propagados pelos setores bem-sucedidos da sociedade. Dessa forma, insistem, de modo obstinado, na própria ideologia que os subordina — mecanismo central para a eficácia da Indústria Cultural na manutenção de padrões de consumo, conformidade e subjetivação.

O desejo de estar perto de uma celebridade para uma *selfie* para ganhar mais visibilidade e, conseqüentemente, adquirir *status* e fama com isso, mesmo que por um tempo limitado, relacionamos às características do que Adorno e Horkheimer (1985) conceituaram como Indústria Cultural. O que inicialmente era apenas uma prática comum de entrada no universo digital, torna-se um produto de consumo de massa, relativamente imposto aos usuários se quiserem

fazer parte significativa deste universo. Práticas que devem consolidadas com a utilização de desafios, *hashtags* e memes virais — que estimulam grupos de usuários a participar e replicar a dinâmica, promovendo a formação de comunidades digitais em torno de estilos e rituais específicos.

Retomando as considerações de Adorno e Horkheimer (1985) acerca dos “consumidores” no contexto da Indústria Cultural, podemos dizer que na sociedade contemporânea, mais especificamente no ambiente digital, somos afetados quase que diariamente por novas práticas, novas manias, novos *memes*² que, programados tecnologicamente ou não, despertam nos usuários a necessidade de participar, mesmo que instintivamente. Observamos, nesse ecossistema midiático, a formação de grupos sociais que compartilham interesses comuns, bem como a ascensão de webcelebridades cuja visibilidade decorre da produção de imagens esteticamente atraentes ou de conteúdos considerados relevantes. Paralelamente, aqueles que não se alinham aos códigos culturais dominantes podem experimentar processos de exclusão simbólica, acompanhados por sentimentos de desatualização ou inadequação diante das dinâmicas vigentes. Esses mecanismos contribuem para a percepção de que é necessário aderir, muitas vezes de forma acrítica, aos movimentos e práticas sociais em curso. No âmbito desta análise, isso se manifesta na postagem, circulação e interação em torno de *selfies* como forma de pertencimento, buscando assegurar a inclusão nas conversações e no fluxo de visibilidade que estrutura o contexto sociotécnico contemporâneo.

No entanto, é sobre esse aspecto que surge uma questão-chave para a discussão em desenvolvimento: ao mesmo tempo em que a elaboração das fotos a serem postadas segue uma padronização motivada pelo desejo de pertencimento, atendendo a práticas

2 Conceito que se espalha via internet, normalmente de cunho humorístico, que pode evoluir ao longo do tempo, por comentários, paródias, imitações ou relatos sobre si mesmo. O termo faz referência ao conceito de memes, teoria ampla de informações culturais criada por Richard Dawkins, em 1976, no livro *The Selfish Gene*.

estabelecidas pela dinâmica do espaço digital, há o desejo de uma expressão diferenciada naquele contexto, embora ainda em busca de fama e *status*.

Constata-se, nesse cenário, a predominância daquilo que Adorno e Horkheimer (1985, p. 73) denominam “pseudo-individualidade”: uma forma de subjetivação que leva o indivíduo a comportar-se de modo padronizado, ainda que procurando preservar algum traço distintivo que lhe permita diferenciar-se dos demais. Trata-se de um mecanismo central da Indústria Cultural, na qual, como afirmam os autores, o indivíduo “só é tolerado na medida em que sua identidade incondicional com o universal está fora de questão”. Nesse processo, particularidades que aparentam ser expressões autênticas do “eu” são, na verdade, “mercadorias monopolizadas e socialmente condicionadas”, funcionando como marcas mínimas, “como impressões digitais em cédulas de identidade”, que mantêm intacta a homogeneidade subjacente.

Aplicada ao fenômeno das *selfies*, essa dinâmica sugere que, embora a captura e a circulação dessas imagens se apresentem como práticas de autoexpressão, elas tendem a operar dentro de um repertório estético e comportamental altamente padronizado. Assim, mesmo quando o sujeito busca algum elemento singular, um ângulo, um cenário, uma pose, tal gesto frequentemente reproduz a lógica da “pseudo-individualidade”: a tentativa de diferenciação que, paradoxalmente, reforça a própria padronização que se pretendia evitar.

É exatamente na busca por uma diferenciação, por uma inovação, que entra em jogo a questão do consumo de elementos, recursos digitais, tendências e rituais, para buscar montar uma foto que se destaque das outras e tentar ganhar mais visibilidade dentro do turbilhão de *selfies* e manter sua imagem circulando por mais tempo — desejo intensificado pela cultura digital contemporânea. Alguns exemplos de fotos-padrão e de fotos mais criativas podem ser observados na Figura 4.

Figura 4 - Exemplos de selfie-padrão³



Fonte: Casti (2014); Iconosquare⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o percurso desta discussão, torna-se evidente que as práticas fotográficas, desde seus primórdios, configuram um espaço privilegiado para a construção simbólica do sujeito em sociedade. O fotógrafo, antes entendido sobretudo como observador

3 Algumas são consideradas mais criativas, alcançando um número maior de compartilhamentos e visualizações

4 Disponível em: <http://iconosquare.com/tag/selfie>. Acesso em: 19 nov. 2025.

situado, selecionava, a partir de sua experiência cultural e dos marcadores sociais de seu entorno, os elementos que compo-riam suas imagens, produzindo não apenas registros visuais, mas também declarações sobre sua posição no mundo. Esse gesto de construir uma espécie de “museu de si mesmo” já continha, impli-citamente, uma dimensão de projeção pública, notoriedade e inscri-ção na memória social.

Na contemporaneidade, tal processo é amplificado pela convergência entre dispositivos móveis, redes sociais e tecnologias digitais que expandem exponencialmente a capacidade de pro-dução, circulação e manipulação imagética. As *selfies* emergem, nesse contexto, como uma forma paradigmática de autorrepresenta-ção algorítmica, na qual o indivíduo assume simultaneamente o papel de observador, fotógrafo e personagem central de sua pró-pria narrativa visual. Essa centralidade, contudo, não se origina das estruturas sociotécnicas e dinâmicas de viralização, que definem, em grande medida, quais imagens ascendem à esfera pública e quais pertencem à margem.

Ao compartilhar *selfies* em cenários de alta relevância cul-tural, eventos, rituais, locais marcados por prestígio ou proximidade simbólica com figuras públicas, o usuário busca, conscientemente ou não, inscrever-se em circuitos de distinção. Nessa busca, tenta esca-par da padronização típica da Indústria Cultural por meio de peque-nas singularizações performáticas: ângulos, poses, composições e artifícios digitais que prometem autenticidade, mas frequentemente reproduzem, em escala, o que Adorno e Horkheimer (1985) deno-minam “pseudo-individualidade.” A aparente liberdade de criação convive com a necessidade permanente de reinvenção, sob pena de exclusão simbólica num ambiente marcado pelo ritmo acelerado de apagamento e substituição.

É nesse ponto que torna possível identificar duas inovações conceituais sugeridas por esta análise:

1. Autorretrato algorítmico: o sujeito não produz apenas sua imagem, mas produz-se com a mediação técnica dos algoritmos, que moldam o que é visto, valorizado e circulado. A *selfie*, portanto, deixa de ser apenas uma prática estética para tornar-se um dispositivo de negociação condicionado por lógicas de plataforma.
2. Distinção performativa de plataformas: a tentativa de singularização dentro de ambientes padronizados, constitui uma forma específica de distinção, diferente daquela descrita por Bourdieu (2007). Trata-se de uma distinção que depende menos do capital cultural acumulado *offline* e mais da capacidade de performar atualidade, isto é, de manter-se atualizado, visível e conectado aos fluxos simbólicos acelerados das redes.

Nesse horizonte, o ciclo de reinvenção contínua, intensamente mediado por filtros, tendências estéticas e dispositivos tecnológicos emergentes, não é apenas um comportamento individual motivado pelo desejo de pertencimento. Ele se converte em um princípio estruturante da própria cultura digital, cuja dinâmica é marcada pela efemeridade, pela disputa incessante por visibilidade e pela necessidade de constante renovação simbólica. Assim, a *selfie* não deve ser compreendida apenas enquanto registro de presença, mas como prática social inserida em um regime de visualidade que, simultaneamente, promete autonomia e reforça dependências estruturais.

Ao final, o que se observa é um cenário em que a autorrepresentação se torna profundamente relacional, orientada por circuitos de consumo cultural, mecanismos de distinção e dispositivos que moldam, de forma cada vez mais sofisticada, aquilo que é reconhecido como relevante. A *selfie*, nesse sentido, opera como síntese das tensões contemporâneas entre expressão e padronização, entre liberdade imaginada e condicionamento tecnológico, um espaço privilegiado para compreender como sujeitos negociam sua existência e seu valor na era das plataformas.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro, 1985.
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo, 1994.
- BENJAMIN, W. Paris, capital do século XIX. **Walter Benjamin**: sociologia. São Paulo, 1991. (Grandes Cientistas Sociais, n. 50)
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo; Porto Alegre, 2007.
- CASTI, Taylor. As 29 melhores selfies de todos os tempos. **Huffpost**, New York, 23 abr. 2014. Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/2014/04/23/best-selfies-ever-2014_n_5113653.html. Acesso em: 19 nov. 2025.
- CRARY, J. **Técnicas do observador**: visão e modernidade no século XIX. Rio de Janeiro, 2012.
- DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens**. Rio de Janeiro, 2009.
- FRIDA Kahlo autorretrato com trança 27 5/8x19 11/16 polegadas litografia limitada. **Ebay**. Disponível em: <https://www.ebay.com/itm/376661490684>. Acesso em: 27 nov. 2025.
- MBELL1975. Vincent van Gogh - Self Portrait, 1887 at Art Institute of Chicago IL. **Flickr.com**. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/434315957814250000/>. Acesso em: 27 nov. 2025.
- TARSILA do Amaral. Autorretrato com vestido laranja, 1921. **Masp**. Disponível em: <https://masp.org.br/acervo/obra/autorretrato-com-vestido-laranja>. Acesso em: 27 nov. 2025.
- UM dos três autorretratos de Rembrandt será leiloado em Londres: auto-retrato, vestindo um chapéu preto e com babados' é um dos três autorretratos pintados pelo artista que permanecem em mãos particulares. **Correio Braziliense**. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/06/08/interna_mundo,862028/um-dos-tres-autorretratos-de-rembrandt-sera-leiloado-em-londres.shtml. Acesso em: 27 nov. 2025.
- ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**. São Paulo, 2021.

Marcia Perencin Tondato

Estágio de pós-doutoramento na UnB (2015), doutora em Comunicação pela ECA-USP (2004), mestre em comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (1998). Docente titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing/SP desde 2009. Líder do grupo de pesquisa Comunicação e Consumo e Identidade Socioculturais – CiCO.

Pietro Giuliboni Nemr Coelho

Doutor e mestre em Comunicação e Práticas de Consumo pelo PPGCOM-ESPM, é publicitário com mais de 15 anos de experiência em Marketing Digital e Planejamento Estratégico. Atua como docente no Ensino Superior nas áreas de Marketing, Branding e Plataformas Digitais. Membro do grupo CiCO – Comunicação, Identidade e Consumo, desenvolvendo pesquisas sobre identidades, ambiente digital e plataformização.

4

*Kauã José da Silva Araújo
Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas*

DE CANÃ À AUSCHWITZ: OS FUNDAMENTOS POLÍTICO-RELIGIOSOS DA IDENTIDADE JUDAICA QUE INVOCAM A ARABOFobia COMO ENGRENAGEM DO NECROBIOPODER NO HOLOCAUSTO PALESTINO

RESUMO:

O artigo examina o conflito Israel-Palestina a partir de uma perspectiva histórico-discursiva explorando seus fundamentos políticos e religiosos para além da análise estritamente geopolítica. Argumenta-se que a tensão entre esses povos é resultado de longos processos de construção simbólica, religiosa e política que moldaram a percepção do povo árabe como alteridade a ser controlada. A apropriação das narrativas bíblicas patriarcais serviu de base para a ideia exclusividade moral e para a formulação do sionismo moderno, que combinou fundamentalismo religioso com projetos de colonização. Portanto, a pesquisa adota o método dialético, com abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de procedimentos bibliográficos e documentais. Fundamenta-se em perspectivas decoloniais e pós-estruturalistas, orientando-se pela análise crítica de textos religiosos, discursos sionistas e representações orientalistas que historicamente sustentaram uma lógica arabofóbica na produção hegemônica de conhecimento. A partir de métodos como a análise de conteúdo e o enfoque dialético, o estudo mobiliza autores árabes, palestinos e judeus críticos do sionismo para compreender como essas camadas históricas estruturam práticas de segregação, expulsão e violência que caracterizam o Necrobiopoder exercido por Israel. Ao final, conclui-se que a violência contra os palestinos não pode ser dissociada da matriz multissecular do fundamentalismo judaico, que transforma corpos árabes em ameaças e confere legitimidade moral à sua eliminação. Ao sacralizar o território e naturalizar a desumanização do outro, essa lógica sustenta a continuidade de políticas de extermínio e silencia o sofrimento palestino sob o discurso de segurança e autodefesa, transformando a "Terra Santa" em campos de concentração.

Palavras-chave: Fundamentalismo Religioso, Arabofobia, Necrobiopoder, Israel-Palestina.

INTRODUÇÃO

Enquanto a mídia frequentemente explora os limites da linha tênue entre a crítica ao sionismo e o sentimento antissemita, com o objetivo de ocupar o espaço comum argumentativo entre o senso comum e a opinião internacional, Israel incorpora a ideia foucaultiana de soberania política *in extremis*, exercendo poder através do controle direto das vidas que eles subjugam “legítimas”. Por isso, o paradigma do conflito entre Israel e Palestina tornou-se um material de estudo pertinente para a compreensão, inclusive, de outros conflitos nacionais e internacionais que envolvem processos de segregação e de extermínio (Dunker, 2021). Isso pois, as ações desenvolvidas nessa “guerra” e todo seu *modus operandi* são uma manifestação clara da violência e do Necrobiopoder exercido sobre os corpos.

O conflito entre Israel e Palestina tem sido um dos temas mais recorrentes e complexos da geopolítica mundial, contudo, para além das imagens de destruição e sofrimento que ocupam os noticiários, entender essa questão exige uma análise profunda da história e das dinâmicas internacionais. Portanto, para compreender de modo holístico o cenário atual é preciso assimilar todo o arcabouço histórico de reconfiguração da Ásia Ocidental, além de outros fatores determinantes como o período pós-União Soviética e a relação ancestral político-religiosa entre Israel e os países árabes vizinhos.

Indicamos isso, pois, as tensões entre judeus e palestinos têm raízes muito anteriores à *Nakba* de 1948, ou mesmo, antes da fundação de Israel enquanto um Estado. Desde a Idade do Bronze, a região palestina foi uma zona de invasões e disputas territoriais em razão de sua região privilegiada junto ao Mediterrâneo. A Palestina existe há mais de 4 mil anos como uma região multiétnica no Mediterrâneo Oriental entre o atual Líbano e Egito, sendo um local que já foi ocupado por treze nações diferentes desde sua origem (Mazzeinghi, 2017). Dentre as diversas designações, “*Canaã*” era

um dos termos mais recorrentes para se referir a região da Palestina, ou conforme os textos bíblicos: a “Terra Santa”.

Apesar de sua pequena extensão territorial e da ausência de grandes recursos naturais – exceto pelas reservas de gás e petróleo (Miato, 2025) –, as terras árabes ocupam uma posição geoestratégica crucial aos discursos políticos, ideológicos e religiosos que movimentam esse conflito. Isso porque, essa região frequentemente disputada é um território considerado sagrado por três religiões diferentes: o islamismo, judaísmo e cristianismo. Por isso, se debruçar nas escrituras sagradas, como o Velho Testamento bíblico e o Alcorão, torna-se um método importante para atingir a cognição dos fundamentos históricos e culturais desse conflito desde a *gênese*: Afinal, a quem pertence a “Terra Prometida”?

METODOLOGIA

Este artigo é guiado pelo objetivo geral de analisar como os fundamentos histórico-religiosos da identidade judaica, articulados ao projeto sionista estruturam mecanismos de arabofobia que alimentam o Necrobiopoder desenvolvido no conflito Israel-Palestina. Esse objetivo foi subdividido em três desenvolvimentos: 1) Investigar como as narrativas bíblicas contribuíram para a alteridade epistêmica dos povos árabes e legitimaram o direito exclusivo do povo judeu ao território palestino; 2) Examinar como a formação ideológica do sionismo, através de uma herança de fundamentalismo religioso, inaugura e perpetua práticas sistemáticas de expulsão, segregação e violência contra os palestinos; e por fim 3) Analisar de que modo a arabofobia e a islamofobia instituída pela perspectiva orientalista, opera como dispositivo central do Necrobiopoder israelense na gestão dos corpos palestinos.

Além disso, a pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, fundamentada em perspectivas decoloniais e pós-estruturalistas,

para analisar como fundamentos histórico-religiosos e práticas sionistas estruturam a arabofobia e o Necrobiopoder no contexto do conflito Israel-Palestina. Adota-se também a análise de conteúdo (Bardin, 2016) como método principal, permitindo examinar criticamente narrativas bíblicas, discursos sionistas e construções orientalistas que sustentam a alteridade epistêmica dos povos árabes e legitimam formas de dominação territorial.

O estudo emprega ainda o método dialético, nos termos propostos por Marconi e Lakatos (2017), articulando diferentes camadas históricas, políticas e culturais, e apoiando-se em pesquisa bibliográfica e documental (Gil, 2010). O referencial teórico baseia-se majoritariamente em autores árabes, palestinos e judeus, como Edward Said, Ilan Pappé, Ualid Rabah e Norman Finkelstein. Também com contribuições de autores decoloniais ativistas pró-Palestina, a exemplo de Berenice Bento e Alain Gresh, além de outras fontes de informação que nos permitisse compreender o processo de limpeza étnica gerida por Israel sendo narrado por vozes palestinas.

1. TERRA PROMETIDA: O PROBLEMA DO ISRAEL BÍBLICO

Alain Gresh é categórico ao afirmar que “Na Palestina não existe, na minha opinião, qualquer direito ‘natural’ ou ‘religioso’. Recuar a três mil, ou mesmo a mil anos, para definir que pedaço de terra pertence a quem é um exercício absurdo, ilegítimo, mas também sangrento” (Gresh, 2002, p. 8). É a partir disso que uma verdade é revelada: o sionismo possui uma relação simbiótica ao discurso religioso judaico que é de extrema importância ser observado. Em suas expressões político-fundamentalistas essencialmente dicotômicas, o sionismo materializa a luta cósmica entre Deus e o Diabo, o sagrado e o profano, a luz e as trevas, os escolhidos e os pecadores, o bem

e o mal, propostos pela “racionalidade” da dogmática cristã-judaica europeia. Enfim, toda essa herança reflete muito nos dogmas e na essência que persiste à natureza da “identidade judaica” de Israel e sua cultura ortodoxa.

É certo que, ao se aprofundar num contexto histórico multissecular, principalmente quando baseado em dados teológicos, não devemos cometer generalizações ou anacronismos. Por isso, também cabe salientar que a proposta deste artigo não é afirmar que os judeus em si são xenofóbicos, racista, sectaristas ou que todo israelense apoia a violência de Israel imposta sobre os palestinos com base em sua doutrina religiosa. O judaísmo não se confunde com o sionismo e suas práticas. Existe um recorte evidente entre sionistas extremistas apoiadores do Estado de Israel e o grupo étnico religioso – que na verdade, como no caso dos ultraortodoxos, reprova a fundação do Estado de Israel (Williamson, 2025).

Contudo, O Estado de Israel e seu processo de criação está intrinsecamente vinculado à história judaica e a sua formação identitária e, por isso, carrega uma profunda bagagem político-religiosa bastante problemática em relação aos povos árabes. O “antigo Israel” ou “Israel bíblico” é bastante discutido, e motivo de divergências entre os historiadores, arqueólogos e sociólogos que estudam o tema. Philip R. Davies (2015) é um dos que afirmam que o Israel narrado pela bíblia é um problema e não um dado histórico, pois, seria extremamente difícil extrair uma representação precisa de Israel através da literatura bíblica que não seja enviesada pelo seu valor teológico. Além de tudo, estudá-lo como única fonte reforçaria o erro de uma história sobre o “Oriente Médio” contado exclusivamente do ponto de vista judaico-cristão.

1 O uso do termo entre aspas é usado para indicar uma designação construído a partir de uma perspectiva eurocêntrica, típica da produção histórica e sociológica ocidental. Ao chamar a região da Palestina de “Oriente Médio”, reforça-se uma visão colonial, que enxerga a Ásia Ocidental como uma extensão periférica do Ocidente e narra as histórias dos povos árabes a partir de um olhar externo e orientalista.

Diante disso, algumas vertentes acadêmicas apontam para a problemática de um “Israel” recorrentemente usada em sentido político, mas ainda mais problemático quando utilizado no sentido histórico de uma entidade étnica, já que na literatura bíblica não há uma identificação clara – na verdade, positiva – da população palestina dissociada da perspectiva judaica. Diante disso, transferir as características do Israel bíblico para a história da palestina seria totalmente desleal, ou melhor, seria uma desvinculação sobreposta de suas identidades que já é um alvo constante de silenciamento ou distorção.

Apesar dos textos bíblicos não apresentarem tanta credibilidade científica quando o assunto é datar eventos históricos, Lester Grabbe (1997) cita a possibilidade de utilizá-los de forma crítica e cuidadosa como um material válido para tentativa de compreender alguns aspectos da história e origem do povo judeu e, por extensão, também do povo árabe. Principalmente pela forma como foram representados nessas escrituras seculares e como são percebidos atualmente. Isso porque, a história desses dois povos está profundamente vinculada às narrativas patriarcais da Bíblia Hebraica (תנ"ך, em hebraico, *Tanakh*), especialmente nos livros do Gênesis, Êxodo, Números, Deuteronômio e Josué, bem como no Torá (תורה) – conhecido também como Pentateuco ou a Lei de Moisés – que constitui o núcleo teológico do judaísmo.

Paralelamente, o Alcorão (نارِقْلا em árabe, *al-Qur'ān*), livro sagrado do Islã, da mesma forma que possui similaridades com as escrituras judaico-cristã também apresenta divergências. O Alcorão oferece as bases para a compreensão das raízes dos povos árabes, por suas próprias vozes, especialmente na figura de Ismael, também descendente de Abraão segundo a crença muçulmana. Conforme essas escrituras, o patriarca Abraão é apontado como o ancestral comum dos povos semitas, especialmente judeus e árabes (Silva, 2001). A narrativa bíblica situa Abraão originalmente na cidade de *Ur* dos Caldeus, uma região da Mesopotâmia (atual sul do Iraque), de onde ele parte em resposta a uma promessa divina: Deus teria garantido a ele e à

sua descendência a posse da Terra de Canaã, região que hoje corresponde ao território de Israel, Palestina e partes da Jordânia e Líbano.

As escrituras sagradas contam que Abraão teve dois filhos principais. O primeiro deles, Ismael, foi concebido por Ágar, que era a serva de Abraão. Por isso, embora fosse o primogênito, Ismael tratava-se de um filho “bastardo”, e mesmo lhe sendo concedido a bênção divina (BÍBLIA, Gênesis 17:20), ele não é escolhido como herdeiro da aliança estabelecida por Deus com Abraão, conforme a crença judaico-cristã. Contudo, Ismael é uma figura central na tradição islâmica como ancestral patriarca dos árabes e, além disso, símbolo do sacrifício prestado por Abraão, em obediência à Deus (ALCORÃO, Surata Aş-Şāffāt, 102).

O segundo filho foi chamado de Isaque, dessa vez com sua esposa Sara, a partir de quem, segundo a tradição judaica, descendiam Jacó (ou Israel) e, subsequentemente, os doze filhos de Jacó, que dariam origem às Doze Tribos de Israel², posteriormente designados de “filhos de Israel” ou Israelitas (Bright, 2004). Essas tribos compuseram a unidade étnico-tribal primitiva que, em seguida, seria politicamente organizada nos reinos históricos de Israel (Norte) e Judá (Sul). Por isso, a aliança conferida à Isaque é representada não apenas como um pacto espiritual, mas como uma construção narrativa que naturaliza uma hegemonia hebraica, reforçando a exclusividade étnico-religiosa da herança e deslegitimando, desde a origem, a linhagem árabe-islâmica associada a Ismael.

É baseado nisso que Omais e Santos (2024) discorrem sobre a relação da islamofobia e da arabofobia com as representações bíblicas, que ocultavam ou representavam negativamente qualquer narrativa acerca da ascendência árabe, a exemplo de Ágar ou Ismael, sempre retratados em contextos de expulsão, rejeição, desvirtuosidade, disputas e preconceito racial. Além disso, os relatos

judaico-cristãos acabavam sempre direcionando o protagonismo à Sara e Isaque por carregarem as “raízes ancestrais hebraicas”. A deslegitimação por trás da não aliança de Deus com Ismael é uma narrativa claramente baseada na superioridade étnica e no preconceito social que recaía sobre ele e a sua mãe.

Diante desse contexto, Har-El (2014) aponta para um apagamento significativo da figura de Ismael na tradição bíblica. Segundo o autor, esse vazio resulta da exclusão canonicamente deliberada dos textos bíblicos que continham detalhes sobre Ismael, o que contribuiu para sua marginalização simbólica e para interpretações distorcidas. Além disso, observa-se uma disparidade clara entre a construção narrativa de Isaque e Ismael, em que este último é frequentemente retratado como violento e indomável, reforçando uma leitura ideologicamente marcada, em que o filho associado à nação árabe aparece como ilegítimo e hostil, em contraste com o filho do “povo escolhido”, representado como digno de proteção.

Assim, os descendentes de Abraão foram chamados de hebreus, com a descendência de Ismael denominada de ismaelitas e a de Isaque, israelitas. Cunha (1998) conta que essa designação étnico-cultural aparece já nos primeiros livros da Bíblia nos relatos em que Abraão lidera o seu povo rumo a Canaã. Chegando lá, os hebreus se agregaram aos povos locais que já ocupavam o local e passaram a fazer parte da cultura que já existia, como uma espécie de “canãanização” dos hebreus.

De acordo com Bright (2004), as escrituras bíblicas apresentam os povos que habitavam o Sul — onde hoje se localiza a Palestina — como antagonistas dos israelitas por possuírem tradições religiosas distintas, construindo a ideia de um “Israel antigo” protagonista e portador de uma verdade supostamente superior. Essa narrativa, que apresenta os hebreus como povo escolhido por Iahweh e justifica sua condução afastada dos filisteus (BÍBLIA, Êxodo 13:17), fundamentou a ocupação de Canaã e ainda hoje serve de base para

discursos que reivindicam o território palestino e alimentam formas de ultranacionalismo israelense.

Enquanto o Reino do Sul consolidou o monoteísmo centrado em Iahweh (Javé), o Reino do Norte manteve práticas politeístas com divindades como Baal e Moloque, sendo retratado como pagão e moralmente inferior; essa estigmatização atravessou séculos, influenciando a forma como filisteus e, posteriormente, povos árabes foram representados, contribuindo a estruturar elementos ideológicos presentes no sionismo moderno.

Além disso, a identidade de Israel está profundamente enraizada a figuras mítico-religiosas como de Moisés, Davi e Salomão, que representam liderança, conquista e reafirmam a aliança de Deus com o povo da “Nova Aliança”. A aliança davídica, em especial, é central para a cultura de triunfo israelense, pois fundamenta a ideia de um povo escolhido com direito a uma terra prometida e a uma soberania sagrada (Ribas, 2023). Esses personagens não apenas estruturam a narrativa histórica-religiosa de Israel, como também legitimam projetos políticos contemporâneos ancorados no sionismo.

Moisés foi um dos primeiros símbolos da esperança e do triunfalismo religioso e étnico da nação judaica, pois, segundo o Velho Testamento, teria sido escolhido por Deus para libertar os hebreus da opressão egípcia (Mazzeinghi, 2017). Esse evento, conhecido como o Êxodo, marca a saída dos hebreus do Egito em busca da “Terra Prometida” de Canaã, que já era habitada por diversos povos cananeus e filisteus. A conquista da terra, descrita especialmente no livro de Josué, é narrada como uma campanha militar sustentada pela vontade divina, que resultou em sucessivos ataques aos filisteus e a imposição do reinado de Davi sobre os povos arameus, edomitas e moabitas, culminando na vitória definitiva dos hebreus.

Esse evento possui uma simbologia fundamental na tradição histórica e religiosa do judaísmo, pois é nesse período que ocorre a

criação da capital do Reino de Judá, e a antiga cidade de Jebus, que antes era comandada pelos cananeus, passa a se chamar Jerusalém. Através do sucessor de Davi, Salomão, Jerusalém torna-se uma “metrópole do judaísmo” e ocorre a construção do grande Templo de Salomão, estrutura que se tornou símbolo máximo da adoração ao Deus de Israel e da identidade nacional israelita, mas que, entretanto, se apropriou da “arquitetura pagã” pela exploração da mão de obra dos fenícios, adoradores de Baal.

Outro evento importante para a consolidação do sentimento sionista foi o Exílio Babilônico, que na narrativa bíblica corresponde um período de “diáspora” dos hebreus (Mazzinghi, 2017). Esse período é carregado de valores políticos não só na tradição judaica e bíblica, mas configurou também um século de enormes mudanças para todo o mundo antigo e a configuração da Ásia Ocidental.

Por isso, Grabbe (1999) adverte que esse termo não é neutro e trata-se de uma construção moldada por interesses teológicos e políticos que podem levar à confusão entre o discurso religioso e a reconstrução histórica. Isso porque, na Bíblia, o Exílio é narrado como castigo divino pelos pecados do povo hebreu que havia se desviado do seu propósito, seguido pela promessa de restauração. Esse exílio então torna-se uma construção narrativa utilizada para acentuar a exclusividade da identidade judaica em oposição aos que permaneceram naquela terra.

É aqui que percebemos que a utilização das narrativas de perseguição para legitimar seus atos de violência e racismo não é algo atual para a história de Israel. O Exílio Babilônico é um marco para o fundamentalismo religioso que se insere nesse conflito pois foi mais um dos eventos que fixaram o sentimento triunfalista – posteriormente denominado como sionismo – na comunidade judaica. É durante a fase do Exílio babilônico que se origina o termo “judeu” (do hebraico yehudí, יְהוּדִי) e consequentemente “judaísmo” como uma

identidade religiosa e étnica – em posição de superioridade – vinculada à tribo de Judá e ao antigo Reino do Norte, Judá (Mazzeinghi, 2017). Por isso, o exílio não foi apenas um deslocamento físico, mas representou também uma transformação fundamental para a composição da religião ética monoteísta de Israel.

Longe da terra, sem templo e sem monarquia, os judeus passaram a desenvolver formas alternativas de culto, além de reelaborar sua teologia, repensando temas como a aliança com Deus, o castigo coletivo e a esperança messiânica, fatores cujo impacto seria sentido por séculos e que moldaria profundamente a literatura, a religião e a autoconsciência de Israel. É nesse contexto que alguns estudiosos como Philip Davies (2015) situam o início da formação das tradições literárias sagradas que comporiam mais tarde o Antigo Testamento (Bíblia Hebraica).

Todo esse contexto religioso e a narrativa de libertação teve um impacto gigantesco na conjuntura desses povos, pois, antes do Exílio, John Bright (2004) cita que a religião no Israel antigo era descrita como henoteísta – o autor é ainda mais incisivo utilizando a expressão “vazia de conteúdo” –, com adoração dedicada exclusivamente a uma deidade nacional tribal. Acredita-se que grande parte da ética monoteísta tenha surgido somente no período exílico, fruto do trabalho dos profetas. O autor revela que as fontes de tensões presentes entre os judeus e o resto do mundo já estavam situadas desde aí, por motivos que habitavam exatamente na estrutura e essência da religião de Israel.

Isso porque o fundamento de toda crença judaica – principalmente após o período exílico – firmava que Israel havia sido escolhido por Javé e, por isso, constituíam um povo especial, único, concebido por Deus para o estabelecimento triunfal de seu domínio na terra. Como observa Bright (2004, p. 435), “O fato de ser esse triunfo concebido como envolvendo a submissão de outras nações significava que a questão da relação de Israel com o mundo na economia divina

teria sido levantada mesmo que a religião monoteísta não a tivesse tornado inevitável". Portanto, essa tensão levantada pelo universalismo e particularismo presente no ideário de Israel nunca desapareceu, e só foi ainda mais impregnado à sua identidade como parte da motivação judaica.

Essas são as raízes do racismo étnico-estrutural sofrido pelos árabes. Havia um forte sentimento de que o povo judeu devia manter-se unido e para isso era necessário afastar-se dos "inimigos", o que nutriu uma completa aversão e desprezo aos estrangeiros de outras nações. Afinal, as próprias escrituras bíblicas narram que "Para concretizar o chamado de Deus, Israel não podia se misturar com outras nações" (BÍBLIA, Jubileus 22:16). Desse modo, os cananeus e filisteus – assim como outros povos palestinos – faziam parte daquilo que era ruim. Eles eram "maus", "ímpios", "zombadores", "sem-lei", fruto de grande indignação e impureza. Malditos com os quais não se devia ter nenhuma relação.

Além dessa subalternização do Outro, um enorme sentimento de orgulho pairava sobre a comunidade judaica pela sua posição peculiar de um povo único, santo e escolhido por Deus. Assim, após o período exílico, um dos elementos mais marcantes para a esperança de Israel era o "Dia de lahweh", que simbolizava o dia do juízo purificador de Deus sobre as nações e a restauração e salvação do seu povo. Naquele dia o Senhor castigará com a sua dura espada, grande e forte, o Leviatã" (BÍBLIA, Isaías 27:1). Esse juízo divino seria como um *Apocalipse*, trazendo o poder destrutivo e vingativo de Javé sobre os seus inimigos:

Quando eu vos tomar dentre as nações e vos reunir de todas as terras, reconduzindo-vos à vossa terra. Borrifarei água sobre vós e ficareis purificados; sim, purificar-vos-ei de todas as vossas imundícies e de todos os vossos ídolos imundos. Dar-vos-ei um coração novo, porei no vosso íntimo um espírito novo [...] sereis o meu povo e eu serei o vosso Deus (BÍBLIA, Ezequiel 36:24-28).

Esse dia seria “a noção de um ataque final das nações contra Jerusalém, no qual Deus intervém com cataclismos e prodígios, derrotando o inimigo com uma carnificina pavorosa e estabelecendo o seu povo numa paz eterna” (Bright, 2004, p. 447). Por isso, havia uma emergência no apocalíptico. Era necessário guerra para alcançar a paz, era preciso destruir para restaurar, era indispensável exilar o “outro” para uni-los a si, era urgente matar para poder viver, afinal, a queda de algumas nações significava o triunfo de Israel. Aqui já se anunciava o processo de limpeza étnica vivenciado posteriormente na Palestina, que transformaria a “Terra Santa” em campos de concentração: a *Nakba*.

2. NAKBA: AS RAÍZES DO SIONISMO E O INÍCIO DO HOLOCAUSTO PALESTINO

Com a expansão do cristianismo na Europa e a conversão do mundo mediterrâneo pelo século XIX, surge uma onda de perseguições à população judia e muitos fugiram para as Américas, tornando-se um povo totalmente disperso. Acontece que os judeus passaram a ser culpabilizados, coletivamente, pela morte de Cristo e, por isso, a sua dispersão foi vista como uma punição divina por esse suposto crime (Cunha, 1998). Essa crença se tornou a base do antijudaísmo no contexto cristão e, conseqüentemente, dentre vários contextos, a potencialização do antissemitismo na Europa.

Pappé (2022) argumenta que foi diante desse cenário que surgiu o sentimento de que o povo judeu era uma “nação sem-terra” e que jamais seria possível a sua assimilação numa nação já constituída, questão que foi tratada como “o Problema Judeu”. Foi através desse sentimento que também surgiu a necessidade de empreender

um ideário (ultra)nacionalista, capaz de resgatar e reposicionar a identidade e o pertencimento da população judaica enquanto Estado-Nação. Em outras palavras, a criação de um “lar nacional judaico” capaz de acolhê-los, uni-los e protegê-los das ameaças externas. Assim surge o movimento sionista³ com Theodor Herzl em 1892.

O sionismo político moderno com Herzl foi a redefinição do judaísmo como um movimento nacional, possuindo raízes no Iluminismo judaico (*Haskalá*). Através de seus “precursores”, o sionismo já demonstrava ser um movimento nada homogêneo ao conciliar racionalismo e secularização com discursos de uma identidade cultural baseada no fundamentalismo judaico. Isso demonstra como o sionismo, substancialmente, sempre manifestou uma tradição sincrética, fundida no nacionalismo europeu e o historicismo messiânico, para justificar a ideia de uma pátria eterna e indivisível que exalta a ação violenta, colonizadora e preventiva, como autodefesa legítima.

Além disso, como o pensamento sionista estava centralizado na ideia de realocação, os sionistas preservavam uma cultura expansionista e, por isso, estavam aliados ao propósito imprescindível de “colonizar a Palestina para devolver aos judeus a pátria ancestral da qual haviam sido expulsos pelos romanos no ano 70” (Pappé, 2022, p. 48). Assim, a antiga promessa divina é ressignificada como legitimação de políticas de expansão, ocupação e violência, apresentadas como parte de uma missão sagrada de reivindicação ancestral que culminaria na consumação do destino histórico de Israel. É a partir disso que se inicia o conflito moderno de disputa – não só – territorial entre Israel e Palestina.

O primeiro conflito árabe-israelense armado ocorreu em 1948, e marcou a retirada forçada de mais da metade da população árabe do território (Gresh, 2002). Essa expulsão foi empreendida

3 O termo sionismo deriva da palavra “Sião”, que significa “Elevado” e está relacionada ao Monte Sião em Jerusalém (II Samuel 5:7). Além disso, está diretamente ligado a ideia de “retorno a Sião”.

inicialmente pelas milícias sionistas e, posteriormente, pelo exército israelense, consolidando o triunfo político e militar do movimento sionista agora no recém fundado Estado de Israel. A vitória dos sionistas demonstrou a força bélica e militar de Israel, que contava também com o apoio de entes importantes da comunidade internacional como os EUA. Isso atraiu ainda mais a imigração de novos judeus ao Estado que se sedimentava numa pilha de cadáveres palestinos.

Desde a Nakba, um número crescente de assentamentos israelenses – inclusive, declarados ilegais numa resolução da ONU (Nichols, 2024) – começaram a ser construídos, e sucessivos ataques repressivos continuaram protagonizando o território palestino. Apesar das respostas violentas, por vezes, apoiados pelo Egito, a Síria, o Iraque e a União Soviética (URSS), os palestinos dificilmente obtinham êxito nos embates diretos. Ademais, seu posicionamento junto ao movimento soviético é um dos fatores bem esclarecedores para a conjuntura sociopolítica internacional. Pois, foi a partir disso que a comunidade árabe foi colocada em contraste de potências globais como os EUA, França, Alemanha e o Reino Unido, que se preocupavam em neutralizar as influências da URSS, e até hoje preservam relações militares e diplomáticas a favor de Israel.

Diante disso, Berenice (2017) cita que foram elaborados ao todo três planos para colocar em prática o genocídio étnico dos palestinos. O Plano A, com o projeto britânico de divisão das terras árabes pelo “Relatório Peel” em 1937; O Plano B, com a operação organizada de imigração clandestina dos judeus europeus para a Palestina, conduzida por grupos sionistas e organizações judaicas através do apoio de autoridades britânicas em 1946; e o Plano C, com o fim do Mandato Britânico e o surgimento do “Problema dos refugiados palestinos”.

Contudo ela cita um quarto plano: O Plano Dalet (a letra “D” em hebraico). Este foi o mais detalhado e sistematicamente elaborado entre todos. Após sua formulação, ele foi repassado aos

líderes das 12 brigadas recém-integradas à Haganá, acompanhado de uma relação precisa das aldeias dentro de suas respectivas zonas de atuação, incluindo o destino previsto para cada uma: ocupação, demolição ou expulsão. O Plano Dalet consistia em ordens diretas de execução, que envolveu:

bebês com crânios rachados, mulheres estupradas ou queimadas vivas nas suas casas e homens esfaqueados até a morte. [...] pilhagem e roubo dos bens materiais, estupros, assassinatos, demolições, agressões, incêndios, campos de trabalho forçado, envenenamento de fontes de água (Bento, 2017, p. 5).

Por meio de sucessivos ataques, massacres e repressões, esse foi o trágico destino dos palestinos ao longo dos anos. Diversos eventos marcaram a teocracia israelense de extermínio como a Guerra de Suez, em outubro de 1956. Essa foi a primeira grande intervenção militar de Israel que, em aliança secreta com França e Reino Unido, invadiu o Sinai alegando autodefesa contra os ataques de *fedayeens*⁴ palestinos vindos do Egito. O episódio reforçou a militarização Israel e acentuou o deslocamento forçado da população palestina.

Finkelstein (2001) cita que, um outro episódio, em junho de 1967, teve consequências ainda mais profundas. Israel lançou ataques preventivos contra Egito, Jordânia e Síria, ocupando territórios como a Cisjordânia, Jerusalém Oriental e a Faixa de Gaza. Referido como a Guerra dos Seis Dias, o ocorrido marcou o início da ocupação prolongada dos territórios árabes, com a imposição de um regime militar sobre milhões de civis palestinos e a expansão dos assentamentos judaicos ilegais.

Esse cenário contribuiu para a consolidação de Israel como potência ocupante e, em resposta a isso, a insurgência de alguns

4 Termo árabe que significa "aqueles que se sacrificam" ou "combatentes da liberdade". Ele se refere a militantes ou guerrilheiros, geralmente de orientação nacionalista, que se dedicam a uma causa, muitas vezes envolvendo luta armada.

movimentos e grupos de resistência organizada pelos palestinos. Uma delas, fundada em 1964, foi a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) que, contudo, é alvo de críticas recorrentes por não representar tão bem os interesses palestinos à medida em que adota uma postura mais diplomática e conciliadora frente a Israel (Pappé, 2022). Após a guerra de outubro de 1973, novos movimentos de resistência ganharam destaque, e, consonantemente, intensificaram-se os discursos israelenses de que os palestinos configuravam uma ameaça existencial ao povo judeu.

3. ENGRENAGENS DO NECROBIOPODER: O "SER ÁRABE" COMO INIMIGO SOCIAL ABJETO

Uma forma de compreender esse processo de dominação e colonização – que é, inclusive, intelectual –, é observar como as ideias religiosas e políticas que legitimavam a presença judaica na Palestina articulavam-se à produção cultural eurocêntrica responsável por difundir imagens distorcidas e desumanizadoras da Ásia Ocidental. Ao converter mitos bíblicos em justificativas para projetos coloniais, as bases ideológicas do sionismo moderno ganhavam ainda mais aderência da comunidade internacional enquanto moldava todo o imaginário social:

A sombra de nosso primeiro pai foi embora com ele, [...] O patriarca Abraão, e o Rei Davi também;
E Israel, seu pai e seus filhos,
E Raquel por quem ele tanto tempo trabalhou;

E muito mais, abençoados por Ele.
E Saiba que, antes de todos estes,
Nenhuma alma humana jamais foi salva.

(Alighieri, 2022, p. 51)

O trecho acima, retirado da obra “A Divina Comédia”, de Dante, expõe uma prática característica das produções hegemônicas da literatura e do audiovisual na Europa: converter a desumanização dos povos árabes e a distorção de suas culturas em políticas educativas. Toda essa lógica faz parte de um movimento histórico contínuo de produção discursiva do “ser árabe” como alteridade inferior ao europeu. Essa produção de conhecimento baseado no Orientalismo – crítica proposta por Edward Said (2015) –, longe de ser neutra ou meramente descritiva, atua como um mecanismo de construção ontológica e simbólica do árabe como ameaça civilizacional, especialmente no contexto da hegemonia dos valores judaico-cristãos ocidentais.

Quando Dante Alighieri (2022) descreve de forma tão pejorativa a figura do profeta Maomé no Capítulo XXVIII de sua obra, resta claro esse processo de subalternização epistêmica cometido por muitos outros autores: mais do que descrever o Outro, trata-se de forjar uma identidade árabe “desviada” e perigosa, cuja existência indesejada serve à reafirmação da identidade europeia dominante que estará legitimada em exterminá-lo (Bento, 2021). Assim, a produção de conhecimento nesses moldes não visa compreender o árabe em sua própria perspectiva, mas objetificá-lo como inimigo necessário ao projeto civilizatório ocidental como figura degradada, abjeta e ameaçadora, a fim de desvincular suas identidades e silenciar suas vozes, facilitando ainda mais o apagamento de sua existência.

O processo de fundação de Israel foi parte desse processo de subalternização. Bento (2021, p. 9) afirma que “El sionismo es el heredero más joven de la ideología racista de los orientistas. Son ellos los que siguen deshumanizando a los palestinos⁵”, demonstrando que, Israel é um Estado que se constituiu a partir da negação contínua da existência dos nativos árabes. Contudo, esse recurso

retórico não é uma criação do sionismo, mas já foi amplamente empregado nas produções europeias como instrumento de descrição e controle simbólico de povos colonizados. Essa descaracterização é inerente à biopolítica porque, como aponta Foucault (1999), ao gerir a vida em termos coletivos, esse poder-saber normalizador estabelece critérios sobre quais vidas merecem ser protegidas, promovidas ou descartadas.

Por isso, Bento (2018) elabora o conceito de Necrobiopoder: um conjunto de mecanismos de governabilidade que propõe a subalternização ou desumanização do "outro", sendo a produção de mortes instituída por esse dispositivo vista como necessária para a manutenção das vidas consideradas importantes. A autora enfatiza a prioridade da morte como estratégia de instituição do poder, por meio do qual eliminará corpos e territórios compostos por estigmatização e existências ameaçadoras. Ou seja, para se fazer viver, um Estado necessita de forma sincrônica ou diacrônica (dependência contínua), produzir zonas de mortes. Por isso, Israel se torna um exemplo claro de necrobiopolítica nas palavras de Bento (2017, p. 6): "Israel é um imenso cemitério. Sob o 'seu' solo, estão vilas, corpos, cemitérios palestinos, objetos e muitas histórias. Tudo escondido pelo silêncio sepulcral de um projeto colonial".

Essa política de morte exige, portanto, a criação de ameaças: grupos que representem um risco difuso à ordem, à identidade nacional ou à segurança coletiva, ou seja, um "inimigo social" e, por isso, a legitimidade de aniquilá-los. A figura desse inimigo, que geralmente corresponde a uma ameaça ficcional, é um recurso essencial à auto-conservação da legitimidade estatal. Esse inimigo pode se configurar como um "dissidente", um "terrorista", um "invasor", um "subversivo", o "transgressor moral" ou qualquer outro corpo social que possa ser desumanizado e convertido em instrumento de coesão nacional pelo medo de "degeneração da ordem". Por isso, Bento (2018) destaca que o medo – artificialmente ampliado até o pânico – é um dos pilares da

necrobiopolítica moderna, pois serve como mecanismo para justificar a exceção e a violência do Estado.

O medo generalizado produz um desejo contínuo por segurança, o qual legitima o fortalecimento dos aparatos repressivos e a expansão da autoridade estatal, mesmo à revelia das garantias do Estado de Direito (Agamben, 2013). A ideia de que a servidão voluntária encontra no medo a justificativa para sua permanência, ilustra com clareza como o Estado utiliza esse sentimento como uma forma de obter adesão subjetiva da população à lógica da morte seletiva justificada pela normatização do Estado. A população se submete ao controle, não porque deseja a opressão, mas porque crê que o controle é necessário para protegê-la do inimigo social inventado.

No contexto colonial e pós-colonial, o Estado constrói sua soberania através da elaboração de uma narrativa histórica que exige a eliminação do “Outro” como condição para a pureza da nação. Isso se materializa em corpos racializados, trans, indígenas, árabes, pobres ou qualquer identidade que não se encaixe na ficção da nação branca, cisnormativa, cristã, heterossexual e “racional” europeia. Esses corpos são então marcados não apenas como “diferentes”, mas como ameaçadores à ordem daqueles que são “normais”. Sua mera existência se torna incompatível com a continuidade do Estado-nação, por isso, a eliminação deles não é apenas tolerada, mas desejada, porque é apresentada como única medida de proteção à identidade coletiva unificadora de um determinado grupo.

Essa lógica pode ser diretamente assimilada à fundação de Israel quando analisamos como a constituição do Estado israelense envolveu a produção de uma identidade nacional excludente, construída por meio da eliminação simbólica e material do “Outro” palestino. Ao mobilizar o ‘trauma do Holocausto’ e o histórico de perseguições antissemitas, o projeto sionista construiu um alibi narrativo que sustenta a ideia de que a segurança do povo judeu justificaria a ocupação da Palestina (Pappé, 2022). Nessa narrativa, o território árabe

foi descrito como uma “terra sem povo para um povo sem terra”, apagando deliberadamente a presença palestina e transformando seus habitantes em obstáculos à constituição de uma nação moderna, ocidentalizada, etnicamente homogênea e moralmente superior.

Resta evidente que, atualmente, a cultura expansionista do sionismo associa religião ao ultranacionalismo belicista para legitimar sua teocracia de extermínio. São gerações e gerações de palestinos apátridas, sem direito a uma identidade nacional, dispersos em campos de refugiados ou exilados em novos campos de concentração (Martinelli *et al.*, 2021). Ainda assim, Israel reivindica uma base religiosa superior como fundamento de sua nacionalidade, posicionando-se acima da fé rival. No contexto da Ásia Ocidental, o conflito é permeado por um misticismo que substitui a razão pela emoção, pela fantasia e por uma noção quase fatalista de destino.

Assim como no imaginário apocalíptico pós-exílico, em que a redenção de Israel dependia da queda violenta das nações inimigas, também aqui o outro – palestino – é tornado figura do obstáculo, do inimigo a ser derrotado para que a promessa se realize. Israel, assume para si o monopólio da violência sob a justificativa de preservar a paz, uma paz que, paradoxalmente, exige guerra, exclusão e extermínio. A lógica da segurança absoluta converte-se, então, em violência absoluta, o controle dos corpos.

As táticas de Israel de enfrentamento do “inimigo” incluem a destruição sistemática da infraestrutura social e urbana: sabotagem de recursos essenciais, usurpação de bens naturais como terra, água e ar, bombardeio de aeroportos, prédios civis, redes de comunicação, instalações médicas, além da devastação e da profanação de símbolos culturais e administrativos de um povo que não teve direito à soberania e autodeterminação. Uma população inteira é devastada pelo extremismo do poder sionista. A insegurança se torna norma, a morte é banalizada, o sofrimento humano é silenciado, e a fronteira entre “civilização” e “barbárie” se desfaz.

Conforme aponta Ualid Rabah, atual presidente da Federação Árabe Palestina do Brasil (Fepal), “Há campos de concentração em Gaza! [...] os novos nazistas, os sionistas de sempre, detentores de uma ideologia (de eugenia) pior que a dos nazistas” (Brasil 247, 2025), são hoje os responsáveis por uma política de extermínio silencioso, que condena milhares de palestinos à morte por fome, de forma lenta, desumana e destituída de qualquer traço de dignidade. Israel, sob o pretexto de fornecer ajuda humanitária, envia suprimentos para as áreas afetadas e, em seguida, realiza intensos bombardeios sobre áreas civis.

Esses atos reproduzem a mesma lógica vivenciada pelos campos de concentração nazistas, nos quais os poderes de administração e execução estavam concentrados numa mesma estrutura. As vítimas eram tratadas como gado: não eram alimentadas para preservar suas vidas, mas para tornar mais eficiente o momento de seu abate, quando já não fossem consideradas úteis. Essa realidade é fica ainda mais evidente através de um vídeo publicado pela Federação Árabe Palestina do Brasil, em que uma mulher palestina chora e expõe seu desespero:

Eu juro por Deus, estamos sendo humilhados como nunca! Eles nos esmagam e pisam em nós como se não fôssemos humanos, e dizem que os americanos vieram proteger o país. Proteger o país?! Eles fizeram o contrário! Eles nos humilharam e humilharam todas as mulheres em Gaza. Estamos sendo humilhadas, espancadas! Nos arrastam pela sujeira. Deus é o nosso único refúgio! Meu corpo inteiro dói! E nossas cabeças e corpos estão queimando [das bombas de gás]. Não aguentamos a dor. Queima como fogo! Não suportamos mais! O que vamos fazer agora?! Como vamos encarar nossos filhos e dizer a eles que não conseguimos trazer comida?! Tudo que trouxemos é isso. Ferimentos, dor e humilhação! [...] Quem se importa com a nossa situação?! (Fepal, 2025)

A população, já privada de acesso a uma infraestrutura básica — como água potável e combustíveis —, agora é impedida até mesmo de se aproximar do mar. A costa foi declarada por Israel como zona de combate, ainda que os palestinos não possuam sequer uma força militar marítima (O Globo, 2025). Recorrentemente Israel tem sido acusado de práticas sistemáticas de violação dos direitos humanos, que incluem o sequestro e a execução de civis inocentes. Além disso, relatos apontam que os palestinos encarcerados são deliberadamente expostos a doenças infecciosas e submetidos a condições degradantes, com tratamento cruel e totalmente desumano (Fepal, 2025).

Enquanto crianças em Gaza morrem de inanição ou agonizam sob os destroços deixados pelos bombardeios, a tragédia palestina se transforma, grotescamente, em espetáculo. A equipe de repórteres da BBC News (2024) divulgou registros de cidadãos israelenses assistindo a destruição de Gaza em colinas próximas, locais que foram transformadas em pontos turísticos improvisados, onde chegam a ser servidos refrigerantes por máquinas automáticas. A sobrevivência, dia após dia, é ameaçada por um regime de violência e catástrofe que transforma a privação em arma e a resistência em punição coletiva, converte a fome em suas sentenças e faz da morte os seus destinos.

Diante do cenário desastroso, uma moradora da Faixa de Gaza, sobrevivente de um dos ataques de Israel, desabafa: “Que Deus se vingue deles! Eles mandaram ‘ajuda’. Não queremos sua comida! Só queremos que a guerra pare! Estamos cansados! Por Deus, estamos cansados! Não somos animais, somos pessoas! Onde estão os países? Onde está o mundo? Estamos morrendo!” (Fepal, 2025) Sob os escombros de hospitais, valas comuns revelam restos mortais de centenas de palestinos, e paira no ar o clamor silencioso dos corpos desumanizados: a morte que não se pode nomear, o mal absoluto — evocando o Holocausto.

Mas por que pouco se fala nesse Holocausto? Por que os veículos midiáticos não classificam Israel como terrorista? Por que não existe um site de enciclopédia para o “Holocausto Palestino” contabilizando suas vítimas? Por que Hollywood não está fazendo filmes sobre o genocídio palestino? Por que os EUA não estão construindo um museu memorial para as vítimas dos ataques israelenses? Por que a ONU não está instituindo um Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto Palestino? Por que o diário de uma criança palestina vítima da *Nakba* não virou best-seller? Por que as vítimas da Palestina não merecem tanta comoção internacional?

Porque não interessa à Indústria do Holocausto⁶ atrelar a “Estrela de Davi” a um símbolo de ódio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo deste artigo evidenciam que o conflito Israel-Palestina ultrapassa a esfera geopolítica e se enraíza em estruturas históricas, religiosas e discursivas que moldaram a percepção do “outro” árabe ao longo de milênios. A construção judaica de “povo escolhido”, sustentada por narrativas bíblicas, estabeleceu uma lógica de exclusividade territorial e superioridade moral religiosa que deslegitimou identidades vinculadas às origens árabes. Esse arcabouço teológico-cultural consolidou a arabofobia e a islamofobia como base do sionismo e da fundação de Israel, permitindo que o corpo palestino fosse interpretado não como vida digna de proteção, mas como um risco balístico em si – um alvo cuja própria existência já justificaria sua eliminação.

6

Termo proposto por Finkelstein (2001) para criticar o uso político, financeiro e simbólico da memória do Holocausto por determinados Estados, instituições e grupos.

Nesse sentido, o genocídio palestino não pode ser compreendido apenas como produto de decisões políticas contemporâneas, mas como efeito acumulado de uma matriz discursiva multissecular, fortemente vinculada ao fundamentalismo judaico, que desumaniza, demoniza e coisifica o sujeito árabe. Paradoxalmente, tal sacralização funciona como mecanismo que neutraliza críticas ao Estado israelense e sustenta a exclusividade moral que permite a continuidade das práticas necrobiopolíticas, apagando a dor palestina e naturalizando sua morte como dano colateral inevitável ou como legítima defesa de Israel.

Portanto, compreender o conflito Israel-Palestina exige reconhecer que a violência atual opera sobre um terreno discursivo sedimentado por séculos de teologia política, colonialidade e racismos estruturantes. A persistência do Necrobiopoder israelense revela que a luta palestina não é apenas por território, mas pela própria possibilidade de (re)existir como humanidade reconhecida. O desvelamento dessas engrenagens torna-se, assim, um passo essencial para romper com a naturalização da morte palestina e a perpetuação do Necrobiopoder israelense. Mais que isso, reivindica uma proteção de direito que não seja seletiva, sacralizada ou monopolizada por um único grupo, mas comprometida com a dignidade de todos os povos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte, Humanitas-UFMG, 2013.

ALCORÃO. **Surata Aş-Şaffât**, 37:102. Tradução de Samir El Hayek. 3. ed. São Paulo: Editora Santuário, 2015.

ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia**. Barueri: Novo Século Editora, Ed. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BBC NEWS. **The Conflict**: Israel and Gaza one year on - The Documentary. Author: Jeremy Bowen, 06 out. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/sounds/play/w3ct7hj0>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BENTO, Berenice. ILAN PAPPÉ: HISTÓRIA E VERDADE. **Contemporânea**, v. 7, n. 2, p. 523-528, 2017.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 53, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/MjN8GzVSCpWtxn7kypK3PVJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 mai. 2024.

BENTO, Berenice. Redwashing y pinkwashing: discursos de izquierda en defensa de Israel. **Claroscuro**, n. 20, v. 1, p. 1-33, 2021.

BÍBLIA. **Bíblia Hebraica**: Torá, Neviim, Ketuvim. Trad. David G. C. Lima. São Paulo: Editora Sefer, 2006.

BRASIL 247. **Ualid Rabah: “O plano de Israel é eliminar toda a população palestina”**. 02 de jul. 2025. Disponível em: <https://www.brasil247.com/entrevistas/ualid-rabah-o-plano-de-israel-e-eliminar-toda-a-populacao-palestina>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRIGHT, John. **História de Israel**. São Paulo: Paulus Editora, 4ª Ed. 2004.

CUNHA, Vasco Oliveira. Palestina: Uma História (Inacabada) de Múltiplas Opressões. **Millenium**, n. 10, p. 49-62, 1998.

DAVIES, Philip R. **In Search of ‘Ancient Israel’**: A Study in Biblical Origins. Edimburgo: T&T Clark, 2015.

DUNKER, Christian. Linguagem fraturada, mundo dividido: Gershon Baskin mostra que não haverá paz no Oriente Médio sem a construção de uma cultura compartilhada entre israelenses e palestinos. **Folha de S.Paulo**, 01 jul. 2021.

FEDERAÇÃO ÁRABE PALESTINA DO BRASIL (FEPAL). **“israel” está contaminando presos palestinos com doenças infecciosas de forma deliberada**. 29 jul. 2025. Disponível em: <https://fepal.com.br/israel-esta-contaminando-presos-palestinos-com-doencas-infecciosas-de-forma-deliberada/>. Acesso em: 01 ago. 2025.

FEDERAÇÃO ÁRABE PALESTINA DO BRASIL (FEPAL). **Mulher palestina colapsa em “distribuição de comida” no campo de extermínio gerenciado por “israel” e Estados Unidos em Gaza**. Instagram: @fepal_brasil, 25 jul. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DMiVXdEO-n-y/?igsh=OWhkdHJpMzdubHdi>. Acesso em: 01 ago. 2025.

FINKELSTEIN, Norman G. **A indústria do Holocausto**: reflexões sobre a exploração do sofrimento judeu. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRABBE, Lester L. (ed). **Leading Captivity Captive. The “Exile” as History and Ideology**. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1999.

GRABBE, Lester L. (ed.). **Can a “History of Israel” Be Written?**. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1997.

GRESH, Alain. **Israel, Palestina**: Verdades sobre um Conflito. Porto: Campo das Letras, Ed. 2002.

HAR-EL, S. Y. **Where Islam and Judaism Join Together**: A Perspective on Reconciliation. New York: Palgrave McMillan, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria; **Fundamentos da Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

MARTINELLI, Martín; COMEDI, David; IBARLUCÍA, Miguel; KACZERGINSKI, Liliana C.; RABI, Tilda; CHAHIN, Nadia Silhi; GAGO, Verónica; BRIZUELA, Natalia; MASRI, Lautaro; COLL, Fernando; THIER, Daphna; AWAD, Sumaya; PAPPE, Ilan; MOVIMIENTO BDS AMÉRICA LATINA; GONZÁLEZ, Zulema Beatriz; BENTO, Berenice; CARDIM, Guilherme; FLORES, Pablo Nolasco; ZETA, Sergio. **Palestina**: de la Nakba al apartheid. La lucha de un pueblo por su liberación. Dossiê, Buenos Aires: ContrahegemoniaWeb, 2021.

MAZZINGHI, Luca. **História de Israel**: Das Origens ao Império Romano. Trad. Renato Adriano Pezenti. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

MIATO, Bruna. Alvo de Trump, Faixa de Gaza pode ter reservas de gás e petróleo não exploradas, diz estudo. **G1 Economia**, Rio de Janeiro, 06 fev. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/02/06/alvo-de-trump-faixa-de-gaza-pode-ter-reservas-de-gas-e-petroleo-nao-exploradas.ghtml>. Acesso em: 05 jun. 2025.

NICHOLS, Michelle. ONU pedirá a Israel fim da presença ilegal nos territórios palestinos. **agênciaBrasil**, 18 set. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-09/onu-pedira-israel-fim-da-presenca-ilegal-nos-territorios-palestinos>. Acesso em: 10 mar. 2025.

O GLOBO. **Fome, sede e calor:** Israel reforça proibição de banho e pesca no mar em Gaza, último refúgio de palestinos no verão escaldante. 17 jul. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/07/17/fome-sede-e-calor-israel-reforca-proibicao-de-banho-e-pesca-no-mar-em-gaza-ultimo-refugio-de-palestinos-no-verao-escaldante.ghml>. Acesso em 01 ago. 2025.

OMAS, Sálua; SANTOS, Manoel A. Raízes da islamofobia e da arabofobia: uma interlocução socioteológica com as representações bíblicas de Abraão, Ágar e Ismael e suas repercussões na sociedade. **Reflexão**, Campinas, v. 49, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2447-6803v49a2024e10493>. Acesso em: 20 jun. 2025.

PAPPÉ, Ilan. **Dez Mitos Sobre Israel**. Trad.: Bruno Cobalchini Mattos. Rio de Janeiro: Editora Tabla, 2022.

RIBAS, Lucas César. Tensão Entre Incondicionalidade E Condicionalidade Na Aliança Davídica Como Catalisador Da História De Israel. **Pneuma: Revista Teológica**, Curitiba, v. 02, n. 01, 2023.

SAID, Edward. **Orientalismo:** O Oriente como invenção do Ocidente. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Airton José da. A História de Israel na pesquisa atual. **Estudos Bíblicos**, Petrópolis, n. 71, p. 62-74, 2001.

WILLIAMSON, Lucy. O crescente número de israelenses que quer o fim da guerra em Gaza. *In*: **BBC News**. 15 jun. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cg4v94k36ywo>. Acesso em: 26 jun. 2025.

Kauã José da Silva Araújo

Graduando em Direito pela Universidade de Pernambuco (UPE), Arcoverde, PE, Brasil.

E-mail: kaua.araujo@upe.br

Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas

Prof^a. Dra. do curso de Direito na Universidade de Pernambuco (UPE), Arcoverde, PE, Brasil.

E-mail: rita.freitas@upe.br

5

Gustavo de Castro Morande

DESAFIOS DA DOCÊNCIA E DA FORMAÇÃO TÉCNICA NO CENTRO PAULA SOUZA:

**ENTRE POLÍTICAS CURRICULARES,
SABERES DOCENTES
E LIMITES ESTRUTURAIS**

RESUMO:

O presente estudo analisa os desafios enfrentados pelo Centro Paula Souza na oferta do Ensino Médio Integrado ao Técnico, destacando os impactos das mudanças legislativas, curriculares e estruturais sobre o trabalho docente e a aprendizagem dos estudantes. Evidencia-se a necessidade de formação pedagógica adequada aos professores, muitos provenientes do mercado de trabalho e com formação predominantemente técnica. A partir de autores como Tardif, Gauthier e Gimeno Sacristán, discutem-se os saberes docentes e as exigências da prática pedagógica na educação profissional. Conclui-se que a melhoria do ensino depende do fortalecimento da formação docente, do aumento de investimentos e da adoção de práticas pedagógicas integradas e alinhadas às demandas contemporâneas.

Palavras-chave: Centro Paula Souza. BNCC. Formação Docente.

INTRODUÇÃO

O Centro Paula Souza (CPS), uma autarquia pública de ensino do Estado de São Paulo, possui uma trajetória marcada pela oferta de educação profissional técnica de nível médio e graduação. Sua criação, vinculada à necessidade de qualificar mão de obra para o desenvolvimento industrial do estado, remonta a um período histórico em que a educação profissional era vista como um caminho para a ascensão social e o desenvolvimento econômico.

Ao longo de sua existência, o CPS enfrentou diversos desafios, como a adaptação às constantes transformações do mercado de trabalho, a expansão da oferta de cursos e a necessidade de garantir a qualidade do ensino. A instrução didático-pedagógica dos docentes, muitas vezes oriundos do mercado de trabalho, tornou-se um ponto crucial a ser abordado, uma vez que a prática docente exige habilidades específicas para mediar o processo de ensino-aprendizagem.

Desde o princípio, a regulamentação do Ensino Médio Integrado ao Técnico no Centro Paula Souza apresenta desafios complexos, relacionados à articulação entre a formação formal determinada pela BNCC e a técnico-profissional, exigindo atualizações constantes das matrizes curriculares e a garantia de qualidade dos cursos oferecidos.

Além dessa articulação entre as duas modalidades de ensino médio, outra preocupação constante é a necessidade de atualização devido à constante evolução da informática, constituindo sempre um desafio à implementação de diretrizes e conteúdos atualizados.

A modalidade de ensino que unifica o Ensino Médio ao Ensino Técnico (Brasil, 1995) atualmente tem sido muito valorizada nas propostas curriculares para o ensino médio brasileiro. Esta condição

de ensino demanda a contratação de profissionais com saberes técnicos sobre o conteúdo curricular dessa modalidade de curso, mas que não receberam fundamentos sobre os saberes pedagógicos para realizarem um ensino eficaz.

Para o desenvolvimento das aulas, o conhecimento técnico do conteúdo é fundamental (Borges, 2004), mas não garante uma atuação docente eficaz, pois um processo educacional demanda adicionalmente aos fundamentos teóricos/técnicos, conforme Gauthier *et al.* (2013, p. 192), “a gestão da matéria e a gestão da classe”. A ausência desses saberes pode dificultar a prática docente não conseguindo atender às necessidades de todos os alunos.

Paralelamente, os alunos do CPS também enfrentam desafios próprios. A transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio integrado ao técnico exige uma adaptação às novas metodologias de ensino e à maior carga horária. Outrossim, muitos alunos conciliam os estudos com o trabalho, o que pode comprometer o desempenho acadêmico.

É preciso lembrar que, desde a aprovação da BNCC (2017), a educação básica tem sofrido várias alterações nas diferentes etapas desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio. Esta última etapa da educação básica é que tem gerado o maior número de alterações e, a cada ano, novas modificações são aprovadas. A última modificação de 31 de julho, por meio da lei nº 14.945/2024, que já deve ser aplicada aos ingressantes em 2025, prevê que, de 3.000 horas nos três anos de ensino, 2400 devem ser destinadas à Formação Geral Básica (FGB) que inclui português, inglês, artes, educação física, matemática, Ciências da Natureza (biologia, química) e Ciências humanas (filosofia, geografia, história e sociologia). O conteúdo da FGB é definido pela BNCC. Essa nova lei alterou a carga horária das disciplinas básicas para o Ensino Médio que era de 1.800 horas, o que, segundo especialistas, é uma mudança positiva, 600 horas são destinadas aos itinerários formativos.

No caso da formação técnica e profissional – EPT- a carga horária mínima passa a ser de 2.100 horas (antes era de 1.800). O itinerário formativo, com ênfase na formação técnica, terá a carga mínima de 900 horas, que somadas às 2.100 horas da FGB totalizam as 3 mil horas para o ensino médio.

Uma das críticas para esta diferença de carga horária da FGB entre as duas modalidades é referente aos estudantes que pretendem seguir estudos universitários e contarão com uma carga mais reduzida de formação básica, sendo penalizados nos vestibulares.

Essas modificações prejudicam os planejamentos das escolas de ensino médio, pois acontecem de forma apressada, exigindo alterações na configuração dos currículos em razão da carga horária alterada. Oliveira (2000) faz uma análise detalhada das implicações das mudanças propostas, apontando, entre as dificuldades a serem enfrentadas, o desafio de proposição e materialização de um currículo que inclua as novas competências exigidas pelas rápidas modificações no mundo do trabalho.

Considerando que as diretrizes atuais para a Educação Básica têm como normativa a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), inicialmente apresentamos o conceito de BNCC:

A BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (Brasil, 2017, p. 7).

A BNCC baseia-se no conceito de competências e habilidades:

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e

valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (Brasil, 2017, p. 8).

As competências e habilidades estão distribuídas nas seguintes áreas: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais, associadas aos Itinerários formativos.

As tecnologias digitais e a computação ocupam um lugar importante nesta etapa da educação básica, considerando a sua importância no mundo atual e a necessidade de seu domínio para o mundo do trabalho. A BNCC explicita as diferentes dimensões no que se refere a conhecimentos e habilidades quanto a atitudes e valores. São elas: o pensamento computacional, o mundo digital e a cultura digital.

O SURGIMENTO DOS “MTEC-S” E O NOVO ENSINO MÉDIO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída como referência obrigatória para a organização dos currículos da educação básica no Brasil, prevê, no âmbito do Ensino Médio, a estruturação dos Itinerários Formativos, entre os quais se destaca o Itinerário de Formação Técnica e Profissional. Essa modalidade está alinhada à Lei nº 13.415/2017, que reformulou o Ensino Médio e introduziu maior flexibilidade na composição curricular, permitindo que os estudantes escolham percursos formativos conforme seus interesses e projetos de vida.

Nesse contexto, surge a denominação M-Tec (Itinerário de Formação Técnica e Profissional - Ensino Médio Técnico), vinculada à oferta de cursos técnicos dentro do ensino médio. A proposta do

M-Tec é orientar a formação dos estudantes a partir de competências técnicas e profissionais, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica e o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), que regula a oferta desses cursos em nível nacional.

A implementação desse itinerário possibilita a integração entre a formação geral do ensino médio e a educação profissional, promovendo o desenvolvimento de habilidades específicas demandadas pelo mercado de trabalho, sem comprometer a base comum obrigatória definida pela BNCC. Dessa forma, o M-Tec representa uma alternativa relevante para ampliar as oportunidades dos estudantes, conciliando a formação acadêmica com a qualificação profissional.

A partir de 16/10/2020, a denominação do curso de Ensino Médio Integrado ao Técnico, anteriormente ETIM, foi alterada para M-TEC sendo que foram necessários ajustes da quantidade de horas aulas e de redução da quantidade de horas aulas de alguns componentes curriculares para ajustes ao regulamentado pelas novas determinações da BNCC. Os moldes de aprendizagem, as ferramentas, os ambientes, a estrutura de equipamentos e os professores foram mantidos.

Esta última etapa da educação básica é que tem sofrido o maior número de alterações e, a cada ano, novas modificações são aprovadas. A última modificação de 31 de julho, por meio da lei nº 14.945/2024, que já deve ser aplicada aos ingressantes em 2025, prevê que, de 3.000 horas nos três anos de ensino, 2400 devem ser destinadas à Formação Geral Básica (FGB) que inclui português, inglês, artes, educação física, matemática, ciências da natureza (biologia, química, e ciências humanas (filosofia, geografia, história e sociologia. O conteúdo da FGB é definido pela BNCC. Essa nova lei alterou a carga horária das disciplinas básicas para o Ensino Medio que era de 1.800 horas, o que, segundo especialistas, é uma mudança positiva, 600 horas são destinadas aos itinerários formativos.

No caso da formação técnica e profissional – EPT- a carga horária mínima passa a ser de 2.100 horas (antes era de 1.800). O itinerário formativo, com ênfase na formação técnica, terá a carga mínima de 900 horas, que somadas às 2.100 horas da FGB totalizam as 3 mil horas para o ensino médio.

Uma das críticas para esta diferença de carga horária da FGB entre as duas modalidades é referente aos estudantes que pretendem seguir estudos universitários e contarão com uma carga mais reduzida de formação básica, sendo prejudicados nos vestibulares.

As constantes modificações da BNCC nos últimos anos têm gerado uma adaptação frequente do currículo e das metodologias de ensino, impactando na continuidade pedagógica e na adaptação dos educadores e dos estudantes a novas exigências. Esse cenário se reflete nos baixos índices educacionais, evidenciando uma fragilidade estrutural no sistema educacional, agravada pelas dificuldades enfrentadas por esses profissionais da educação. Em conjunto, esses fatores colocam os educadores em uma posição desafiadora, para a busca pela excelência na escolarização que depende de estratégias de adaptação constantes, mas nem sempre recebem o suporte institucional ou financeiro necessário.

O perfil de qualificação do discente que frequenta o curso M-TEC-PI (Ensino Médio Integrado ao Técnico em Período Integral) é voltado tanto para o desenvolvimento de competências técnicas na área de Sistemas de Informação quanto para a educação integral preconizada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, alguns obstáculos são identificados, como o tempo reduzido para a cobertura completa dos conteúdos, o que exige dos educadores várias estratégias de ensino que conciliem profundidade e abrangência para provimento eficaz do aprendizado pretendido.

Entre os desafios mais evidentes, destaca-se a limitação de recursos estruturais e financeiros, que limitam a atualização tecnológica

essencial em cursos de tecnologia, a contratação de profissionais em quantidade satisfatória e o acúmulo de tarefas, muitas vezes responsáveis por atividades extras que extrapolam o ambiente de sala de aula, intensificando o desgaste e dificultando a execução e a inovação didática. Além disso, muitos educadores apresentam uma capacitação técnica sólida, mas possuem limitações pedagógicas, devido a uma formação educacional deficitária ou mesmo inexistente. Essa questão didático-pedagógica é particularmente crítica, pois a prática em sala de aula exige uma série de habilidades de mediação e didática que não estão contempladas na formação estritamente técnica, comum entre os cursos oferecidos e os profissionais da área de TI.

O Ensino Médio Integrado ao Técnico nas ETECs, fundamentado no Plano de Curso de número 612 (São Paulo, Centro Paula Souza, 2021), atualizado em 15/12/2022, visa o oferecer uma formação ampla e alinhada às práticas atuais do mercado, propondo interdisciplinaridade e metodologias baseadas em projetos. Essa abordagem estimula os estudantes a aplicarem os conhecimentos propostos em contextos reais, promovendo não apenas habilidades técnicas, mas também o desenvolvimento de competências para a resolução de problemas complexos e trabalho colaborativo, preparando-os para desafios além do ambiente escolar.

O Plano de Curso foi elaborado seguindo as orientações da BNCC (2017), relacionando as competências e habilidades necessárias para o egresso do Ensino Médio integrado ao técnico. Baseia-se no conceito de competência, que deve ser entendida não apenas no domínio do conhecimento de um saber disciplinar, mas também saber aplicá-lo na prática, saber-fazer. É bastante detalhado, com um texto de mais de trezentas páginas e traz as matrizes curriculares de cada área detalhadas para cada habilitação oferecida pela ETEC, especificando as competências e habilidades específicas da área.

Além dos conteúdos de cada disciplina, contém um anexo com uma orientação muito breve para o professor elaborar seu

relatório de aulas práticas, insuficiente para que um profissional inexperiente consiga dar conta da tarefa.

Embora os educandos tenham uma jornada em tempo integral na escola, eles buscam continuamente aplicar os conhecimentos aprendidos em projetos, seja internamente ou em iniciativas externas. A proposta pedagógica colabora com esse tipo de movimento. A prática experimental e a implementação de teorias no desenvolvimento de soluções conectam os estudantes às demandas do mercado e os aproxima de um processo contínuo de aprendizado.

A contribuição dos docentes, muitos dos quais possuem experiência direta no mercado regional de TI, enriquece ainda mais essa formação. Essa vivência proporciona uma visão autêntica das demandas do setor, e os professores se tornam facilitadores da inserção dos cidadãos no mercado, oferecendo orientações personalizadas e suporte ao desenvolvimento de carreiras, seja por meio de recomendações para vagas ou do incentivo ao empreendedorismo. Essa ponte entre escola e mercado amplia o repertório dos alunos e facilita sua transição para o ambiente profissional.

Não obstante, essa proposta pedagógica enfrenta grandes limitações devido a fatores políticos e estruturais. A ausência de investimentos suficientes para a manutenção e melhoria das condições físicas e pedagógicas das ETECs, bem como a carência de estratégias de apoio aos docentes, afetam diretamente a qualidade de instrução oferecida. A falta de verbas reflete-se em infraestrutura inadequada, falta de recursos para capacitação dos profissionais e, em muitos casos, na insuficiência de materiais e tecnologias atualizadas para acompanhar o ritmo do mercado de TI.

Ao longo dos anos, as decisões políticas têm contribuído para agravar esses problemas, com cortes de verbas e a falta de diálogo com profissionais da educação, o que limita as possibilidades de expansão e aperfeiçoamento dos cursos e impede uma

atuação mais eficaz das ETECs em prol da qualificação completa dos alunos. Dessa forma, sem o apoio e o financiamento adequados, o potencial da abordagem interdisciplinar e do trabalho por projetos fica comprometido, gerando um ambiente que depende amplamente do esforço individual de cada profissional e dos estudantes.

Diante desse contexto, o Ensino Médio Integrado ao técnico em período integral enfrenta obstáculos que ultrapassam os limites da sala de aula. As deficiências na infraestrutura e na capacitação dos docentes impactam diretamente a qualidade e a amplitude das experiências educacionais. Embora a essência do modelo pedagógico proponha uma experiência formativa enriquecedora, a falta de investimentos adequados impede que esse potencial seja plenamente realizado. Os estudantes, imersos em um ambiente de qualificação intensiva, ainda enfrentam dificuldades para aplicar as aprendizagens em contextos práticos devido à escassez de recursos tecnológicos, de laboratórios modernos e de materiais didáticos atualizados.

Ademais, a ausência de iniciativas públicas robustas e continuadas para a educação técnica dificulta a adaptação dos cursos às rápidas transformações no campo da tecnologia e do mercado de trabalho. As inovações no setor de TI exigem adaptações constantes, mas a burocracia e a insuficiência de fundos retardam a incorporação de novas práticas e conteúdos nas disciplinas técnicas. Esse atraso cria uma lacuna entre o que os alunos aprendem e as expectativas do setor, o que coloca os egressos em uma posição de desvantagem competitiva, especialmente em relação a profissionais oriundos de instituições com infraestrutura mais avançada.

A atualização das metodologias de ensino é sempre impactada negativamente devido à escassez de incentivos ao desenvolvimento pedagógico dos docentes, sendo que muitos não têm acesso a programas de capacitação regulares ou incentivos para aprimoramento contínuo e de qualidade. Esta condição e a limitação pelo contexto de trabalho impõem restrições e não oferecem o suporte

necessário para o aprimoramento técnico e educacional dos profissionais. Por falta de estudo, acesso ou simples conhecimento sobre as metodologias e as inovações haverá entraves na aplicação de práticas pedagógicas inovadoras que poderiam enriquecer a experiência dos discentes e atender as exigências do mercado.

Essa realidade reflete um cenário mais amplo de desvalorização do ensino técnico, onde a ausência de estratégias consistentes para seu fortalecimento se contrapõe à crescente demanda por profissionais qualificados em áreas tecnológicas.

A lacuna entre a proposta formativa e as condições efetivas de qualificação exige uma reavaliação das políticas públicas e da destinação de verbas para esse segmento, visando não apenas a melhoria do ambiente escolar, mas também o reconhecimento do papel fundamental da educação técnica na formação de uma força de trabalho capacitada e inovadora. A superação desses desafios depende, portanto, de uma mobilização que priorize o investimento educacional e valorize a educação técnica como elemento essencial para o desenvolvimento econômico e social.

Apresentadas as orientações oficiais sobre essa etapa do Novo Ensino Médio e as considerações sobre o Plano de Curso da ETEC, na próxima seção, serão detalhados os principais autores que oferecerão fundamentos para dialogar com os resultados obtidos com a aplicação do questionário aos professores.

AS ESPECIFICIDADES DO TRABALHO DOCENTE

Considerando como ponto de partida do trabalho docente as orientações curriculares oficiais, nesta seção, serão apresentadas as

competências necessárias para que esse profissional consiga realizar um ensino eficaz.

Dentre os autores de referência que aprofundaram o tema, destacamos Tardif e Lessard (2014), Tardif (2014) , Gauthier *et al.* (2013), entre outros, que oferecem elementos para auxiliar o professor a refletir sobre as especificidades do trabalho docente e sugestões para que consigam enfrentar as suas dificuldades na tarefa de ensinar.

Tardif e Lessard (2014) compreendem a docência “como uma forma particular de trabalho sobre o humano, ou seja, uma atividade em que o trabalhador se dedica ao seu ‘objeto de trabalho’, que é justamente um outro ser humano, no modo fundamental da interação humana. Podemos chamar de interativo esse trabalho sobre e com outrem” (2014, p. 8).

Embora existam diversas formas de descrever o trabalho docente, considerado como uma atividade, os autores se centram no trabalho cotidiano tal como o vivem e percebem os docentes integrando todos os fatores no contexto escolar. Para os autores, “[...] ensinar é agir na classe e na escola em função da aprendizagem e da socialização dos alunos, atuando sobre sua capacidade de aprender para educá-los e instruí-los com a ajuda de programas, métodos, livros, exercício, normas, etc.” (Tardif; Lessard, 2014, p. 49).

Considerando que a escola é o principal local onde o trabalho docente se realiza, é necessário apontar a burocratização existente nesse ambiente que pesa no trabalho do professor. Consideram que

[...] O contexto escolar constitui, concretamente, um verdadeiro ambiente cuja contingência pesa enormemente sobre as condições de trabalho dos professores. Por exemplo, veremos que a falta de recursos e de tempo e a escassez de instrumentos pedagógicos são fatores materiais frequentemente mencionados pelos professores como estando entre as maiores dificuldades dessa profissão. (Tardif; Lessard, 2014, p. 55-56).

É preciso enfatizar que as atividades escolares se realizam principalmente dentro da sala de aula. Nesse ambiente, o professor, embora goze de certa autonomia, é necessário lembrar que, no nosso sistema educacional, o Ensino Médio, que constitui a etapa final da Educação Básica, é obrigatório, portanto, é importante o alerta de Tardif e Lessard sobre a existência de parte dessa clientela que está matriculada apenas para cumprir a legislação, o que exige um esforço dos professores no sentido de motivá-los. Nas palavras dos autores citados:

A centralidade da disciplina e da ordem no trabalho docente, bem como a necessidade quase constante de “motivar” os alunos, mostram que os professores se confrontam com o problema de participação do seu objeto de trabalho- os alunos- no trabalho de ensino-aprendizagem. Eles precisam convencer os alunos que “a escola é boa para eles”, ou imprimir às suas atividades uma ordem tal que os recalcitrantes não atrapalhem o desenvolvimento normal das rotinas de trabalho. (Tardif; Lessard, 2014, p. 35).

Considerando o foco desta pesquisa, a identificação das dificuldades do docente com conhecimento técnico, mas sem formação pedagógica adequada, com pouca ou nenhuma experiência docentes, em ministrar aulas que ofereçam condições de melhor entendimento dos conteúdos por parte dos discentes, nossos questionamentos principais podem ser resumidos com base em Tardif:

Quais são os saberes que servem de base ao ofício de professor? Noutras palavras, quais são os conhecimentos, o saber-fazer, as competências e as habilidades que os professores mobilizam diariamente nas salas de aula e nas escolas a fim de realizar concretamente as suas diversas tarefas? Qual a natureza desses saberes? (Tardif, 2014, p. 34).

De acordo com Tardif, os saberes sobre a formação docente começam a ser adquiridos muito antes do curso de formação

profissional. Os docentes, como alunos, já passaram por mais de uma década de experiências escolares antes de chegar ao ensino superior, portanto, foram adquirindo experiências originadas dos diferentes professores, das atividades que consideravam mais prazerosas e mais eficazes. Os cursos superiores de bacharelado não têm como objetivo a formação de professores, portanto, os saberes pedagógicos não fazem parte do currículo desses cursos.

Sendo assim, um profissional que não teve oportunidade de refletir sobre a natureza do trabalho docente, na sua formação profissional no curso superior, e assume a responsabilidade de ministrar uma disciplina, precisa de um apoio para que consiga dar conta da complexidade dessa tarefa que requer diferentes saberes.

Resumindo, para Tardif, “[...] é um saber ligado a uma situação de trabalho com outros, (alunos, colegas, pais, etc.), um saber ancorado numa tarefa complexa (ensinar), enraizado numa instituição e numa sociedade” (Tardif, 2014, p. 15).

Para completar:

Em suma, o saber dos professores é plural, compósito, heterogêneo, porque envolve, no próprio exercício do trabalho, conhecimentos e um saber-fazer bastante diversos, provenientes de fontes variadas e, provavelmente, de natureza diferente. (p. 18).

Para Tardif, o saber dos professores é plural porque é resultado de uma história de vida que inclui experiências anteriores à formação profissional, que são diferentes para cada indivíduo. Além dos saberes adquiridos na formação profissional, Tardif, a partir de várias pesquisas com professores, pontua que eles valorizam o saber experiencial, decorrente das diferentes oportunidades de atuarem como docentes. No caso dos professores que não tiveram em sua formação profissional orientação sobre os saberes pedagógicos, e nem experiência profissional, é necessário um apoio para sua prática pedagógica, sem o qual eles não darão conta da tarefa.

Gauthier *et al.* também adotam essa visão de ensino segundo a qual o professor possui um “reservatório de saberes” que são mobilizados pelo professor, dependendo da situação concreta de ensino.

Gauthier *et al.* (2013) acrescentam que:

Os saberes da ação pedagógica legitimados pelas pesquisas são atualmente o tipo de saber menos desenvolvido no reservatório de saberes do professor e, paradoxalmente, o mais necessário à profissionalização. (p. 34).

Considerando a amplitude do termo “formação pedagógica” é preciso concluir esta subseção esclarecendo que consideramos nesta pesquisa não apenas os saberes especificados por Gauthier *et al.* (2013) e Tardif e Léssard (2014) mas qualquer outro tipo de formação voltada para elementos que compõem o trabalho docente, mesmo que mais abreviada, oferecida pelos cursos de licenciatura ou cursos de extensão, como é o caso do curso oferecido pelo Centro Paula Sousa aos professores, detalhado no link¹.

Gimeno Sacristán (2013) é um dos pesquisadores que mais aprofundou os estudos sobre a prática pedagógica, sempre relacionando-a com o conceito de currículo:

O conceito de currículo e a utilização que dele fazemos aparecem desde os primórdios relacionados à ideia de seleção de conteúdo e de ordem na classificação dos conhecimentos que representam, que será a seleção daquilo que será coberto pela ação de ensinar.

Em termos modernos, poderíamos dizer que, com essa invenção unificadora, pode-se, em primeiro lugar, evitar a arbitrariedade na escolha do que será ensinado em cada situação, enquanto, em segundo lugar, se orienta, modela e limita a autonomia dos professores. Essa polivalência se mantém nos dias de hoje. (p. 17).

Para esse autor, “[...] a prática é algo fluido, fugaz, difícil de apreender em coordenadas simples e, além disso, complexa

enquanto nela se expressam múltiplos determinantes, ideias, valores e usos pedagógicos” (Gimeno-Sacristán, 2008, p. 202). As tarefas/atividades desenvolvidas com os alunos são a base mais eficaz para a análise da prática docente.

Para entender a complexidade e a variedade das tarefas realizadas por um docente, Gimeno Sacristán (2008, p. 240-241) apresentou um quadro completo e que auxilia o docente a avaliar o conjunto de atividades/tarefas que realiza na sua prática docente. Procurou agrupar as atividades nas seguintes categorias: atividades de ensino, atividades de supervisão e vigilância, atenção pessoal e tutorial ao aluno, atividades de coordenação e gestão na escola, tarefas mecânicas, atividades de atualização e atividades culturais e pessoais.

Gauthier et al., na mesma linha de Gimeno Sacristán, com base em pesquisa abrangente, considera dois momentos da prática docente: a gestão da matéria e a gestão da classe. Na gestão da matéria (GM), o autor considera três momentos: um pré-ativo, um interativo e um pós-ativo.

Nas atividades realizadas pelo docente no momento pré-ativo, citam: objetivos, conteúdos, atividades de aprendizagem estratégias de ensino, avaliação e ambiente. Essas atividades são referentes ao planejamento de ensino e são realizadas anteriormente à entrada na sala de aula.

Já na sala de aula, momento ativo, Gauthier *et al.* incluem atividades de aprendizagem, ensino explícito, perguntas ao professor, quantidade de instrução, entre outras. Após a aula, como atividades pós-ativas, consideram a avaliação somativa e formativa bem como a reflexividade do professor sobre sua atuação. Trazem resultados sobre a avaliação somativa, considerada importante para avaliar os conhecimentos adquiridos de acordo com os objetivos da disciplina. Valorizam também a avaliação formativa, destacando a importância de o professor oferecer feedback imediato aos alunos, mencionando

pesquisas que atestam que o retorno imediato do desempenho do aluno é uma forma eficaz para avaliar a aprendizagem.

Da mesma forma que na gestão da matéria, Gauthier *et al.* consideram três momentos na gestão da classe (GC): na fase pré-ativa, o professor deve prever medidas disciplinares, regras e procedimentos e representações e expectativas do professor. Na fase interativa, esse conjunto de medidas deve ser colocado em prática, acrescentando as atitudes do professor e a supervisão da realização das tarefas propostas. Após a aula, fase pós-ativa, prevê uma reflexão do professor sobre as etapas anteriores da gestão da classe, acrescentando o relacionamento com os pais como uma atividade importante da prática docente.

Considerando a complexidade da prática, fica evidente a necessidade de um preparo inicial e de um apoio constante aos professores, principalmente àqueles que não tiveram formação pedagógica na sua formação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise apresentada evidencia que o Ensino Médio Integrado ao Técnico no âmbito do Centro Paula Souza encontra-se situado em um contexto de constantes transformações, marcado por exigências legais, demandas do mercado de trabalho e desafios estruturais que impactam diretamente a prática pedagógica. As mudanças decorrentes da BNCC e da Reforma do Ensino Médio, intensificadas pela recente Lei nº 14.945/2024, têm exigido das instituições adaptações rápidas, muitas vezes sem o suporte necessário em termos de formação, infraestrutura e investimento governamental.

No centro dessas transformações está o professor, cuja atuação requer um conjunto de saberes que ultrapassa o domínio

técnico da disciplina. A partir das contribuições teóricas de Tardif, Gauthier e Gimeno Sacristán, fica evidente que a prática docente envolve múltiplas dimensões, incluindo planejamento, gestão da classe, domínio curricular, reflexão crítica e capacidade de adaptação. Assim, a ausência de formação pedagógica consistente para docentes oriundos do mercado de trabalho torna-se um fator limitante, que pode comprometer a qualidade do ensino e a aprendizagem dos estudantes.

O estudo da ETEC Philadelpho Gouvêa Netto reforça esse cenário ao demonstrar como a instituição, apesar de seu potencial e relevância regional, enfrenta limitações relacionadas à infraestrutura, falta de investimentos, carência de formação docente e dificuldades para acompanhar a velocidade das inovações tecnológicas. Tais fragilidades evidenciam que a qualidade da educação técnica depende não apenas de propostas curriculares robustas, mas também de políticas públicas sólidas e contínuas que apoiem a escola, os professores e os estudantes.

Conclui-se que a melhoria da educação técnica integrada passa inevitavelmente pelo fortalecimento da formação pedagógica, pela valorização dos docentes, pela ampliação de investimentos e pelo reconhecimento do papel estratégico desse segmento para o desenvolvimento econômico e social. Somente por meio de ações articuladas será possível consolidar uma educação que atenda às diferentes demandas contemporâneas e contribua para a formação integral e qualificada dos jovens.

REFERÊNCIAS

BORGES, C.M.F. **O professor da educação básica e seus saberes profissionais**. Araraquara: JM editora, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. **Educação Profissional:** um projeto para o desenvolvimento sustentado. Brasília: SEFOR, 1995. 24 p.

CASTRO, M. L. G. de. **O bom professor do ensino médio e os desafios da docência no início do séc. XXI.** 2012. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br>. Acesso em: 28 novembro 2024.

COSTA, E.C. **Perspectiva dos alunos sobre a prática docente na Habilitação Profissional de Técnico em Administração:** analisar para fazer avançar. 2015. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação) - Universidade de Araraquara, Araraquara.

GAUTHIER, C. *et al.* **Por uma teoria da Pedagogia:** Pesquisas sobre o saber docente. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Átlas, 2002.

GIMENO SACRISTÁN, J. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GIMENO SACRISTÁN, J. (org.) **Saberes e incertezas sobre o currículo.** Porto Alegre: Penso, 2013.

GIMENO SACRISTÁN, J. O que significa o currículo. *In:* GIMENO SACRISTÁN, J. *et al.* **Saberes e incertezas sobre o currículo.** Porto Alegre: Penso, 2013. p. 16-35.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. F. **Teorias de currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M.E.D. A. **Apesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, M. R. NETO. S. Mudanças no mundo do trabalho: Acertos e desacertos na proposta curricular para o Ensino Médio (Resolução CNE 03/98). Diferenças entre formação técnica e formação tecnológica. **Educação & Sociedade**, ano 21, n. 70, abril/2000, p. 40-62.

SÁ, K. R de. Cabe ao ensino médio integrado a formação de trabalhadores sob medida? *In:* REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 40, Belo Horizonte. **[Anais]** Belo Horizonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, 2021.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Tradução de Francisco Pereira. 17. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

TARDIF, M. ; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas Petrópolis: Vozes, 2014.

TRAVALHONI, L.R. ; GUARNIERI, M.R. O ensino por competências em escola de ensino profissional: perspectiva docente e desdobramentos na gestão. *In*: FALSARELLA, A.M., IANUSKIEWTZ, D.; MONTEIRO, D.C. (org.) **A pós-graduação profissional em educação: interfaces entre procesos de ensino e processos, de gestão**. Santo André: V& V, 2024. p. 229- 237.

Gustavo de Castro Morande

Mestre em Processos De Ensino, Gestão E Inovação pela Universidade de Araraquara. Professor desde 1999 no Centro Paula Souza, atuando tanto na ETEC quanto na FATEC. Possui formação em Tecnologia em Processamento de Dados, Pedagogia e diversas especializações nas áreas de Desenvolvimento de Sistemas e Informática.

E-mail: gmorande@hotmail.com

6

Rogéria Campos A. Dutra

USOS E CONFLITOS NO TERRITÓRIO URBANO:

**A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO
PELO COMÉRCIO INFORMAL**

RESUMO:

Este capítulo tem como objetivo analisar a questão dos intercâmbios econômicos informais urbanos, particularmente a prática de comércio ambulante e a ocupação do espaço público. Como fenômeno característico das configurações urbanas contemporâneas os mercados populares, na figura dos camelôs, têm suscitado debates acerca do território das cidades, seja devido aos processos de aglomeração urbana, aos dispositivos de coerção, bem às pressões de inclusão de grande parcela de uma população excluída do mercado de trabalho formal. Baseado em revisão bibliográfica acerca do tema, pretende discutir os conflitos presentes entre o poder público e os comerciantes da Feira da Madrugada na cidade de São Paulo, destacando-se o constante processo de criminalização destes atores sociais e os desafios suscitados pela implementação de um modelo empresarial de gestão da economia popular urbana.

Palavras-chave: Informalidade; Espaço Público; Mercados Populares; Cidade.

INTRODUÇÃO

O comércio ambulante tem se apresentado como um dos desafios de gerenciamento por parte das administrações municipais envolvendo frequentemente relações conflituosas entre os diferentes atores envolvidos, integrantes da cena urbana. A perspectiva do conflito é aqui utilizada nos termos de Georg Simmel (1971), como parte integrante da vida social, na qual a sociedade se produz e reproduz através da conciliação entre formas harmônicas e desarmônicas de socialização. O antagonismo nada mais é do que resultado da confluência de diferentes pontos de vista, formulados a partir da posição ocupada pelos atores sociais envolvidos. Neste sentido, se por um lado a vida social apresenta como imprescindível a existência de uma unidade fundamentada em valores e regras, por outro esta unidade não se reduz à uniformidade. A ocupação do espaço público por esta atividade, particularmente as ruas centrais da cidade, caracterizadas pelo grande fluxo de consumidores e pela alta valorização latifundiária envolve diretamente diferentes atores sociais tais como os próprios ambulantes, o público consumidor, os lojistas, as empresas imobiliárias, os representantes do poder público e os transeuntes. É através de uma constante negociação da realidade que estes grupos articulam formas de validarem seus próprios interesses, trazendo à tona a questão sobre o direito à cidade. Para este fim estaremos apresentando a realidade destes trabalhadores e sua relação com o poder público em São Paulo, através de pesquisa bibliográfica e de notícias veiculadas na mídia digital.

O COMÉRCIO AMBULANTE E O ESPAÇO PÚBLICO

Há uma série de definições que visam dar conta das atividades econômicas que se desenvolvem à revelia dos processos de

normatização social, tais como economia informal, setor informal ou submerso da economia, economia subterrânea ou invisível, economia paralela. De fato reunir tais atividades dentro de uma conceituação que procure dar conta da diversidade interna deste fenômeno tem se mostrado um desafio dentro das ciências sociais, até mesmo porque tais denominações subentendem uma delimitação nítida entre o mundo da ordem – evidentemente positivado, neste caso, o mundo das práticas econômicas regulamentadas – e o mundo da desordem e da ilegalidade, instaurando-se uma dicotomia de difícil confirmação na realidade.

Por economia informal entende-se o grupo de atividades econômicas associadas, de forma mais ou menos imediata à situações de evasão fiscal e de sobrevivência de populações marginalizadas. Ainda de forma genérica podemos identificar como características comuns às atividades pertencentes à economia informal a inexistência de barreiras à entrada/participação para seu desempenho, o aporte de recursos de origem doméstica, de propriedade individual operando em pequena escala. Estas características vão de encontro às atividades de vendedores ambulantes e sua situação marginal no mercado de trabalho.

Apesar de a urbe não ser um fenômeno recente na história humana, o desenvolvimento da sociedade de mercado e a revolução industrial trouxeram a cidade para a posição de centralidade na configuração das sociedades moderno-industriais. As demandas do processo produtivo, como a especialização do trabalho, a concentração do capital e as inovações tecnológicas foram gradativamente moldando a infraestrutura urbana; com a expansão de seu território e o adensamento de sua população, as cidades passam a ser objetos de contínuas intervenções com o objetivo de ordenação de seu território. Estas estratégias de ordenamento espacial vão se constituindo a partir do diálogo constante, muitas vezes conflituoso, entre as regras do mercado latifundiário e as políticas públicas urbanas.

Contudo, uma cidade não se faz somente pelo efeito de forças invisíveis ou macroestruturais. Sua forma reflete a dinâmica funcional das relações inseridas neste contexto, ou seja, o traçado das ruas, praças, edifícios, lojas e casas são moldados através do uso por parte de seus habitantes. A cidade é vivida a partir da constelação de territórios específicos que se fazem interligados pelos circuitos simultâneos; as regiões vão ganhando características peculiares à forma vivida, trazendo marcas de sua habitação. A integração de sua população ao espaço urbano numa sociedade marcada pelas desigualdades sociais se constitui a partir de padrões segregadores de distribuição espacial como a clássica divisão entre centro e periferia.

O centro da cidade, neste caso, se apresenta como locus de concentração de atividades comerciais e industriais, de serviços, de gestão, de lazer. Por conta da grande variedade de ofertas proporcionadas pelo comércio, os centros passam a atrair diversos públicos, cada qual com objetivos e demandas distintas, convergindo pessoas, mercadorias, veículos e informações de forma intensificada. Todavia, enquanto o centro se afirma como o lugar da possibilidade, do acesso a serviços variados, a periferia se confirma como o local da falta de oportunidade e da penúria, onde os serviços são escassos e falhos (Alves, 2010).

Apesar deste modelo dual de distribuição espacial estar presente em grande parte das cidades no Brasil as metrópoles tem se caracterizado pela estrutura policêntrica, onde cada centro engloba tipos específicos de bens e serviços e de clientela. Contudo, tais centros, por sua própria natureza especializada não partilham do caráter democrático, de reunião de um público diverso com múltiplos interesses, tal qual o centro clássico. De acordo com Alves (2010) enquanto o centro tradicional reúne as diferenças, os centros especializados reúnem as igualdades, reforçando as desigualdades sociais na medida em que passam a atender necessidades de grupos e classes sociais específicas.

Numa sociedade de mercado como a que vivemos, apesar da(s) região(ões) central(ais) de uma cidade se constituir em zona estratégica para a sobrevivência de seus habitantes, enquanto polos de atividades políticas, econômicas e sociais a população nem sempre tem livre acesso a este espaço. O lugar geográfico e socioeconômico de cada grupo influi em seu exercício de direito à cidade na medida em que determina a mobilidade e o grau de acessibilidade, favorecendo as diferenciações no interior da cidade. A população de menor poder aquisitivo, habitantes das zonas periféricas dependem de transportes coletivos para se locomoverem. No caso das cidades brasileiras, a estruturação espacial e a organização dos meios de transportes públicos não contribuem para o acesso adequado ou desejado da população pobre. As limitações da oferta de um serviço adequado a esta população pelo transporte coletivo podem ser identificadas não somente pela frequência de horários de ônibus, que privilegia algumas áreas (centrais) em detrimento de outras (periféricas) como também pelo custo da passagem. Estes fatores, associados ao progressivo aumento do uso do automóvel particular nas ruas centrais, comprometem a mobilidade e acessibilidade de muitos, e por consequência afetam o próprio direito à cidade (Lefebvre, 2004)

O comércio ambulante se caracteriza pela ocupação das ruas de grande fluxo de pessoas através da montagem de bancas ou barracas para exposição de seus produtos; conhecidos como camelôs, estes personagens já se tornaram parte da paisagem das metrópoles brasileiras. De acordo com Melo & Telles (2000) se o comércio possui posição destacada na oferta de postos de trabalho na economia, o comércio ambulante tem aumentado expressivamente seu peso, sendo responsável pela criação de cerca de 20% dos postos de trabalho neste setor.

Este tipo de atividade resulta da própria dinâmica da cidade moderna, com o surgimento de tipos vocacionais, oportunidades de inserção no mercado e o desenvolvimento de talentos específicos dos indivíduos. Neste movimento, as pessoas tomam a iniciativa

de ocupar as ruas e espaços públicos para dispor e realizar operações comerciais sem qualquer registro legal de sua atividade. Para controlar e normatizar esta ocupação desordenada do espaço as administrações municipais têm estabelecido critérios de inserção e permanência destes vendedores nas ruas da cidade, através de um termo de permissão de ocupação, mediante a uma taxa de contribuição. Esta ocupação, contudo, é fruto de tensões constantes e conflitos com outros personagens da vida social urbana. Pela natureza altamente flexível da atividade, os vendedores ambulantes se multiplicam com velocidade, dificultam a mobilidade urbana, exigindo formas constantes de fiscalização; os lojistas, por outro lado, protestam contra esta ocupação em função da “competição desleal” na medida em que seus preços não são onerados pela carga tributária.

Contudo, se por um lado o comércio ambulante pode concentrar atividades potencialmente marginais como o comércio de produtos contrabandeados ou sem nota fiscal, por outro, esta atividade é em parte promotora de desenvolvimento, uma vez que serve como poderoso instrumento de circulação de mercadorias, estimulando a produção formal da economia. A complementaridade destes mundos formal e informal pode ser iluminada por autores tais como Fernand Braudel (1985) que procura diferenciar economia de mercado e capitalismo: enquanto o homem comum na prática ordinária das trocas situa-se na dimensão da economia de mercado básica e cotidiana, observa-se uma rede de transações na cúpula dos grandes empresários com atuação dos grandes monopólios. Milton Santos (2004), por sua vez, destaca a complementaridade entre os dois circuitos da economia urbana: o superior - dominado por expressivas cifras comerciais, monopolizado por grandes empresas e instituições no comércio atacado e varejista - e o circuito inferior, caracterizado por atividades baseadas no uso intensivo da mão de obra e de pouco capital para a geração de renda da população pobre e marginalizada.

As profissões têm se revelado, nas sociedades industriais contemporâneas, como espaço de constituição de identidades,

produção de papéis sociais, onde sujeitos expressam e constroem sua subjetividade em relação ao mundo social estabelecido (1971). O contexto de exclusão do mercado de trabalho e desigualdade social são fatores que tornam o comércio ambulante uma alternativa viável de sobrevivência. Por outro lado, as trajetórias destes vendedores revelam escolhas: não possuir patrão, ter horário flexível, além da possibilidade de constituir um negócio familiar são valores de um ethos ou estilo de vida que muitas vezes não se quer abrir mão. Trata-se de uma atividade que capaz de promover o sentimento de inclusão e integração, tanto no campo material quanto simbólico. Por um lado, o acesso a recursos materiais e ao consumo, além do horizonte de uma possível ascensão social em caso de progresso nos negócios. E por outro, no que toca a valores éticos e morais associados ao trabalho, o sentido de integração e reconhecimento. Assim, a inserção como trabalhadores e autônomos possibilita-lhes a aquisição de maior respeito em suas redes de relações sociais.

Os problemas suscitados pela ocupação das ruas por ambulantes variam de acordo com as diferentes cidades e suas realidades, assim como as soluções: há contextos em que sua permanência nas ruas é tolerada, enquanto que em outros eles são deslocados para shoppings populares. Como situação emblemática da realidade vivenciada pelo comércio ambulante, enfatizando as constantes negociações e relações conflituosas neste processo de ocupação do espaço urbano pelos ambulantes, apresentaremos a seguir o caso da Feira da Madrugada, na cidade de São Paulo.

CONFLITOS, E USO DO ESPAÇO URBANO: A FEIRA DA MADRUGADA

Devido às proporções da cidade de São Paulo não pretendemos aqui esgotar as possibilidades de reflexão da ocupação do

espaço público pelos ambulantes nesta cidade; através de uma investigação de notícias publicadas na grande imprensa estaremos apresentando os conflitos instaurados recentemente entre os ambulantes e a administração municipal, particularmente na região central da cidade e a luta do comércio popular por espaço no sistema urbano.

A região central da cidade de São Paulo, envolvendo os bairros do Retiro e do Brás, passou por um processo de deterioração e abandono pelo movimento de modernização da atividade econômica e expansão da cidade, vindo a ser ocupada pela produção de confecções e comércio de vestuário a partir da década de 50 do século passado, atividade esta que envolveu a participação de migrantes, sejam internacionais, como libaneses, judeus e mais recentemente coreanos e bolivianos, sejam do próprio país, como nordestinos. A partir da década de 90 este comércio se intensifica incorporando-se elementos da globalização como a comercialização de produtos chineses, crescendo sua importância e ganhando visibilidade nacional (Frúgoli, 1995; Lago, 2004). Como atividade do circuito inferior (Santos, 2004), composta em sua maioria por pequenos comerciantes e por um comércio de cunho popular esta região assiste a formação de uma economia da aglomeração, ao se ganhar a eficiência produtiva em função da alta concentração das atividades econômicas no espaço (Silva, s/d).

A região neste sentido atraiu ao longo desta história grande número de vendedores ambulantes, que se envolve frequentemente em conflitos com os lojistas da região e com os representantes do poder público. Apesar da grande malha de comerciantes na região, estendidos entre ocupação pública e de galerias, estaremos analisando a seguir o caso da Feira da Madrugada, primeiramente por representar já em seu nome, a condição de margem com que é fundada, ou seja, fora do horário oficial do comércio. E, em segundo lugar, devido ao fato desta feira ter passado por processos de conflitos e disputas legais, vindo a culminar no movimento de “empresarização” através de uma licitação e concessão, por parte prefeitura

municipal a um consórcio privado para sua gestão. (Freire da Silva, 2014; Rangel, 2023)

A Feira da Madrugada surgiu quando um grupo de camelôs da Rua 25 de Março decidem trabalhar durante a noite para evitar desavenças com o comércio local. Ela se caracterizava, então, pelo comércio atacadista que nutria os vendedores ambulantes da cidade, fato este que moldava seu horário de funcionamento, de forma prejudicasse os ambulantes em sua rotina de trabalho. Contudo, um segundo fator para seu funcionamento de madrugada, já se delineava como vantagem aos comerciantes, o fato deste horário estar fora do período de fiscalização por parte da administração municipal. Transferida para a Rua Oriente, passa a agregar, além de atacadistas e pequenos produtores, também revendedores, até que em 2005 um terreno até então utilizado para o estacionamento de carros e ônibus, o Pátio do Pari, se torna local da atividade das barracas, tornando-se referência de comércio popular de roupas, com intensa atividade, atende "sacoleiros" vindo de diferentes regiões do país.

A gestão deste espaço passou e ainda passou por conflitos constantes (Folha de São Paulo, 2010) seja em relação à posse da área, entre as instâncias municipal e federal, seja pela administração do espaço e pelos interesses populares, dado o grande número de pessoas, entre comerciantes, consumidores e revendedores que sobrevivem desta atividade. Sua história é permeada por denúncias de corrupção, com fiscais cobrando propina para a permanência dos ambulantes em situação ilegal, o envolvimento de políticos e casos de crime: o assassinato do presidente do Sindicato dos Camelôs Independentes de São Paulo em 2010 (Marchiori, 2010) que expôs a máfia de cobrança de propina, bem como o assassinato em condições suspeitas, em 2011, do ex-administrador da Feira da Madrugada, que já sofria ameaças de mortes (Gazeta do Povo, 2011). Os conflitos continuam bem como práticas não permitidas, como o aluguel de pontos, ambulantes tendo mercadorias confiscadas e mesmo perdendo seus pontos de venda.

Se estes conflitos se definiam em parte à presença da fiscalização municipal – houve então a extensão do horário de trabalho dos fiscais para o horário da madrugada a fim de coibir práticas consideradas ilegais – este processo se acirrou com o envolvimento das forças de segurança do estado, a polícia militar, através da Operação Delegada, uma estratégia de ocupação continuada da Polícia Militar nos espaços de comércio popular, na qual estes policiais passam a ter a autoridade, para além do apoio ao trabalho da fiscalização municipal, o poder de repressão e de prisão (Freire da Silva, 2014).

Dada o grande contingente de pessoas envolvidas neste mercado a céu aberto - em 2009, estimava-se entre 5 a 7 mil barracas – a administração municipal inicia projeto de refuncionalização desta região, envolvendo grandes instituições financeiras do país, sem a participação dos atuais ocupantes do espaço. A gestão da feira, se torna em 2015 fruto de licitação, sendo o vencedor um grupo de investidores da iniciativa privada que formaram o consórcio “Circuito São Paulo”. O contrato previa a exploração do espaço por 35 anos, a construção de um novo shopping no terreno, e sobretudo, a inclusão dos ambulantes que já atuavam, portadores do Termo de Permissão de Uso neste espaço comercial.

Inicia-se então uma nova fase de conflitos, marcado por protestos e denúncias, agora entre a administradora e os ambulantes, particularmente no que se refere a estes antigos permissionários que deveriam ser incluídos, e que denunciavam estar a administradora empreendendo estratégias de sua expulsão. Foi instaurada então, na Câmara Municipal de São Paulo, uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Feira da Madrugada, em 2017. Os embates travados no âmbito da CPI se tornam ilustrativos das disputas e conflitos envolvidos neste modelo empresarial de gestão da economia popular: os empresários, na figura da concessionária alegando prejuízos financeiros em face a inadimplência e os baixos valores pagos pelos antigos permissionários, a quem deveriam acolher por definição legal do edital, e os comerciantes reivindicando seu reconhecimento

como os verdadeiros criadores da feira, e portanto atores legítimos de a terem como fonte de recursos. Chegam a citar inclusive que submeteram, na chamada aberta para a licitação, uma proposta de autogestão, que não fora devidamente considerada. Ao final da CPI permaneceu o apoio ao Consórcio, algumas recomendações de tolerância à inadimplência, e pouco se falou sobre as irregularidades administrativas denunciadas, tendo-se como vitoriosa a hegemonia do discurso de modernização das relações econômicas e do modelo de gestão empresarial. O que se identifica, nestes embates, é uma dualidade presente nos mercados populares entre o seu papel social na produção de renda para trabalhadores, ou seja de reconhecer o direito ao trabalho destas populações marginalizadas, e a perspectiva do desenvolvimento econômico, investimento e acumulação de capital (Rangel, 2023).

A revitalização urbana é fruto de um complexo jogo de diversos atores, e a formalização do comércio popular, se por um lado se revela promissora ao empreendedorismo, por outro revela facetas ocultas da exclusão, dado o risco da gentrificação do trabalho nestes espaços e a expulsão dos pobres (Rangel, 2023). O reconhecimento dos direitos destes trabalhadores envolve sua organização, além da mudança da imagem dos mercados populares como espaço de desordem e marginalidade. Algumas iniciativas tem ocorrido, a se destacar a criação do Forum dos Ambulantes de São Paulo, que congrega diferentes organizações de comerciantes de rua desta cidade, bem como eventos como a escuta pública com trabalhadores ambulantes do Brás, promovido pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2025). No que se refere a região do Brás, à Feira da Madrugada e suas extensões, os conflitos continuam bem como os desafios, a privatização envolveu maiores custos aos comerciantes e os compradores "...entram, andam e gastam lá fora", pois que em face à formalização deste espaço, novos ambulantes se aglomeram nas calçadas circunvizinhas (Petrocilo; Castelani, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio da gestão do território urbano envolve a conciliação de interesses diversos e até mesmo de seus habitantes. O caso da ocupação do espaço pelos vendedores ambulantes é emblemático da questão do que de fato consideramos como espaço público: se por um lado este pode ser definido como espaço de toda a coletividade, por outro esta ocupação é permeada por uma série de discriminações, onde aqueles com maior poder aquisitivo conseguem habitá-lo, negando esta possibilidade aos excluídos. De fato, nota-se que a sociedade brasileira não está preparada para a inclusão de grande parte de sua população, necessitando desenvolver mecanismos de controle das formas de sobrevivência e convivência na cidade. Apesar da consolidação de um modelo econômico com ênfase neoliberal, fundamenta no sistema político democrático, o Estado não tem sido capaz de conduzir este processo com os recursos da racionalidade e impessoalidade das leis. O crescimento da população urbana requer meios econômicos e territoriais que possibilitem a inserção contínua de seus habitantes. Além da consolidação da cidadania política pelo processo democrático é necessária a inclusão desta população, seja econômica seja territorial, através dos direitos de acesso.

Se podemos considerar a cidade como espaço que possibilita seus habitantes o acesso à diversidade, maior possibilidade de escolha, do usufruto de bens e serviços, esta experiência de pertencimento não se efetiva se não for sustentada. O direito à cidade, nos termos de Lefebvre (2004) representa a possibilidade de se construir a cidadania além do voto, o direito de criação e fruição no espaço social; o espaço urbano privilegiando os habitantes em detrimento de seus administradores; um direito de remodelar o processo de urbanização. Se o direito à moradia tem sido fruto de lutas reivindicativas, ao que Houston (1993) denominou de cidadania insurgente - ou seja, ante a inexistência de condições de habitação, os

moradores ocupam espaços interditados e a partir daí lutam pela sua legitimação -, o caso do comércio ambulante também se aplica. Ao direito de morar une-se o direito de trabalhar, construindo então a possibilidade de formalização.

A criminalização do comércio popular certamente não é o melhor caminho, uma vez que desempenho positivo desta atividade econômica tem demonstrado seu poder. Ao protagonismo econômico conferido aos emergentes da sociedade brasileira nos últimos anos deve se associar estes trabalhadores. De alguma forma estes trabalhadores reivindicam o direito de troca através das atividades econômicas populares, valorizando as iniciativas pessoais para o fomento às atividades econômicas. De acordo com Amartya Sen (2010) o desenvolvimento não se reduz à eliminação da desigualdade de renda; envolve principalmente à redução da desigualdade de liberdade, como a liberdade de trocar, a oportunidade de se fazer escolhas na forma de sobreviver e viver na cidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gloria. **O uso do centro da cidade de São Paulo e sua possibilidade de apropriação**. São Paulo: FFLCH. 2010

BRAUDEL, Fernand. **A Dinâmica do Capitalismo**. .Lisboa: Editorial Teorema, 1985.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Informalidade contemporânea na América Latina**. Rio de Janeiro, IPEA, 1999.

CUNHA, Manoela I. Formalidade e informalidade. Questões e perspectivas. **Etnográfica**. Lisboa. Vol. X (2), 2006. pp. 219-231.

FOLHA DE SÃO PAULO. **CAMELÔS ENTRAM EM CONFRONTO COM POLICIAIS NA FEIRA DA MADRUGADA**. Folha de São Paulo. São Paulo, 25 de outubro de 2011. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/10/996107-camelos-entram-em-confronto-com-policiais-na-feira-da-madrugada.shtml>. Acesso em 24 out 2025.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Polícia faz operação contra venda de espaços na ‘feirinha da madrugada’ no Brás.** Folha de São Paulo, 15 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/08/policia-faz-operacao-contra-venda-de-espacos-em-feirinha-do-bras.shtml> Acesso em 3 nov 2025.

FRÚGOLI JR., Heitor. **São Paulo:** espaços públicos e interação social. São Paulo: Marco Zero, 1995.

GAZETA DO POVO. Ex-gerente da Feira da Madrugada é morto em SP. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 setembro 2011. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ex-gerente-da-feira-da-madrugada-e-morto-em-sp-cd9xm7qnc9dpzzofgqfz9se/>. Acesso em 13 out 2025.

HOUSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, vol. 8, 1993, n.21. p. 69

JAKOBSEN, Kjeld. *et al.* **Mapa do trabalho informal**. São Paulo: Perseu Abramo/CUT, 2000.

LAGO, Luciana Corrêa. (2004). Lugares na metrópole: mercado e reciprocidade na produção da segregação urbana. **XXV Encontro da Latin American Studies Association**. Las Vegas, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro. 2004.

MALAGUTI, Manoel L. **Crítica à Razão Informal:** a imaterialidade do trabalho. São Paulo: Boitempo/Vitória: EDUFES, 2000.

MARCHIORI, Raphael. Faxineira diz a polícia que sindicalista morto em São Paulo levou 3 ou 4 tiros. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 15 de dezembro de 2010. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/12/846492-faxineira-diz-a-policia-que-sindicalista-morto-em-sp-levou-tres-ou-quatro-tiros.shtml>. Acesso em 25 out 2025.

MELO, Hildete P.&TELES, Jorge L. **Serviços e Informalidade:** o comércio ambulante no Rio de Janeiro. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IPEA, dez 2000 (Texto para discussão).

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **Ouvidoria Nacional promove escuta com ambulantes em SP e reforça compromisso com a regularização do trabalho nas ruas.** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Brasília, 10 de outubro de 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/outubro/ouvidoria-nacional-promove-escuta-com-ambulantes-em-sp-e-reforca-compromisso-com-a-regularizacao-do-trabalho-nas-ruas> Acesso em 12 nov 2025

PEREIRA, Sílvia Regina. Mobilidade espacial e acessibilidade à cidade. **Okara**: Geografia em debate, Paraná. v. 1, n. 1, 2007. p. 43-76.

PETROCILO, Carlos; CASTELANI, Clayton. **Feira da Madrugada de SP enfrenta crise e acumula dívidas após a privatização**. Folha de São Paulo, 31 de março de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/03/feira-da-madrugada-de-sp-enfrenta-crise-e-acumula-dividas-apos-privatizacao.shtml> Acesso em 30 out 2025.

RABOSSI, Fernando. **"Nas ruas de Ciudad del Este"**: Vidas e vendas num mercado de fronteiras. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. (Tese de doutorado).

RANGEL, Felipe. Gestão Empresarial, trabalho e um mercado em disputa. São Paulo, **Cadernos Metrópole**. v. 25, n. 58. p. 1073-1093, set/dez 23.

REINECKE, Gerhard. Qualidade de emprego e emprego atípico no Brasil. *In*: POSTHUMA, A. C. (org.) **Abertura e ajuste do Mercado de trabalho no Brasil**: políticas para condicionar desafios de emprego e competitividade. Brasília: OIT, MTE/ São Paulo: Ed 34, 1999.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREIRE DA SILVA, Carlos. **Das calçadas às galerias: mercados populares do centro de São Paulo**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo, 2014. (Tese de doutorado)

SILVA, Silvana C. **A Feira da Madrugada e os conflitos pelo uso do território na cidade de São Paulo**. s/d.

SIMMEL, Georg. How is society possible? *In*: **On Individuality and Social Forms**. Chicago: Chicago University Press, 1971.

Rogéria Campos A. Dutra

Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

E-mail: rcadutra@uol.com.br

7

Tiago Pereira Aguiar Susmickat

“SOBRE O ESTADO” E O DIREITO PENAL:

UM OLHAR SOBRE O *JUS PUNIENDI*
ESTATAL À LUZ DE PIERRE BOURDIEU

RESUMO:

A partir das noções de Estado, atos de estado e poder simbólico definidas por Pierre Bourdieu (1990; 2009), o presente capítulo busca refletir sobre o exercício do poder punitivo estatal, manifesto através do *Jus Puniendi* no âmbito do Direito Penal brasileiro, problematizando o monopólio no uso do poder punitivo por meio de violência física e, sobretudo, simbólica, destacando a atuação seletiva do Estado e das agências repressivas oficiais que integram o sistema penal. A noção de Estado como entidade capaz de imprimir à ordem social princípios ocultos presentes na dominação e violência tanto física como simbólica, evidencia elementos do poder simbólico enraizados, sobretudo, na estrutura de poder punitivo estatal. Sobre estes, os agentes de repressão à criminalidade pautam suas ações no processo de seleção penalizante, resultado da gestão de um conjunto de agências que integram o sistema penal.

Palavras-chave: Estado; Atos de Estado; Poder Simbólico; jus puniendi estatal; Direito Penal.

INTRODUÇÃO

O presente artigo toma como referências as noções de Estado, atos de estado e poder simbólico definidas por Pierre Bourdieu (1990; 2009), a fim de promover uma discussão em torno do exercício do poder punitivo estatal, manifesto através do *Jus Puniendi* no âmbito do Direito Penal brasileiro. Para tanto, problematiza o monopólio no uso do poder punitivo por meio de violência física e, sobretudo, simbólica, enfatizando a atuação seletiva do Estado e das agências repressivas oficiais que integram o sistema penal.

Nesse sentido, em um primeiro momento, com o intuito de apresentar algumas considerações acerca da noção de Estado e de sua origem, são trazidos à baila nesse trabalho aspectos ligados a uma perspectiva contratualista, tomando como base as proposições de autores considerados indispensáveis ao debate, como Thomas Hobbes (2003), John Locke (2005) e Jean Jacques Rousseau (1999), para, por conseguinte, apresentar algumas definições defendidas por Pierre Bourdieu (1990; 2009).

No segundo momento, promove-se uma breve exposição teórica acerca do Direito Penal, destacando as características inerentes ao referido campo do direito, trazendo para o debate questões ligadas ao Direito Penal subjetivo ou *jus puniendi* estatal, que ampara e legitima o exercício do poder punitivo baseado na norma penal. Ademais, busca-se também problematizar o caráter seletivo do poder punitivo estatal, depreendido no processo de *criminalização primária*, isto é, a partir da elaboração das normas penais, bem como no processo de *criminalização secundária*, que ocorre durante a aplicação e interpretação da lei penal pelas instâncias oficiais do Estado, tais como polícia, juízes, promotores de justiça, instituições penitenciárias, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES “SOBRE O ESTADO” E SUA ORIGEM

A noção de Estado enquanto sociedade politicamente organizada, de seus elementos como território, povo e objetivos determinados constitui uma noção recente e pode assumir divergentes definições consoante as diferentes concepções ou enfoques atribuídos, seja de ordem sociológica, do âmbito jurídico ou como mecanismo de força, dentre outros aspectos. O debate em acerca do surgimento Estado remonta às postulações de pensadores que discorreram sobre um contexto que antecede a sua constituição. Para Thomas Hobbes (2003), John Locke (2005) e Jean Jacques Rousseau (1999), o Estado, em uma perspectiva contratualista, teria surgido a partir de um contrato social no qual os indivíduos firmavam disposições capazes de regulamentar o convívio social, impondo ordem a um estado anterior cuja vida era marcada pelo caos e desordem, sem poder, nem limites, constituído o estado de natureza. Em Hobbes, o estado de natureza constituía um estado de guerra permanente.

Sem a presença de um estado regulador, os indivíduos vivem isolados e em constante conflito, de modo que o homem na luta por seus interesses tende a atacar o próprio homem, a fim de subjugar seu semelhante, transformando-se no seu próprio predador. Elabora uma teoria política contratualista de Estado, cujas bases voltam-se para a promoção de uma paz social, organizando por meio da instituição do Leviatã a pretendida ordem social. O estado hobbesiano, funcionando tal qual uma máquina, é compreendido como entidade externa ao tecido social.

Lock (2005), por sua vez, embora não negue a existência do estado de natureza o concebe como contexto de liberdade e igualdade, onde os homens vivem em harmonia e igualdade. O direito de propriedade é reconhecido a cada um, assim como a vida e a

própria liberdade, espécies de direitos naturais considerados inalienáveis. Nessa perceptiva, ao Estado não seria permitido tudo fazer, não podendo violar tais direitos. Ademais, o contexto apontado por Lock (2005) é alterado a partir do momento em que a noção de propriedade é desvirtuada, ultrapassando os limites das necessidades do indivíduo para promover a acumulação de riquezas, corroborando, como consequência, para a obtenção da desigualdade. Em um mundo em desarmonia e desigual, encontram-se os elementos suficientemente motivadores para gerar a guerra e tornar o pacto contratual inevitável. Assim, todos homens manifestando o livre consentimento, entregam ao Estado o direito de fazer justiça, a fim de neutralizar a iminência da guerra, operando a transição do estado de natureza para a sociedade civil. A esse respeito explica Rousseau em *O contrato social* definindo o estado de natureza dizendo que “O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo quanto aventura e pode alcançar. O que com ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo que possui” (Rousseau, 1987, p. 36).

Por meio do contrato social que se torna possível não somente o agrupamento e conciliação dos indivíduos em sociedade, mas sobretudo viabiliza a transferência dos direitos dos homens para o Estado, de maneira que o homem natural passa a se tornar cidadão. Nessa direção é possível vislumbrar a notória circunscrição do poder estatal, legitimado pelo consenso da coletividade e fruto do contrato social pactuado. Uma vez celebrado o contrato social, nasce o estado civil, onde a liberdade do homem natural é mitigada pela supremacia do interesse da vontade geral, conforme ajustado no pacto. Celebrado o contrato social o Estado avoca para si a detenção do monopólio da força. Legitima-se a anuência do uso da espada pelo Estado, visto que, como salienta Hobbes (2003) os pactos sem a espada não passam de palavras, não possuem força para dar qualquer segurança a ninguém. Ao se instituir a sociedade civil, reconhece-se como titular exclusivo do uso da força é o Estado,

em razão do consentimento e assunção dos indivíduos no que tange à celebração do contrato social.

Para além das concepções apresentadas pelos principais jus-naturalistas, de cunho contratualista, destacam-se como pertinentes as considerações acerca da concepção do Estado apresentadas por Pierre Bourdieu (1990). Em *Sobre o Estado* são reunidos os cursos do autor de maneira a apresentar relevante conjunto de postulações teóricas e análises valiosas para a compreensão e investigação das questões ligadas ao Estado Moderno. Alargando as primeiras concepções modernas de Estado, em Bourdieu verifica-se um afastamento da crença de que o Estado está a serviço da busca do bem comum, de modo que o Estado pode ser definido como

um princípio de ortodoxia, isto é, um princípio oculto que só pode ser captado nas manifestações da ordem pública, entendida ao mesmo tempo como ordem física e como o inverso da desordem, da anarquia, da guerra civil, por exemplo. Um princípio oculto perceptível nas manifestações da ordem pública, entendida simultaneamente no sentido físico e no sentido simbólico (Bourdieu, 1990, p. 34).

A partir das definições bourdianas, nota-se o distanciamento de uma análise reducionista da noção de Estado enfatizando à questão da função. Para o autor, embora essa visão crítica seja bem aceita sem discussão, ela termina por escamotear a questão do ser ou do fazer que designa o Estado. Tampouco se prende a substituição “Estado divino por um Estado diabólico, substituir o funcionalismo do melhor — o Estado como instrumento de consenso, como lugar neutro em que se administram os conflitos — por um Estado diabólico” (Bourdieu, 1990, p. 37).

Estado é o princípio de organização do consentimento como adesão à ordem social, a princípios fundamentais da ordem social, e que ele é o fundamento, não necessariamente de um consenso, mas da própria existência das trocas que levam a um dissenso. (Bourdieu, 1990, p. 35). Em síntese provisória, o autor define o Estado enquanto

um princípio de ortodoxia, de consenso sobre o sentido do mundo, de consentimento muito consciente sobre o sentido do mundo. Reconhecendo certas funções que a tradição marxista imputa ao Estado, Bourdieu admite que este não é um aparelho orientado para o bem comum, mas constitui em um aparelho de coerção, de manutenção da ordem pública, mas em proveito dos dominantes.

Para Bourdieu a noção de Estado enquanto uma espécie de *deus absconditus* imprime à ordem social princípios ocultos e invisíveis, que se fazem presentes também na dominação tanto física como simbólica, assim como na violência física e simbólica. A relevância nas postulações de Bourdieu repousa na clareza de que o Estado não pode ser considerado apenas um aparelho de poder nas mãos dos dominantes e nem um espaço neutro de operacionalização de conflitos, mas sim um “metacampo” pelo qual se constrói a representação coletiva que estrutura a vida social. Destaca que o que se denomina como Estado, o que se aponta confusamente quando se pensa em Estado, é uma espécie de princípio da ordem pública, entendida não só em suas formas físicas evidentes, mas também em suas formas simbólicas inconscientes, e tudo indica que profundamente evidentes. Segundo o sociólogo, a produção e a canonização das classificações sociais é uma das funções mais gerais do Estado.

Conforme Bourdieu o estado se apresenta em diferentes contextos que convertem tipicamente em produto do estado, os sujeitos são quantificadas e codificados pelo estado, adquirem uma identidade de Estado. O Estado consiste, então, em uma ilusão bem fundamentada, em um lugar que existe essencialmente porque se acredita que ele existe. É, portanto, uma entidade teológica, uma realidade ilusória, mas que existe pela crença e coletivamente validada pelo consenso (Bourdieu, 1990, p. 37). Subjacente à discussão realizada por Bourdieu (1990), é possível depreender a definição proposta por Weber (1968) acerca do monopólio da violência legítima. Weber (1968 p. 56) em *Ciência e política duas vocações*, afirma

que o Estado não se deixa definir a não ser pelo específico meio que lhe é peculiar, qual seja, o do uso da coação física. Assim, todo estado se funda na força, de maneira que o conceito de Estado para Weber não subsistiria se somente existissem estruturas sociais de que a violência estivesse ausente. Todavia, ressalta que não resta a menor dúvida de que a violência não constitui o exclusivo instrumento de que se vale o Estado, mas a destaca como seu instrumento específico. Segundo o entendimento weberiano o Estado lança mão do recurso da violência física, tendo-a como instrumento normal do poder. "O estado se transforma, portanto, na única fonte do "direito" à violência" (Weber, 1968, p. 56).

Ampliando a noção weberiana, Bourdieu acrescenta a violência simbólica como construtor de uma lógica no mundo e elemento estruturador da realidade. São poderes estruturados e os símbolos são instrumentos da integração social e sua ordem. O autor mobiliza as razões capazes de tornar inteligível o caráter e a eficácia dos poderes de violência simbólica exercido pelo Estado. Para tanto, ressalta a dimensão simbólica do Estado enquanto espaço de relações de força e de sentido, como produtor de princípios de classificação suscetíveis de serem aplicadas ao mundo social.

Nesse contexto, uma das definições que integram o mundo social na visão do sociólogo e merece evidência é o conceito de campo. Destaca-se, pois, a noção de campo enquanto um espaço simbólico marcado por relações objetivas históricas e atuais, a partir das quais observam-se posicionamentos e disputas entre os agentes por meio dos diferentes tipos de capital. Bourdieu, aponta para a possibilidade de que cada espaço represente um campo exclusivo e assim, construa suas lógicas e seus princípios regulatórios característicos. Nesse sentido, destaca-se a importância do campo do poder, considerando que este constitui o território por onde a hierarquia das relações de poderes no campo político serve para estruturar a maioria dos outros campos.

Reconhecendo a complexidade do trabalho investigativo sobre o Estado e a dificuldade particular em pensar seus objetos, Bourdieu (1990) explica que se é possível formular a um pensamento correto sobre o Estado, ele seria a Representação Legítima do mundo social. Para o autor, se ao apresentar definição ao que se denomina “o Estado”, descreve o setor do “campo do poder, que se pode chamar de ‘campo administrativo’ ou ‘campo da função pública’, esse setor em que se pensa particularmente quando se fala de Estado sem outra precisão, define-se pela posse do monopólio da violência física e simbólica legítima” (Bourdieu, 1990, p. 34).

No contexto em que o Estado assume o compromisso da proteção dos bens jurídicos contra violações, o Contrato Social legitima, por conseguinte, os meios pelos quais se exerce o poder de punir a fim de preservar os bens de todos aqueles partícipes do referido pacto, integrantes da sociedade. Nesse cenário, o Direito Penal assume papel importante como ramo necessário à garantia de liberdades na sociedade civil, bem como para a efetivação de uma obrigação fundamental do Estado de disciplinar e fazer valer as regras impostas a toda a comunidade, a fim de que seja promovido o interesse geral.

NO “CAMPO” DO DIREITO PENAL: O *JUS PUNIENDI* ESTATAL E A SELETIVIDADE DO PODER PUNITIVO

Consoante os postulados do contratualismo, buscava-se responder de modo racional, através da teoria do contrato social, visando à legitimação e justificativa para a atuação do Estado. A relevância do estudo das teorias contratualistas, sem dúvida, reside em uma construção filosófica que parte do princípio de que a liberdade é

a regra e a não-liberdade, a exceção. Nesse contexto, o Direito Penal emergiu idealizado para a proteção de bens jurídicos, delimitando as condutas consideradas nocivas à paz social, presando, por fim, pela garantia de defesa da sociedade.

Assim, o Direito Penal pode ser entendido como o setor ou parcela do ordenamento jurídico público que estabelece, explicitamente, atos comissivos ou omissivos considerados delitivos, atribuindo-lhes determinadas consequências jurídicas como punição. A esse respeito dispõe Bruno (1967) que o Direito Penal é formado de conjunto de normas jurídicas responsáveis pela regulação da atuação estatal no combate ao crime, definindo os fatos puníveis, os tipos penais, e a cominação das respectivas sanções. Conforme sustenta Noronha (1998), O Direito Penal é ciência cujas regras compõem uma dogmática jurídico-penal, isto é, uma visão das leis penais em vigor, o conhecimento dos sentidos das normas e princípios do direito em vigor, das normas absolutas a que se deve vincular. É também ciência cultural normativa, valorativa e finalista. Cultural por pertencer à classe da ciência do “dever ser”; normativa pois tem como objeto o estudo o Direito positivo; valorativa visto que estabelece escala própria de valores, variável conforme o fato que lhe dá conteúdo, valorizando hierarquicamente suas disposições normativas; e, por conseguinte, finalista em razão de se preocupar com a proteção de bens jurídicos considerados fundamentais, assumindo, portanto, uma dimensão prática.

Outro aspecto que não se pode olvidar é que o Direito Penal apresenta uma natureza constitutiva e, eminentemente, sancionadora. Nesse sentido, cria proteção a determinados bens jurídicos disciplinados em outras áreas do Direito. Em uma ótica sociológica, o Direito penal se configura, ainda, como um instrumento de controle social, reservado à preservação da paz pública, compreendida como ordem necessária em determinada coletividade. Assim, trata-se de ramo do Direito Público, visto que se compõe de regras indisponíveis e obrigatoriamente impostas a todos os indivíduos, destacando-se

a figura central do Estado enquanto titular exclusivo do direito de punir, detentor do direito público subjetivo de exigir o cumprimento da legislação penal, figurando, inclusive como sujeito passivo, parte ofendida, constante nas relações jurídico-penais.

Destaca-se nesse contexto a face do Direito Penal subjetivo que incorpora o direito de punir, classificado como *jus puniendi*. De acordo com Capez (2012), a expressão latina *jus puniendi* usada sempre em referência ao Estado frente aos cidadãos, que pode ser entendida como o direito de punir do Estado, referindo-se ao seu poder sancionador, ao “direito de castigar”, constituindo-se em uma prerrogativa exclusiva do Estado para o exercício do poder punitivo. Está autorizado a exercê-lo tão logo tome conhecimento da violação do conteúdo da lei penal incriminatória. Nessa perceptiva, ressalta-se o instrumento fundamental do exercício do *jus puniendi*: o poder. Conforme salienta Bruno (1967) que se manifesta no exercício da justiça penal é o poder soberano do Estado, um poder jurídico efetivado mediante legislação penal, a fim de que o Estado cumpra a sua função originária de garantir as condições de existência e continuidade da organização social.

O Direito Penal ao compreender um conjunto de regras destinadas a combater o crime e contravenções penais, mediante imposição de sanção penal, deixa transparecer sua identidade adequando-se à noção de campo elaborada por Bourdieu (1990), visto que é, sobretudo, um setor de “campo do poder”, ou ‘campo da função pública’, corroborando para a definição e manutenção do próprio Estado, mediante o domínio do monopólio da violência física e simbólica legítima (das).

Na medida em que se atribuiu ao Estado a incumbência da função de proteger bens jurídicos existentes antes de sua origem ou fundação, este por sua vez transformou-se em potestade penal e administrativa, sujeito e “senhor” do Estado, justificando-se racionalmente a origem, os limites e os fins do “direito-poder” de punir.

Desse modo, é possível relacionar a origem e os fins do Estado com a origem e os fins do *jus puniendi*, uma vez que a definição, redefinição, bem como os fins e os limites do direito de punir pressupõe, de modo especial, conhecer os fins e os limites do próprio Estado (Queiroz, 2001, p. 125).

Nessa perspectiva, considerando as importantes definições apresentadas por Bourdieu (1990) é que se passa a discutir acerca do campo jurídico em que o Estado se manifesta no âmbito do Direito Penal. Ressalta-se que a utilização que o Estado faz do Direito Penal exterioriza uma concepção de Estado na condição de detentor do monopólio da violência legítima, oriunda do poder punitivo legitimado pela coletividade. Assim, corresponde o seu direto-dever de aplicar determinada pena, e a esta, uma culpabilidade, para regulamentar a convivência dos homens em sociedade.

Não obstante seja inegável a existência de outras formas de controle social, o Estado revestido da estrutura e roupagem que o campo jurídico e do Direito Penal lhe confere, lança mão do recurso da violência física, tendo-a como instrumento normal do poder, utilizando a aplicabilidade da pena como instrumento de coerção, física e simbólica. Logo, o âmbito do Direito Penal se constitui enquanto campo de poder estatal, com condições fulcrais de sua legitimação, na medida em que a intervenção jurídico-penal é reivindicada sob o argumento de assegurar a proteção de bens jurídicos, diretos fundamentais tutelados pelo Estado.

Sublinha-se, nesse contexto, o direito de punir do Estado, ante a aquiescência dos sujeitos quanto à manifestação de sua face violenta por meio do poder sancionador, efetivado por meio do direito legitimado para castigar. Assim também, as agências estatais repressoras encontram-se situadas entre os mecanismos capazes de produzir efeitos de estado, uma vez ligados a própria ideia de Estado, possibilitando a verificação da forma na qual este se manifesta. Corroborando essa lógica, conforme preceitua Bourdieu,

o Estado não está fora dos indivíduos, acima, o estado é um campo. E é sobretudo no campo do Direito Penal que ele pode ser percebido como setor particular do campo do poder.

Nesse ponto encontra-se um aspecto fundante em Bourdieu (1990), afastando-se da definição weberiana mencionada anteriormente, quando afirma ser o Estado um dos princípios da ordem pública. Para o autor, a ordem pública não diz respeito unicamente polícia e o exército, para além de tais instâncias, a ordem pública repousa sobre o consentimento. Assim, o estado, além de compreender órgão central detentor do monopólio da violência física, se faz presente para além da ordem coercitiva: ele exerce um poder simbólico.

Nesse sentido é que se chama a atenção para a atuação do Estado, especificamente no campo do Direito Penal, onde se verifica a atividade estatal realizada por meio de um processo de criminalização desenvolvido em duas etapas, a saber, respectivamente: o processo de *criminalização primária*, exercida através da atividade de criação de leis penal abstratas, imprescindível para a futura punição dos indivíduos; e a *criminalização secundária*, diretamente ligada a atuação das agências oficiais do estado, como polícia, juízes, promotores de justiça, instituições penitenciárias, Ministério Público, agentes autorizados pelo Estado para atuarem no processo de aplicação e interpretação dos tipos legais codificados. A partir de tais processos e premissas, o sistema jurídico penal efetiva a vontade repressiva do Estado, mediante a ação punitiva exercida seletivamente sobre determinadas pessoas ou grupos de pessoas, sobre as quais recai a prossecução penal (Massom, 2016).

No caso da criminalização primária ou primarização, pode se depreender o caráter seletivo estatal ao criar tipos penais tais como os codificados nos artigos 155 e 157 do Código Penal brasileiro, que voltam-se para a criminalização de condutas que violem o patrimônio, como furto e o roubo, ou ainda, a conduta tipificada no artigo 176 do mesmo código que criminaliza “Tomar refeição em restaurante,

alojar-se em hotel ou utilizar-se de meio de transporte sem dispor de recursos para efetuar o pagamento". Nesse sentido, os tipos penais são constituídos tendo em vista um sujeito ativo ideal a ser enquadrado, não por acaso, delitos comumente praticados por parcela fragilizada e excluída economicamente.

No segundo caso, o da criminalização secundária, evidencia-se tal realidade ao se observar determinados inquéritos que, por vezes, deixam transparecer discursos que legitimam atitudes arbitrárias por parte das agências do poder judiciário, recepcionando e reforçando ideias e noções como a de que "bandido tem que sofrer", bem como noções equivocadas com relação aos direitos humanos e aos direitos fundamentais entendidos como sinônimo "tolerância à bandidagem" (Wacqüant, 2001, p. 10). Nesse cenário, não surpreende informações acerca da existência de casos em que agências autorizadas pelo Estado como a polícia, ao realizarem seu ofício repressivo, avançam sobre a tarefa de executar a pena de execução pública do "criminoso", que, não raro, pode sequer ter o direito de receber a acusação formalmente.

Em consonância com as definições Bourdianas, entende-se que o poder simbólico é construído por diferentes variáveis e sustentam uma lógica no mundo. Ao lastrear uma dada realidade, estruturam a própria realidade, tendo em vista que são, também, poderes estruturados, configurando tais símbolos, em instrumentos da integração social e de sua ordem. Vale ressaltar que tal poder se manifesta, sobremaneira, na atuação repressiva implementada pelo Estado no âmbito do Direito Penal, a fim de desestimular ou impedir determinadas condutas, ostensivamente, tipificadas como criminosas. O caráter simbólico do poder punitivo estatal constitui, portanto, um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma concepção homogênea e uma ordem lógica penalizante e de conformação dos sujeitos. Desse modo, o poder punitivo opera por meio de seus símbolos repressivos, voltados à manutenção da ordem social.

A partir de uma leitura crítica, é possível vislumbrar que o poder penalizante do Estado muito pouco tem se mostrado harmonioso com o princípio da isonomia na aplicação da lei penal, a qual comumente se pressupõe atributo de última *Ratio*. Um olhar mais profundo sobre a atuação punitiva estatal faz desnudar a realidade de um sistema jurídico penal estruturado por meio da premissa da *criminalização primária*, e sobretudo, mediante um processo complexo de *criminalização secundária*, de modo a organizar sistemas formais de controle que atuam de modo seletivo e estigmatizante sobre parcela da população, majoritariamente, negra e pobre, enquadrada como destinatário recorrente do próprio sistema penal brasileiro.

Nesse sentido é que se aponta o caráter marcado de seletividade e vulnerabilidade expressos no processo de criminalização secundária no Direito Penal, sobretudo, a partir de inspirações advindas de teorias criminológicas como do *labeling approach*, também denominada de teoria da reação social ou etiquetamento, de maneira que o poder penalizante é exercido precipuamente sobre pessoas previamente escolhidas. Conforme preceitua a teoria do etiquetamento no âmbito penal, há um tipo específico de indivíduo desviante a ser perseguido pelas instituições estatais de repressão à criminalidade. Nessa lógica, as agências estatais (re) agem seletivamente sobre determinados corpos e tipos sociais, pautando-se em características étnicas, de classe social, de gênero e estéticas particulares que os distinguem e os expõem, reforçando a marginalização dos corpos, não ao acaso, em sua maioria, negros e pobres.

Perceber a reação social do Estado e de seus agentes, com base em teorias como a do etiquetamento no âmbito penal, sob a perspectiva do Poder Simbólico, sinaliza formas de expressão de uma maneira de legitimação das relações de dominação, configurando o etiquetamento como uma construção social de um tipo específico a ser perseguido pelas instituições estatais de repressão à criminalidade (polícia, juízes, promotores de justiça, instituições penitenciárias),

culminando para o surgimento da noção de criminalidade como uma construção simbólica típica do paradigma da reação social.

São os agentes estatais os sujeitos encarregados de inspecionar, punir julgar, executar em nome do poder, pois receberam um mandato outorgado pelo próprio Estado para exercerem o poder penalizante. No âmbito da esfera penal, praticam atos autorizados, são dotados de uma "autoridade que, gradualmente, por uma série de delegações em cadeia, remete a um lugar último, como o é o deus de Aristóteles: o Estado" (Bourdieu, 1990, p. 47), de modo que o que fazem ou dizem tem força e legitimidade. Nesse processo, como salienta Bourdieu (1990, p. 47), verifica-se tratar de atos autorizados do Estado praticados no campo do Direito Penal que configuram "Um julgamento autorizado tem a seu favor toda a força da ordem social, a força do Estado".

As definições quanto aos atos de estado apresentadas por Bourdieu (1990) elucidam ainda que estes configuram atos políticos e com pretensões a gerarem efeitos no mundo social. Assim mesmo, esses atos podem ser verificados no campo da esfera Penal, lugar em que o poder punitivo estatal alimenta uma política reconhecida como legítima, sem que haja questionamentos sobre seus elementos constitutivos ou modos de execução, constituindo um espaço hermeticamente inacessível em razão da formalidade legal.

Nesse contexto, o Estado e suas agências repressoras, para além de operarem como instância de poder público capaz de resolver o conflito criminal de forma institucional, racional e formalizada, o *jus puniendi* estatal também é exercido de forma coercitiva por parte do Estado, entidade detentora do monopólio do uso autorizado da força. Nesse sentido, vale dizer, ainda, que o poder de império estatal não se circunscreve somente aos limites do poder da violência física, tampouco se imobiliza aos pressupostos de legalidade. Para além disso, é preciso frisar que o poder punitivo estatal alcança e, sobretudo, se consolida em um nível simbólico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Celebrado o contrato social o Estado avoca para si a detenção do monopólio da força. Ao se instituir a sociedade civil, reconhece-se como titular exclusivo do uso da força é o Estado, em razão do consentimento e assunção dos indivíduos no que tange à celebração do contrato social. Legitimado mediante a anuência da coletividade, o uso exclusivo da espada torna-se direto do Estado. Nesse cenário, consoante as definições bourdianas o Estado passa a ser entendido como o princípio de organização do consentimento como adesão à ordem social, diretamente ligado a princípios fundamentais da ordem social, sendo o fundamento, não necessariamente de um consenso, mas da própria existência das trocas que levam a um dissenso. (Bourdieu, 1990, p. 35). Para Bourdieu a noção de Estado enquanto uma espécie de *deus absconditus* imprime à ordem social princípios ocultos e invisíveis, que se fazem presentes também na dominação tanto física como simbólica, assim como na violência física e simbólica. Assim, o Estado não pode ser considerado apenas um aparelho de poder nas mãos dos dominantes e nem um espaço neutro de operacionalização de conflitos, mas sim um “metacampo” pelo qual se constrói a representação coletiva que estrutura a vida social.

No campo do Direto Penal, por sua vez, a problematização das relações sociais estabelecidas entre Estado e indivíduos, põe evidência, sobretudo, o papel dos agentes do estado autorizados ao exercício do poder punitivo. Ressalta-se, nesse cenário, o cumprimento de uma função simbólica por parte dos agentes estatais no que tange ao âmbito penal, compreendendo a adoção de posturas punitivistas responsáveis por consequências reais sobre aqueles que são objeto do controle penal. Desse modo, nota-se que, no exercício exclusivo do poder punitivo do Estado, o *ius puniendi* corresponde também a um poder simbólico exercido e legitimado no campo do Direto Penal, de modo que a justiça Penal passa a se tornar seletiva e

estigmatizante. Logo, o direcionamento do poder repressivo não funciona de igual modo para todos, recaindo preferencialmente sobre parcela excluída da população.

Assim, os elementos do poder simbólico estão enraizados na estrutura de poder punitivo estatal, sobre os quais os agentes de repressão à criminalidade pautam suas ações no processo de seleção penalizante, resultado da gestão de um conjunto de agências que integram o sistema penal. Diante do exposto, (re) definições conceituais e estruturais no sistema jurídico penal brasileiro continuam necessárias. Permanece a necessidade de um sistema penal que pratique uma regulação penal mais digna e justa, visando à ampliação do potencial emancipatório do Direito no âmbito da Justiça Criminal. As agências estatais necessitam, ainda, do alcance do incremento do caráter interventivo do sistema penal, especialmente quanto às penas detentivas que, antes de corresponderem a um pretense efeito re-educativo sobre sujeitos classificados como “delinquentes”, atuam de maneira excludente e estigmatizante, cujas bases se afastam flagrantemente do espírito democrático, arrefecendo avanços em direção a um sistema jurídico penal que circunscreva a sua incidência ao **mínimo estritamente necessário, direcionado às condutas particularmente danosas** à sociedade e não, seletivamente, contra corpos marcados por condições étnicas, históricas e sociais.

REFERÊNCIAS

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Sociedade e estado na filosofia política moderna**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994. p. 49.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença**. 3. ed. Porto Alegre: Zouk, 2008.

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Processual Penal**. 19ª ed. Saraiva: São Paulo, 2012.
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil**. Ed. Saraiva. 17ª edição. 2003.
- HOBBS, T. **Leviatã ou matéria forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Tradução João Paulo Monteiro e Maria Nizza da Silva, Martins Fontes, São Paulo, 2003.
- LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo Civil**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- MASSON, Cleber. **Direito penal esquematizado** – Parte Geral – vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, 2016.
- QUEIROZ, Paulo de Souza. **Funções do direito penal**. 1ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do contrato social**. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Ed. Nova cultura, 1999.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: A perda de legitimidade do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 1991.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Globalização e sistema penal na América Latina: Da segurança nacional à urbana**. Discursos Sediciosos: Crime, direito, sociedade, Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, p. 25-36, julho dezembro 1997.
- WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Tiago Pereira Aguiar Susmickat

Doutor em Estado e Sociedade, pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); Mestre em Letras, pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Especialista em Educação de Jovens e Adultos e graduado em Letras Vernáculas, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Bacharel em Direito; Técnico em Assuntos Educacionais da UFSB, Campus Paulo Freire.

E-mail: tiago.susmickat@ufsb.edu.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

academic capitalism 17
Agenda Global 24
assistente social 26, 32
autonomia 26, 80, 126, 128

B

bem público 16, 19, 28
BNCC 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 130
brain drain 23

C

capitalismo 15, 30, 71, 81, 141
cidadania 16, 19, 25, 30, 35, 53, 118, 147, 149
circulação de saberes 21, 23
colonização 84, 100
consumo 9, 59, 60, 63, 70, 71, 74, 75, 77, 80, 142
cooperação acadêmica 15
cooperação internacional 24, 25
criminalidade 153, 166, 167, 169
cultura 9, 36, 39, 40, 44, 49, 55, 59, 60, 63, 65, 66, 72, 73, 75, 77, 80, 88, 91, 92, 97, 104, 109, 118, 170
currículos fragmentados 26

D

descolonização 23
desigualdades estruturais 15, 23, 27
diplomacia 16
direitos humanos 24, 26, 28, 37, 47, 48, 53, 54, 55, 106, 165
discriminação 34, 37, 48, 49, 52, 53, 54, 55

E

economia 69, 94, 110, 136, 138, 140, 141, 143, 145, 150
educação pública 12, 23

educação superior 14, 16, 17, 19, 27, 29, 30
Ensino Médio 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 126, 130, 132
epistemologias 15, 18, 20, 23
espaço público 10, 135, 136, 137, 143, 147
Estado 10, 30, 48, 53, 85, 88, 97, 98, 101, 102, 103, 108, 109, 115, 147, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171
experiência 58, 74, 79, 82, 122, 123, 124, 126, 127, 147

F

formação docente 114, 126, 131
formação humana 14, 25
formação integral 18, 19, 131
formação pedagógica 114, 126, 128, 130, 131
formação profissional 12, 127, 130, 133
fotografia 60, 61, 62, 64, 65, 66, 69
fundamentalismo 84, 86, 93, 97, 108

G

globalização 14, 143
governança 23

H

homofobia 34, 35, 38, 47, 50, 52, 53, 54, 55, 56
homossexualidade 34, 35, 36, 37, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 54, 55, 57

I

Indústria Cultural 60, 75, 76, 77, 79
intercâmbio 21, 22, 25, 32
interculturalidade 16, 30
internacionalização 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31
Israel 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111

J

judeus 84, 85, 87, 88, 89, 94, 96, 97, 98, 143
justiça ambiental 24, 26
justiça social 12, 15, 23, 24, 25, 26, 27, 28

L

LGBTQIA+ 34, 35, 49, 53, 54, 55, 56, 57
livros 44, 58, 89, 91, 125

M

marginalização 34, 54, 91, 166
mercados populares 136, 146, 150
mercantilização 12, 16, 18, 19, 25, 26, 27
mídias digitais 60
mobilidade acadêmica 15, 27
mobilidade estudantil 16, 20

P

Palestina 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 96, 97, 98, 100, 103, 105, 107, 108, 109, 110
poder público 53, 136, 137, 143, 167
poder punitivo 153, 154, 160, 162, 163, 165, 167, 168, 169
políticas educacionais 19
políticas públicas 25, 27, 28, 35, 38, 50, 52, 53, 55, 124, 131, 138
práticas pedagógicas 114, 124
produção científica 14

produção de conhecimento 15, 16, 22, 101
projeto ético-político 22, 23, 26

R

redes científicas 16
redes colaborativas 12, 14, 15, 16, 22, 25, 27
redes intelectuais transfronteiriças 22
redes sociais 60, 66, 68, 71, 74, 79

S

segregação 84, 85, 86, 149
selfies 9, 59, 60, 66, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 81
serviço comercial 17, 19
Serviço Social 11, 12, 14, 15, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32
sistemas universitários 17, 20
sociedade contemporânea 34, 54, 60, 76
sustentabilidade 24

T

teias intelectuais 22

U

Ubuntu 23, 24

V

violência 35, 49, 53, 54, 55, 84, 85, 86, 88, 93, 97, 103, 104, 106, 108, 153, 154, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 167, 168

2

COLEÇÃO
CIÊNCIAS
SOCIAIS
APLICADAS

WWW.PIMENTACULTURAL.COM

ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS EM PESQUISA